

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

LARISSA PEIXOTO VALE GOMES

**A PRESENÇA FEMININA NOS ESPAÇOS
LEGISLATIVOS: um estudo das eleições de 2010 para
a Assembleia Legislativa de Minas Gerais**

Belo Horizonte
2012

320
G633p
2012

Gomes, Larissa Peixoto Vale

A presença feminina nos espaços legislativos [manuscrito] : um estudo das eleições de 2010 para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais / Larissa Peixoto Vale Gomes. – 2012.

155 f.

Orientador: Carlos Ranulfo Félix de Melo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade De Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ciência política - Teses. 2. Mulheres na política– Teses 3. Eleições – Teses. 4. Minas Gerais, Prefeitura. Assembleia Legislativa – Teses. I. Melo, Carlos Ranulfo Félix de. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia. IV. Título.

LARISSA PEIXOTO VALE GOMES

**A PRESENÇA FEMININA NOS ESPAÇOS
LEGISLATIVOS: um estudo das eleições de 2010 para
a Assembleia Legislativa de Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Carlos Ranulfo Félix De Melo
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
2012

LARISSA PEIXOTO VALE GOMES

**A PRESENÇA FEMININA NOS ESPAÇOS
LEGISLATIVOS: um estudo das eleições de 2010 para
a Assembleia Legislativa de Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Carlos Ranulfo Félix De Melo (Orientador) – DCP/UFMG

Fernando de Barros Filgueiras – DCP/UFMG

Maria de Fátima Junho Anastasia – PUC-MG

Belo Horizonte
2012

AGRADECIMENTOS

Existe um ditado em inglês que diz que se precisa de uma comunidade para criar um filho ou filha. Esta dissertação é meu filho (ou filha), e neste espaço agradeço os que, de uma forma ou outra, ajudaram-me a criá-lo.

Eu sempre reconheci a sorte de fazer parte de dois grupos de pessoas: os Peixotos e os Vale Gomes. Por mais que tenha me beneficiado do apoio de todos eles, é necessário mencionar alguns que, durante estes dois anos e alguns meses, fizeram tanto por mim: os tios Carlinho e Fernando, as tias Glória e Marilene, os primos Dênio e Júlia. Minha brilhante prima Betânia, que além do apoio também nos anos de graduação, ajudou-me a entender melhor o mundo da estatística. Os queridos, Jamerson, Lílian e Tininha, pelo apoio constante.

Eu também tive a sorte de ter famílias adotadas: Cristina e Ilton Fernandes e os Maias que se preocupam comigo e me tratam como se fosse uma deles.

Renata Barbosa, amiga de infância, companhia para todos os momentos. Thaís Malta, que me ensina sobre a vida e sobre a estatística. Mateus Rennó, companheiro desde o primeiro semestre de Ciências Sociais, e também guia no mundo da estatística. Marcelo Matoso, Rodrigo Santiago, Catherine Ornelas, Mateus Araújo, Christiane Almeida e todos os meus queridos amigos, amigas e colegas, que tanto ouviram falar desta dissertação.

Se eu fosse listar todos os professores que me trouxeram até aqui, não teria espaço. Agradeço meu orientador, Carlos Ranulfo Félix de Melo, por todo seu esforço, paciência e inteligência. Também o professor Bruno Reis, que tem me acompanhado desde a graduação e se tornou um bom amigo. Não posso deixar de mencionar meu

orientador de monografia, Juarez Rocha Guimarães e minha orientadora de iniciação científica, Ester Vaisman, os primeiros a me colocar nesse caminho.

À Fapemig, pela generosa bolsa.

Sem a Ana Clara Fernandes, nada disso teria sido feito. Agradecimentos não são suficientes.

E as pessoas que encararam todo dia, os humores, a falta de tempo, o cansaço. Que estiveram ao meu lado todos os dias de lágrimas e suor e viram este trabalho ser construído desde o começo. As amigas queridas Rosana Alves e Vera Alves. Minha irmã, Letícia: minha vida não seria nada sem você.

E agora, que chego ao final, agradeço aos meus pais, Marco Antônio Vale Gomes e Eliza Peixoto. Seu trabalho árduo em me criar, pagar escolas e cursos, chorar, rir e estressar comigo nunca será esquecido.

DEDICATÓRIA

Não existem duas pessoas no mundo que se comparam ao Marco Antônio e à Eliza. Tudo que eu fiz, faço e farei é dedicado a eles. Neste pequeno pedaço de papel, que virará parte do arquivo da biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais, eu quero marcar na história os nomes destas duas pessoas que merecem tanto mais. Por enquanto, é só isso que posso lhes dar.

RESUMO

A participação da mulher na política institucional ainda é pequena no mundo e no Brasil. A exclusão da mulher das posições de poder é fruto de uma desigualdade estrutural com fortes raízes históricas e que se refletem quando uma mulher tenta ser candidata a um cargo político e encontra grandes dificuldades para realizar essa ação.

A cultura brasileira combinada com um sistema político fragmentado que incentiva campanhas individualizadas e extremamente caras pesa excessivamente sobre as mulheres. Além do preconceito de gênero, as brasileiras entraram na política recentemente e sofrem com a falta de experiência e conexões no mundo político.

O trabalho feito busca entender das próprias candidatas ao cargo de deputada estadual de Minas Gerais quais foram os principais obstáculos na campanha de 2010. Além dessas informações, coletadas em *survey*, entrevistas semiestruturadas com presidentes estaduais observam a posição do partido em relação às candidaturas femininas.

Palavras-chave: representação, desigualdade de gênero, sistema político brasileiro, Assembléia Legislativa de Minas Gerais

ABSTRACT

The participation of women in institutional politics is still small in the world and in Brazil. The exclusion of women from positions of power comes from a structural inequality with strong historical roots which come in play when a woman attempts to be a candidate for political office and finds great difficulties to accomplish that.

Brazilian culture, combined with a fragmented political system that encourages individualized campaigns that are very expensive, weigh excessively on women. Besides gender bias, Brazilian women have only come in to politics recently and suffer with the lack of experience and connections in the political world.

The study looks to understand from the candidates to the position of state assemblywoman of Minas Gerais what the main obstacles in the 2010 campaign were. Along with that information, gathered through a survey, semi-structured interviews with state party president look to understand the positions of the parties as it relates to female candidatures.

Key-words: representation, gender inequality, Brazilian political system, Minas Gerais Legislative Assembly

Índice

Introdução: Objetivos propostos e resultados esperados.....	14
Primeiro Capítulo: Sobre a democracia representativa, desigualdade de gênero e representação feminina	19
<i>Justiça e inclusão na democracia representativa.....</i>	<i>20</i>
<i>Legitimidade e política de presença.....</i>	<i>39</i>
Segundo Capítulo: Sobre o contexto cultural e estrutural brasileiro e seu efeito nas candidaturas e eleições de mulheres.....	53
<i>Aspectos da cultura brasileira que afetam a candidatura e eleição de mulheres.....</i>	<i>54</i>
<i>Os efeitos do uso da representação proporcional combinada com lista aberta sobre a eleição de mulheres</i>	<i>64</i>
<i>Características dos partidos, sistema partidário e competição política que afetam as eleições das mulheres.....</i>	<i>69</i>
Terceiro Capítulo: Sobre os resultados da pesquisa e como ela se encaixa no contexto teórico apresentado.....	80
<i>A pesquisa.....</i>	<i>83</i>
<i>Os resultados: o que afeta a quantidade de votos?.....</i>	<i>121</i>
<i>Conclusão.....</i>	<i>124</i>
Referências bibliográficas.....	133
Anexo I – Questionário.....	141
Anexo II – Roteiro para entrevistas semi-estuturadas.....	154

Lista de tabelas

Tabela 1: Porcentagem de entrevistadas por partido – Candidatas à ALMG 2010	Página 83
Tabela 2: Idade das entrevistadas (em 2011) – Candidatas à ALMG 2010	Página 85
Tabela 3: Escolaridade das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 86
Tabela 4: Estado civil das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 87
Tabela 5: Profissão das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 88
Tabela 6: Renda mensal das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 89
Tabela 7: Campo ideológico dos partidos do total de candidatas – Candidatas à ALMG 2010	Página 90
Tabela 8: Como as entrevistadas se classificaram em uma escala ideológica de 1 a 5 – Candidatas à ALMG 2010	Página 91
Tabela 9: Cruzamento entre campo ideológico do partido e autoclassificação na escala ideológica das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 92
Tabela 10: Cruzamento entre campo ideológico do partido e classificação do partido feita pelas entrevistadas na escala ideológica – Candidatas à ALMG 2010	Página 92
Tabela 11: Ano de começo da trajetória política das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 100
Tabela 12: Tipo de organização em que as entrevistadas começaram suas trajetórias políticas – Candidatas à ALMG 2010	Página 102
Tabela 13: Quais foram os critérios mais importantes para a escolha do partido – Candidatas à ALMG 2010	Página 103
Tabela 14: Cruzamento entre ter tido cargo de confiança e cargo no partido – Candidatas à ALMG 2010	Página 104
Tabela 15: Cruzamento entre ter tido cargo eletivo e cargo no partido – Candidatas à ALMG 2010	Página 105
Tabela 16: Cruzamento entre ter tido cargo eletivo e cargo de confiança – Candidatas à ALMG 2010	Página 106
Tabela 17: Quais fatores consideram importantes para uma boa votação – Candidatas à ALMG 2010	Página 107
Tabela 18: Estratégias de publicidade – Candidatas à ALMG 2010	Página 108
Tabela 19: Cruzamento entre opções de construção de imagem e campo	Página 109

ideológico – Candidatas à ALMG 2010	
Tabela 20: Cruzamento entre campo ideológico do partido e como foi a divisão do horário eleitoral gratuito – Candidatas à ALMG 2010	Página 111
Tabela 21: Principal dificuldade encontrada na campanha (exceto financiamento)	Página 113
Tabela 22: Principal estratégia de financiamento das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 114
Tabela 23: Receita total das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 114
Tabela 24: Cruzamento entre receita total e principal estratégia de financiamento das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 115
Tabela 25: Investimento próprio das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 116
Tabela 26: Investimento partidário das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 117
Tabela 27: Investimento externo das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010	Página 118
Tabela 28: Cruzamento entre já ter exercido cargo eletivo e a receita total	Página 120
Tabela 29: Cruzamento entre já ter exercido cargo de confiança e a receita total	Página 120
Tabela 30: Cruzamento entre já ter exercido cargo no partido e a receita total	Página 121

Lista de gráficos

Gráfico 1: Candidaturas femininas e masculinas por estado para as assembleias legislativas - 2010	Página 59
Gráfico 2: Deputados e deputadas por região com % sobre o total de eleitos – 2010	Página 60
Gráfico 3: Candidatos e candidatas para as assembleias legislativas de todo o país por partido – 2010	Página 75
Gráfico 4: Estado civil dos candidatos, candidatas e entrevistadas - ALMG 2010	Página 87

Lista de siglas

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos

ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPU – Inter-Parliamentary Union

ONU – Organização das Nações Unidas

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

WVS – World Values Survey

Lista de partidos

DEM - Democratas

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCO - Partido da Causa Operária

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PP - Partido Progressista

PPS - Partido Popular Socialista

PR - Partido da República

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PRP - Partido Republicano Progressista

PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PSL - Partido Social Liberal

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT - Partido dos Trabalhadores

PT do B - Partido Trabalhista do Brasil

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTC - Partido Trabalhista Cristão

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PV - Partido Verde

“... I do not think I ever opened a book in my life which had not something to say upon woman's inconstancy. Songs and proverbs, all talk of woman's fickleness. But perhaps you will say, these were all written by men.”

“Perhaps I shall.—Yes, yes, if you please, no reference to examples in books. Men have had every advantage of us in telling their own story. Education has been theirs in so much higher a degree; the pen has been in their hands. I will not allow books to prove any thing.”

“But how shall we prove any thing?”

“We never shall. We never can expect to prove any thing upon such a point. It is a difference of opinion which does not admit of proof. We each begin probably with a little bias towards our own sex, and upon that bias build every circumstance in favour of it which has occurred within our own circle; many of which circumstances (perhaps those very cases which strike us the most) may be precisely such as cannot be brought forward without betraying a confidence, or in some respect saying what should not be said.”

Diálogo entre Captain Harville e Anne Elliot, Jane Austen, *Persuasion*

O Brasil tinha já fornecido grande cópia de homens ilustrados pelos conhecimentos adquiridos em diferentes universidades da Europa, e a maior parte das brasileiras (mesmo as das primeiras cidades) não logravam a vantagem de *aprender a ler*.

Dizia-se geralmente que ensinar-lhes a ler e escrever era proporcionar-lhes os meios de entreterem correspondências amorosas, e repetia-se, sempre, que a costura e trabalhos domésticos eram as únicas ocupações próprias da mulher. Este prejuízo estava de tal sorte arraigado no espírito de ossos antepassados, que qualquer pai que ousava vencê-lo e proporcionar às suas filhas lições que não as daqueles misteres, era para logo censurado de querer arrancar o sexo ao estado de ignorância que lhe convinha.

Nísia Floresta, *Opúsculo Humanitário*

Introdução

Objetivos propostos e resultados esperados

O objetivo geral do trabalho a seguir é buscar explicações para a baixa presença feminina nos espaços legislativos brasileiros. Para cumprir esse objetivo, serão apresentados três capítulos. O primeiro capítulo lida com teorias de representação, multiculturalismo, reconhecimento e teoria política feminista. Reúne conceitos de justiça, inclusão, e legitimidade democrática para entender o que gera a marginalização das mulheres na política institucional. Mostra, também, sugestões para corrigir essa desigualdade.

São duas seções que abordam os principais conceitos, análises e soluções oferecidas pela teoria política para a questão da mulher na política institucional. Antes era uma exclusão direta, impedindo sumariamente que as mulheres fizessem parte do poder político. Após certas conquistas, em particular o sufrágio, tornou-se uma exclusão informal, sem leis ou regras escritas, mas ainda real.

Essas conquistas não vieram acompanhadas de outras mudanças que pudessem inserir as mulheres em um campo dominado pelos homens. Assim, elas se encontram marginalizadas, fazendo parte do processo, mas com pouco efeito sobre ele. O percentual de mulheres nos parlamentos no mundo todo mostra que esse é um problema que perpassa nações, culturas e leis. As teorias apresentadas mostram que essa marginalização é injusta e antidemocrática. Necessita de medidas modificadoras da estrutura e da cultura ainda patriarcal.

É digno de nota que textos como *A vindication of the right of woman*, de Mary Wollstonecraft, escrito em 1792, ainda se mostram relevantes. Mais de um século antes do sufrágio feminino ser lei no Reino Unido, Wollstonecraft afirmava que as mulheres estavam segregadas a um mundo diferente do masculino, um mundo que as ensinava a ser modelos de beleza, pureza e inocência.

A infantilização da mulher é, de acordo com Wollstonecraft, um produto de socialização e educação diferenciadas, feitas para justificar a exclusão das mulheres da vida pública, em um *loop* de causa e efeito, onde o efeito gera a causa. No Brasil, Nísia Floresta sustentava as mesmas ideias, cem anos antes do sufrágio feminino ser legalmente instituído.

Claro, houve mudanças no sistema educacional e mudanças culturais que não mais sustentam quase todos os preconceitos que antes existiam. Mas o primeiro capítulo irá mostrar que ainda existe uma socialização diferente e que as estruturas políticas ainda estão voltadas para as necessidades masculinas. Assim, ele serve de embasamento teórico para a pesquisa realizada. Isso quer dizer que os conceitos apresentados não estão explícitos no questionário ou mesmo na apresentação dos resultados, mas estarão implícitos.

O primeiro capítulo tem o propósito de justificar a importância da presença feminina na política institucional e também a necessidade desta pesquisa em si. Serão debatidas a entrada recente das mulheres na política, algumas características necessárias para se fazer presente no mundo político, hipóteses sobre visões políticas das mulheres, quais características têm sido notadas em mulheres que estão na política e o efeito de ferramentas institucionais sobre as candidaturas e eleições de mulheres. Como será visto no Capítulo 3 e no Anexo I, o questionário foi dividido em cinco seções: histórico político, circunstâncias políticas de 2010, visão política, perspectiva sobre o futuro e *background*. Essas seções e suas perguntas foram desenhadas tendo em mente as hipóteses e as conclusões que têm sido apresentadas pela literatura que estuda as mulheres na política institucional.

O segundo capítulo é dedicado ao Brasil, especificamente para as regras, culturais e estruturais, que afetam as brasileiras que tentam entrar na política. Pretende-

se apontar algumas características culturais e históricas do Brasil e seus efeitos sobre as instituições políticas. Assim, o foco deste capítulo é mais estrutural, focando nos efeitos dos valores patriarcais e patrimoniais desenvolvidos em na cultura do país sobre as regras eleitorais e partidárias e a desigualdade de gênero. Para autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna, o patriarcalismo e o patrimonialismo eram sistemas sociais que ditavam a hierarquia e as regras de conduta da vida brasileira.

Destes autores, somente Freyre focou especificamente a questão da mulher, explicando que as brasileiras estavam confinadas a certos estereótipos sociais. No entanto, quando era necessário que uma mulher tomasse a posição de liderança (se um fazendeiro morresse, por exemplo, sem filhos para tocar o negócio, sua esposa o fazia), isso era feito sem alarde. Para Freyre, a situação da mulher brasileira constituía um paradoxo de responsabilidade com submissão.

O patrimonialismo, por sua vez, sustentava valores elitistas e individualistas, criando uma estrutura onde o público servia o privado. Dessa forma, a estrutura política não foi construída de maneira hierarquizada, burocrática e meritocrática. A política era um lugar de poucos, que controlavam quem teria acesso ao poder.

Estes valores ainda existem, mesmo em menor grau e afetam as instituições políticas e as regras eleitorais e partidárias que as regem. O efeito, para as mulheres, é que sua entrada recente na política as marginaliza por não terem as conexões pessoais necessárias para sobreviver no mundo político. Assim, elas têm dificuldade em conseguir apoio partidário, investimentos, cargos e outros instrumentos para avançar na hierarquia política. Além disso, o segundo capítulo também irá mostrar que os partidos da esquerda tendem a ser uma exceção, sendo mais abertos à presença das mulheres.

Ao lidar com a cultura, o segundo capítulo lida com as principais regras do sistema político brasileiro que afetam injustamente as mulheres. Essas regras também funcionam de forma paradoxal: muitas são consideradas regras que favorecem a entrada de novos atores, mas a combinação delas acaba por dificultar este processo.

A representação proporcional, combinada com lista aberta, grandes distritos e coligações gera um excessivo número de candidatos com campanhas altamente individualizadas e cada vez mais caras. A Lei 9.504, além de criar cotas de 30% para as mulheres, também aumentou o número de candidatos que cada partido pode apresentar em 50%, diminuindo a eficácia das cotas. A combinação destas regras cria uma competição particularmente difícil para novatos, especialmente as mulheres. Ainda enfrentando preconceitos de gênero, as mulheres têm maiores dificuldades em conseguir financiamento e apoio partidário e provarem que suas candidaturas não são um risco.

Assim como os conceitos abordados no primeiro capítulo, os conceitos utilizados no segundo capítulo também podem ser vistos indiretamente no questionário e no terceiro capítulo. Buscou-se, no *survey*, procurar entender as origens políticas e sociais das entrevistadas e quais são suas experiências dentro da política comparada à percepção das experiências masculinas (por exemplo, facilidade em conseguir apoio do partido ou apoio financeiro).

O terceiro capítulo trata do estudo de caso, especificamente das candidatas à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 2010. Combinando dados do TRE-MG, um *survey* feito com as candidatas e entrevistas semiestruturadas realizadas com os presidentes estaduais do PPS, PT e PSDB, este capítulo irá mostrar que, para a eleição de 2010, as afirmações da literatura parecem estar corretas. As entrevistadas confirmam a entrada tardia na política e, especialmente, nos partidos. Confirmam a inexperiência com o mundo político e a desigualdade de gênero ainda existente.

Sobretudo confirmam as dificuldades em conduzir uma campanha política e a falta de apoio dos partidos. São ressaltadas a importância do financiamento e de um forte histórico na política para ter sucesso em uma eleição.

As entrevistas com os líderes partidários mostrarão que a presidenta do PPS-MG tem um conhecimento mais profundo das questões que afetam as mulheres na política; que o presidente do PT-MG está mais versado nas possíveis consequências para as mulheres de uma reforma política no Brasil; que o presidente do PSDB-MG tem menor entendimento sobre como as mulheres estão afetadas pelas regras do sistema político.

A pesquisa teve poucos casos, apenas 81, em um universo de 140. Isto dificulta a possibilidade de generalizações, mas a proximidade entre os dados apresentados e a literatura sugere que mais estudos deste tipo trarão as confirmações das hipóteses feitas pela teoria.

Primeiro Capítulo

*Sobre a democracia representativa, desigualdade de gênero e representação
feminina*

Justiça e inclusão na democracia representativa

O trabalho seminal de Hanna Pitkin, *The Concept of Representation* (1967), busca traçar a história do conceito de representação, examinando as origens e contextos históricos cercado cada definição. Para a autora, os vários significados construídos ao longo do tempo são muitas vezes opostos e incapazes de existir em conjunto. Estas oposições excludentes, no entanto, só existem dessa forma por causa das analogias usadas para explicá-las. O que Pitkin aponta é que a representação é uma entidade em si e tentar entendê-la por analogias leva ao erro. Dessa forma, características que antes eram opostas passam a ser complementares, fazendo da representação um conceito multifacetado.

Porque as diferentes explicações sobre representação são vistas por Pitkin como complementares, podemos resumir brevemente as posições tomadas por ela ao observar os “pares” de interpretação que ela usa. Assim, temos, primeiramente, a representação como *autorização* ou como *accountability*, denominadas visões “formalistas” da representação. Na representação como autorização, a relação entre eleitor e representante é apenas durante a eleição. As eleições são um momento de transferência de autoridade (PITKIN, 1967, p. 43). Esse aspecto da representação, de acordo com a autora, não se preocupa com questões de representatividade ou de representação errada (“misrepresentation”). O representante não tem obrigação nenhuma em relação ao representado após a eleição. De acordo com ela, essa visão restritiva deixa o significado de representação incompleto. A *accountability* seria seu complementar, por incluir a ideia de que o representante deve responsabilidade ao representado, ou seja, o representante deve se justificar para o representado. Essa percepção vê a eleição como mais do que um momento, pensando também na reeleição, quando o representado decide se seu representante o representa ou não, se ele agiu como esperado e requerido

ou não (ibid., pp. 55-57). Essas visões são dois lados da mesma moeda, mas, argumenta Pitkin, são da mesma maneira formais e sem conteúdo, pois descrevem o já eleito e o sujeito à eleição, mas não o que ocorre entre uma eleição e outra.

Ao se perguntar o que ocorre durante o período de representação, abre-se espaço para questionar 1) como deve ser o representante (“standing for”) e 2) o que deve ser feito quando alguém está representando (“acting for”). Sendo assim, o par interpretativo seguinte é de “standing for”, a *representação descritiva* e a *representação simbólica*. Pitkin começa a discussão com as críticas feitas com relação à *representatividade* da casa legislativa. Teóricos que defendem o conceito de representação descritiva argumentam que por não ter membros de todos os setores da sociedade (trabalhadores, negros, mulheres, etc.) uma casa legislativa não é representativa. Pitkin afirma que, em geral, indivíduos que defendem essa interpretação são também favoráveis ao sistema proporcional, com alguns afirmando que a casa legislativa deve ser a mais parecida o possível com o país (ibid., pp. 61-62). O objetivo principal dos “proporcionalistas” é, portanto, a composição da casa e não o que ela faz. Mais ainda, alguns desses teóricos veem o espaço legislativo como um local de debate e não de ação (ibid., p. 63).

A representação descritiva e a representação simbólica, nas suas interpretações mais radicais, ou seja, reivindicando um corpo de representantes idêntico ao dos representados, teriam a função de serem fontes de informação sobre os últimos. A ênfase posta pela autora na falta de ação e seus argumentos contra a ideia da representação política como um “mapa” ou “espelho” faz com que leitores de Pitkin (URBINATI, 2010; MIGUEL, 2011; KYMILICKA, 1995) a vejam como oposta à representação descritiva. No entanto, Pitkin argumenta que o “standing for” serve para fazer presente o ausente e esse aspecto da representação é tão relevante quanto as teorias formalistas (ibid., p. 89). É nessa visão da representação que a *representatividade* se faz

mais importante e uma das funções da casa legislativa é ser informativa sobre o povo do Estado que representa (ibid., p. 81). Dessa forma, assim como as visões formalistas, esse tipo de visão – da identificação direta e idêntica entre representante e representado – é apenas parcial, não explicando completamente a representação política, mas, fazendo parte do conceito. O que cada perspectiva faz é um sacrifício: a formalista sacrifica a representatividade, a descritiva sacrifica a eficiência.

Também na política, a representação de “standing for” por semelhança, uma cópia do original, é uma questão de quais características são politicamente relevantes para reprodução. De forma geral, estamos conscientes que características politicamente relevantes variam com a época e o local e que doutrinas sobre elas também podem variar. Um exemplo clássico, a filiação religiosa, que por muitos séculos foi uma questão de guerras e revoluções, tornou-se relativamente pouco importante hoje. Mas, a história do governo representativo e a expansão do sufrágio são um longo registro de conceitos sendo modificados sobre quais são características politicamente relevantes para serem representadas. A nação não é como uma área geográfica a ser mapeada – sólida, mais ou menos imutável, com certeza não afetada pelo processo de criação do mapa (PITKIN, 1967, p. 87).¹

Entre as perspectivas de formalistas e de “standing for”, ainda falta algo que explique a relação que o representante deve ter com o representado. Autorização e *accountability* se referem à eleição e reeleição (ainda assim desconexa da relação entre representante e representado) e descritiva e simbólica tentam definir quem deve representar.

A interpretação de “acting for”, que Urbinati (2010) chama de *advocacy*, busca compreender o que ocorre no processo representativo e a conexão entre o representante

¹ In politics, too, representation as “standing for” by resemblance, as being a copy of an original, is always a question of which characteristics are politically relevant for reproduction. In a general sense, we are very much aware that politically significant characteristics vary with time and place, and that doctrine about them may vary as well. Religious affiliation, which for many centuries was an issue suitable for warfare and revolution has become relatively unimportant today, is perhaps the classic example. But the history of representative government and the expansion of suffrage is one long record of changing concepts of what are politically relevant features to be represented. The nation is not like a geographic area to be mapped – solidly there, more or less unchanged, certainly not changed by the map-making process (PITKIN, 1967, p. 87).

e o representado. Pitkin aponta que a Ciência Política tem debatido o que é o representado: se a nação, o povo, o partido, “grupos de interesse”, o distrito, algum movimento social. A representação, aqui, é interpretada pensando no representado, mas não em suas características e sim nas suas necessidades. Representar é agir em prol de alguém, seja um grupo, um distrito, uma causa. Assim, existe um aspecto de *accountability*, já que existe uma conexão entre o que o representante faz e o que é esperado dele pelos representados. Também existe um aspecto descritivo no sentido em que as características do representante são relevantes quando afetam suas ações (ibid., p. 142).

Porém, a representação como “acting for” não é tão simples. Dentro dessa interpretação existe o conflito entre mandato e independência do representante, ou seja, se suas ações são determinadas completamente por outros ou se ele tem independência para fazer decisões (estes “outros” variam entre os eleitores e o partido político do qual faz parte). As analogias usadas para explicar “acting for” não conseguem explicar o que é a representação, afirma Pitkin: não é substituição; também não é cuidar ou agir em interesse de outro; tampouco é ser subordinado a outro (ibid., p. 139). Para Pitkin, mais do que os arranjos formais ou as características pessoais dos representantes, as ações tomadas por estes representantes é o que fazem o representado, antes ausente, presente (ibid., p. 144).

O conflito entre mandato ou independência ainda vai mais além de como deve ser a representação: existe aqui uma preocupação com *qualidade*, se o representante é bom ou ruim. Para eliminar a controvérsia, Pitkin usa o conceito de interesse, concluindo que o representante não deve ser forçado a consultar os representados em toda decisão e também não deve ter total liberdade para agir como quiser. Tendo sido eleito, o representante está sujeito a *accountability*, mas deve ter liberdade para decidir e

fazer concessões onde necessário e possível. Assim, um representante deve agir pensando nos interesses dos seus representados.

Se tudo isso é uma formulação correta sobre o que representar como uma ação é realmente, se o representante deve agir independentemente dos interesses de seus constituintes e também evitar entrar em conflito com seus desejos, segue que a questão básica da controvérsia do mandato-independência está feita de forma errada. Ela propõe um enigma que, logicamente, é impossível de ser resolvido, pedindo-nos para escolher entre dois elementos que estão envolvidos simultaneamente no conceito de representação. Nesse caso, não é suficiente escolher entre o julgamento do representante e os desejos dos constituintes; e não há uma base racional para escolher entre eles *tout court*. Representação como uma ideia implica que normalmente eles irão coincidir e que existe uma razão quando isso não acontece. Qual deve ser escolhido depende, em cada caso, do porquê eles discordam e qual é o correto. Também não ajuda perguntar se o representante deve agir no interesse de seus constituintes como ele o vê ou como eles o veem. Ambas as formulações criam distorções; ele deve agir no interesse deles, ponto final. As visões dos constituintes podem ou não serem definitivas, dependendo do assunto ou da situação; mas, se o representante as segue, deve ser porque essa ação realmente está de acordo com o interesse dos constituintes, não simplesmente porque eles acreditam que esse é o caso (PITKIN, 1967, p. 165).²

A explicação de Urbinati (2010, p. 83) deixa ainda mais claro o trabalho do representante como *advocate*. A autora explica que o representante não é juiz, nem filósofo e por isso, não é seu trabalho ser imparcial. É em seu benefício e de seu eleitorado que suas ações reflitam o vínculo que existe entre eles. Dessa forma, enxergamos que a representação é um *processo* constante de autorização, que depende da relação entre representante e representados (URBINATI, 2006, p. 203). As mudanças

²If all this is a correct formulation of what representing as an activity means, if the representative must act independently in his constituents' interest and yet not normally conflict with their wishes, it follows that the basic question of the mandate-independence controversy is wrongly put. It poses a logically insoluble puzzle, asking us to choose between two elements that are both involved in the concept of representation. In that case, it is not enough to choose between the representative's judgment and the constituents' wishes; and there is no rational basis for choosing between them *tout court*. Representation as an idea implies that normally they will coincide, and that when they fail to coincide there is a reason. Which should prevail depends in each case on why they disagree and which is right. Nor does it help to ask whether the representative ought to act in his constituents' interest as he sees it or as they see it. Both formulations distort; he must act in their interest, period. Their view of their interest may or may not be definitive, depending on the issue and the situation; but if he follows it, it should be because the action really accords with their interest not because they merely think it does (PITKIN, 1967, p. 165).

do governo representativo, e em particular, quais são os interesses mais relevantes, dependem do contexto histórico em que ele é avaliado. Manin (1995) argumenta que os princípios fundamentais³ do governo representativo não se modificaram desde o século XIX; apenas seu conteúdo sofreu modificações. Para Pitkin, é a interpretação de “acting for” que mais consegue definir o que é representação política. É dever do representante buscar cumprir o interesse público e ser responsivo a esse público enquanto parte de um corpo legislativo e combinar interesses de seu eleitorado, interesses locais e nacionais e interesses de seu partido (PITKIN, 1967, pp. 218-224).

Isso, no entanto, não exclui as outras facetas explicadas por ela. O conjunto de ações dos representantes³ é o que mais informa sobre eles, mas isso não diminui a importância dos processos formais de autorização e *accountability*, na forma de eleição e reeleição, nem a importância de *quem* esses representantes são. O debate sobre as características pessoais dos representantes e suas ligações com grupos historicamente excluídos de posições de poder tem sempre permeado a questão da legitimidade da democracia representativa, trazendo questões sobre o que é politicamente relevante e como inserir esses grupos na vida política.

Robert Dahl (1971) descreve a democracia em dois pontos: contestação e inclusão. A poliarquia, nos seus esforços para ser responsiva aos seus cidadãos, deve buscar maiores graus de *liberdade de contestação* e *inclusão de participantes*. Assim, *todos* devem ser considerados politicamente iguais e possuir total liberdade de formular suas preferências, expressar essas preferências individual ou coletivamente para o governo e a sociedade, e ter suas preferências examinadas igualmente em relação às preferências de outros. Para que esses três pontos sejam assegurados, ele reafirma regras

³ Estes princípios são: eleição dos representantes, independência parcial dos representantes, liberdade de opinião pública, decisões tomadas após debate parlamentar. Dependendo do contexto social, político e histórico, os significados destes princípios se modificam, definindo a atuação do partido, dos representantes, dos eleitores, o papel do ativismo, entre outros fatores.

como liberdade de expressão, direito de voto e de ser eleito, eleições livres, igualdade econômica. Maiores graus de liberdade e inclusão indicam uma poliarquia mais próxima do ideal democrático. A definição da democracia em dois pontos principais se repete em Phillips (1995, pp. 27-30). De acordo com a autora, quanto maiores são o *controle popular* e *igualdade política*, melhor é a democracia. O primeiro ponto se refere à participação, lembrando que a democracia é feita “para o povo”, mas também “pelo povo” e novos mecanismos de participação e *accountability*. Daí deriva-se o segundo ponto, admitindo que os indivíduos são suficientemente capazes de tomar parte da vida política e devem poder fazê-lo sem obstáculos.

O argumento principal para a inclusão é a questão de justiça. Se um dos pontos principais da democracia é a igualdade, que permite que todos possam participar de alguma forma da política, seria injusto excluir qualquer um da possibilidade de participar como quiser⁴. Para Nancy Fraser, a injustiça é uma questão de reconhecimento e redistribuição. Quando reconhecimento social ou redistribuição econômica não são suficientemente satisfeitos, o princípio de paridade participativa é ferido.⁵

A autora (1997, pp. 13-14; 2000, pp. 116-117), argumenta que problemas de reconhecimento costumam se encaixar nas seguintes categorias: padrões de representação, interpretação e comunicação, ou seja, apropriação dos meios de interpretação da sociedade através de dominação cultural, não-reconhecimento e desrespeito. Problemas de redistribuição têm como exemplos: exploração, marginalização econômica e privação, ou seja, impossibilidade de se apropriar do seu

⁴ Phillips (1995, p. 29) explica que o ônus de justificar uma exclusão fica sobre quem defende a exclusão. Debates sobre a participação de crianças e deficientes mentais e mais ainda, sobre a possibilidade de serem eleitos, são, nesse momento, irrelevantes por serem situações tão díspares que não servem de base para a discussão de igualdade e participação. Voltaremos a esse ponto mais à frente.

⁵ Fraser não determina que indivíduos sejam completamente iguais e “tenham” em quantidades idênticas. O que ela tenta demonstrar é que altos níveis de desigualdade podem causar desequilíbrios de poder na sociedade, dificultando a participação política dos que estão, de alguma forma, desfavorecidos.

trabalho, de ser confinado a um tipo de trabalho ou impossibilidade de adquirir certo padrão de vida.

Para Zurn (2003, pp. 533-534), o esforço feito para focar em questões sociais e políticas ignora o não-reconhecimento individual. Fraser (2007, p. 132) procura explicar que a avaliação ética pode ser necessária, mas apenas em casos muito raros, quando se deve escolher entre duas concepções de boa-vida totalmente opostas, impossibilitando soluções pluralistas.

Outra crítica importante sobre o trabalho de Fraser é feita por Honneth. Ele argumenta que ela propositalmente exclui demandas e grupos “desagradáveis”, como neo-nazistas ou extremistas islâmicos, já que, tomados caso a caso, problemas de reconhecimento não podem excluir ninguém. Assim, “movimentos sociais” se torna uma identificação a ser desejada, como um grupo merecedor de atenção, publicidade e demandas (FRASER e HONNETH, 2003, p. 120). A posição de Fraser em relação a isso é que grupos que possuem demandas que injustamente afetariam os direitos de outros não têm direito de externar essas demandas, especialmente quando incitam exclusão e violência. Para ela, é necessária a uma argumentação que prove que o grupo está injustamente colocado numa situação de subjugação, seja econômica, cultural ou ambas. Ainda assim, mesmo sem considerar os grupos “desagradáveis”, a publicidade e a condição de movimento social respeitado são itens de difícil aquisição.

Young (1990, p. 173) também formula a justiça em dois ideais, similares aos de Fraser. O auto-desenvolvimento e a auto-determinação definem que indivíduos necessitam de certos graus de independência econômica e de liberdade política para poderem participar da vida política. Para ela, a justiça social tem como objetivo a igualdade social e é composta das condições institucionais que promovem os dois ideais de justiça apresentados. A autora parte do pressuposto de que poder é relacional e se

estabelece numa estrutura de dominação. A estrutura incentiva a reprodução das relações de poder enquanto nenhuma mudança for feita (YOUNG, 1990, pp. 32-33). Nancy Fraser (1997, p. 190) afirma que Young tenta criar uma teoria que pretende unificar reconhecimento e redistribuição, igualdade e diferença, cultura e economia política. No entanto, as faces da opressão como são determinadas por Young continuam seguindo a divisão de problemas econômicos *versus* problemas culturais. Para ela, a questão é que as alternativas propostas por Young podem causar tensões entre si, se não considerados os efeitos que uma pode ter sobre a outra (FRASER, 1997, pp. 198-199).

Young (1990, p. 43 e 2000, pp. 90-91) afirma que um grupo social é definido como um coletivo de indivíduos, que possuem afinidades entre si criadas por experiências de vida similares e se diferenciam de pelo menos um grupo com relação aos seus hábitos, tradições ou modo de vida. Grupos sociais estruturais são compostos por pessoas que se diferenciam por normas culturais, hábitos, necessidades ou habilidades especiais e posições na estrutura de poder. Grupos culturais são compostos por pessoas que se diferenciam em aspectos como a língua, hábitos cotidianos, religião, modos de produção e estética, produzindo uma comunicação diferente entre eles. Existe pouco nessa separação; grupos étnicos são constantemente excluídos das posições de poder, como ela mesma conclui.

Em resumo, um grupo social estrutural é uma coleção de pessoas que estão posicionadas similarmente em relações interativas e institucionais que condicionam suas oportunidades e possibilidades em suas vidas. Esse condicionamento ocorre por causa do jeito que ações e interações, ao condicionarem aquela posição numa situação, reforçam as regras e recursos disponíveis para outras ações e interações envolvendo pessoas em posições estruturais. As consequências não previstas da confluência de várias ações freqüentemente produzem e reforçam tais oportunidades e impedimentos, e estes freqüentemente deixam sua marca nas condições físicas de ações futuras, assim como nos hábitos e expectativas dos atores. Esses processos simultâneos fazem com que as relações posicionais e a maneira que elas condicionam vidas

individuais sejam difíceis de mudar (YOUNG, 2000, pp. 97-98, tradução nossa).⁶

Young argumenta que o grupo social não existe formalmente. Movimentos sociais são tentativas de politizar o grupo e protestar contra a desigualdade sofrida. Para a autora, a identidade de grupo é formada dentro e fora do grupo, através de uma lógica relacional determinada pelo indivíduo e seus relacionamentos. A identidade individual é estabelecida dada a conexão do indivíduo com vários grupos e sua experiência de vida. Assim, a identidade não pertence ao grupo, mas ao indivíduo, aproximando-se mais de um conceito psicológico de identidade ao invés de sociológico. No entanto, Young fala dos grupos como se existissem claramente, fixos e com fronteiras marcadas (YOUNG, 2000, pp. 87-102). Para escapar da ideia de identidades fixas, Young afirma que grupos estruturais, ou seja, grupos numa hierarquia social de poder, são os que têm demandas por justiça, enquanto grupos ideológicos (1990) ou culturais (2000) podem ou não ser grupos estruturais. Mas, como as diferenças entre um grupo estrutural e um grupo social praticamente não existem, é difícil compreender porque essa diferenciação é relevante.

A “lógica relacional” é um instrumento para tentar escapar das explicações sobre mutabilidade das identidades, usando a palavra “relacional” com seu significado mais simples indicando as relações em si e não como elas se definem comparadas às outras. Young explica que diferença é “uma função das relações entre grupos e as interações de grupos com instituições” (1990, p. 171. Tradução nossa.), afirmando que essa posição contextualiza a diferença de grupo. Essa contextualização significa que em assuntos de

⁶ In summary, a structural social group is a collection of persons who are similarly positioned in interactive and institutional relations that condition their opportunities and life prospects. This conditioning occurs because of the way that actions and interactions conditioning that position in one situation reinforce the rules and resources available for other actions and interactions involving people in the structural positions. The unintended consequences of the confluence of many actions often produce and reinforce such opportunities and constraints, and these often make their mark on the physical conditions of future actions, as well as on the habits and expectations of actors. This mutually reinforcing process means that the positional relations and the way they condition individual lives are difficult to change (YOUNG, 2000, pp. 97-98).

saúde, por exemplo, deficientes físicos constituem um grupo, mas não em outros assuntos.

Para Young é importante valorizar o grupo e criar laços de solidariedade e isso não pode ser feito se o grupo não é consistente (idem, p. 166). A autora teme que se os grupos não forem bem definidos e fechados, podem ser assimilados por forças exteriores ou desempoderados perante o grupo dominante (1990, pp. 163-165). Dessa forma, homens podem ser feministas mas, não podem participar de um grupo feminista (1990, p. 159). Isso nos leva a crer que Young percebe o mundo político como um lugar onde diferentes grupos deveriam discutir e conviver, mas nunca se misturar, afirmando e respeitando as diferenças de outros grupos, mas rejeitando qualquer possível “assimilação” ou modificação do grupo. Diferenças internas criam outros grupos mais específicos, por exemplo, um grupo para apenas mulheres negras, acreditando que valorizar a diferença do grupo é a melhor maneira de empoderá-lo.

A política da diferença certamente não é contra coalizões ou afirma que, por exemplo, brancos não deveriam trabalhar contra injustiça racial ou homens contra injustiça de gênero. A assertiva da política de grupos, no entanto, toma como princípio básico que membros de grupos oprimidos precisam de organizações separadas que excluem outros, especialmente aqueles de grupos privilegiados. Organizações separadas são necessárias, provavelmente, para que esses grupos descubram e reforcem a positividade de suas experiências específicas e eliminem a consciência dupla (YOUNG, 1990, p. 167. Tradução nossa).⁷

Urbinati (2007) narra a transição do pensamento de Young. Para esta autora, Young começa sua trajetória intelectual argumentando que inclusão é justiça e, por isso, foca na participação como a principal faceta da democracia. Gradualmente, esse tópico,

⁷The politics of difference is certainly not against coalition, nor does it hold that, for example, whites should not work against racial injustice or men against sexist injustice. The politics of group assertion, however, takes as a basic principle that member of oppressed groups need separate organizations that exclude others, especially those from more privileged groups. Separate organization is probably necessary in order for these groups to discover and reinforce the positivity of their specific experience, to collapse and eliminate double consciousness (YOUNG, 1990, p. 167).

A consciência dupla vem do entendimento do grupo e do entendimento do grupo dominante e como essa escolha atua dentro do indivíduo.

se torna, para Young, um debate sobre representação democrática e “a relação entre igualdade procedimental e influência política real” (URBINATI, 2007, p. 267. Tradução nossa.). É nesse momento que Young começa a trabalhar com os conceitos de perspectiva social e conhecimento social, que encorajam o debate e a discussão pública.

Young (2000) afirma que pessoas posicionadas similarmente na estrutura social têm dificuldades e visões similares sobre como resolver problemas. Quando pessoas de diferentes posições são colocadas juntas, elas não têm outra opção a não ser tentar entender outros pontos de vista, aumentando seu conhecimento sobre a sociedade. A diferença entre opiniões, interesses e perspectiva social, é que a última não pode ser evitada e é restrita aos que são submetidos às circunstâncias que a causam. A perspectiva social não é correta ou legítima em si, como podem ser as opiniões. As perspectivas sociais que compõem a sociedade devem ser equilibradas, de forma a garantir a todos igual acesso aos direitos e liberdades (idem, p. 115 e 146). Sendo composta por experiência, história e conhecimento social, a perspectiva social oferece um “ponto de vista sobre processos sociais” (YOUNG, 2000, p. 136) que possibilita um “ponto de partida” (MIGUEL, 2001, p. 265) para um debate mais completo e rico entre os indivíduos. Estes não estão, obrigatoriamente, num mesmo grupo formal ou possuem os mesmo desejos e interesses.

No entanto, a existência da perspectiva social garante a possibilidade de maior compreensão social. Para Urbinati (2007), Young vê o representante como alguém sendo escolhido para ir para um espaço deliberativo e expressar essa perspectiva social. Enquanto Young fala sobre como garantir representação de grupos no nível nacional, ela também afirma que a política de grupos funcionaria no âmbito local (YOUNG, 1990, p. 184; YOUNG, 2000, p. 149), de acordo com a interpretação de Phillips (1995,

p. 54). Para Phillips, a política de grupos funcionaria no nível local como *mais um* mecanismo de representação e formação de políticas.

Ao afirmar que a igualdade formal da lei nem sempre resulta em igualdade real, Anne Phillips (1995; 2004) afirma que a igualdade de resultados deveria como medida para a qualidade da igualdade e da justiça numa sociedade. Para a autora, a igualdade de oportunidade não garante que a possibilidade participação política seja efetiva. De acordo com ela, se não existem preconceitos de gênero, cor, etnia, etc., espera-se que indivíduos de todos os tipos componham todos os espaços da sociedade, incluindo o espaço político institucional. Se isso não acontece, logo deve existir algum obstáculo que cria um viés na composição de determinado espaço social. Os efeitos da injustiça sobre a representação política não podem ser diminuídos ou negados. Se a igualdade de oportunidade fosse suficiente, a lei permitindo que, independente de gênero, cor, etnia, religião ou orientação sexual, os cidadãos e cidadãs têm o direito de se candidatarem teria como resultado uma casa legislativa muito mais diversa.

Legitimidade e política de presença

De acordo com Pierre Rosanvallón (2010), até os anos 80, a democracia se legitimava numa base dupla, composta pelos princípios de unanimidade e generalidade. Até o final do século XX, estes princípios determinaram o formato da democracia, desenvolvendo ferramentas para atingir seu ideal, como a regra da maioria, a democracia eleitoral, o sufrágio universal e a administração pública. O autor argumenta que a desconfiança dos cidadãos na capacidade do Estado gerir a vida social se desenvolve em uma crise democrática, quando essa legitimidade dupla se mostra incapaz de sustentar o Estado democrático (ROSANVALLÓN, 2010, p. 101). O que ele chama de “era da particularidade”, é uma democracia sustentada por três fontes: a

imparcialidade, a reflexividade e a proximidade. A imparcialidade é derivada na necessidade pela população de atenção às suas demandas sem que existam vantagens ou privilégios particulares e é garantida por autoridades independentes, que fazem parte do governo, mas não são eleitas. A reflexividade vem do entendimento de que as eleições não são uma forma de participação suficiente e, por isso, não são capazes de legitimar, sozinhas, o processo democrático. A proximidade vem da necessidade da população de não se sentir alienada e afastada daqueles que elegeram. Em todas essas formas de legitimidade, Rosanvallón chama atenção para a importância da representatividade: tem se tornado essencial que os cidadãos sintam que seus interesses estejam sendo atendidos, que sua participação tem valor e que seus representantes levem em conta.

No começo deste capítulo, discutimos o início da representação política, sua aproximação com a democracia e a importância da inclusão como seu princípio fundamental. A democracia representativa deixa de ser um substituto para a democracia direta e passa a ser o modelo mais eficiente de estruturar a vida política. Até agora, discutimos a representação apenas em seu aspecto teórico e deixamos ampla a definição de participação. No entanto, enquanto a participação política fora das instituições da democracia representativa é volúvel, a representação é parte constante do processo democrático. Phillips (1995, pp. 32-33), argumenta que desigualdade em participação nem sempre é indicativo de exclusão, já que as pessoas são livres para seguir seus interesses. No entanto, quando se fala de representação política, a autora afirma que esse princípio não se aplica.

Existem hoje, no mundo, 46.056 parlamentares. Destes, 19,6% (8.990) são mulheres (IPU, 2012). Se a inclusão é parte essencial da definição de democracia e a representatividade, componente essencial para construir a legitimidade da democracia, é possível admitir que essa defasagem seja apenas fruto de uma coincidência? A sub-

representação das mulheres tem sido um consenso em órgãos como a IPU (União Inter-Parlamentar) e a ONU (Organização das Nações Unidas). Também no Brasil, órgãos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos) apontam que a discrepância entre o tamanho da população feminina (aproximadamente, 52% do eleitorado) e o número de mulheres na Câmara dos Deputados (aproximadamente 9%). Se a faceta descritiva da representação, como explica Pitkin, tem a função de informar sobre os representados, pode-se dizer que uma casa legislativa é representativa quando seus membros não são diversificados?

Dentro da teoria política feminista, autores e autoras tendem a focar em dois tipos de explicação para a exclusão das mulheres: estrutural e cultural. Para alguns, a estrutura social é desenhada de forma a reproduzir os padrões de exclusão. Para outros, a inclusão feminina depende da transformação de valores culturais tradicionais. No entanto, quase todos percebem que soluções multiculturalistas não são capazes de resolver o problema da exclusão feminina. Walzer (2004, pp. 33-34) sustenta que a desigualdade de gênero é de difícil superação, já que existe em várias culturas e sociedades diferentes, e tem sobrevivido a várias transformações sociais. Ao contrário de outros setores sociais desfavorecidos, Walzer afirma, não existe *uma* cultura feminina, o grupo social “mulheres”. Elas estão dispersas em suas casas e famílias, integradas na cultura ou grupo social. Ele aponta que essa dispersão tem muito efeito na falta de organização ou conscientização e ação política das mulheres que, em geral, foram e são concentradas em assuntos específicos.

Autoras como Nancy Fraser, Iris Young e Sylvia Walby descrevem a marginalização das mulheres (e outras minorias políticas) usando uma perspectiva estrutural, apontando quais os aspectos da vida social criam obstáculos para o avanço

das mulheres em maiores números em posições de liderança, especialmente políticas. Essas estruturas são idealizadas para apresentar todas as possibilidades de opressão. Assim, as autoras têm visões similares sobre o que constitui essa opressão.⁸ Walby (1991), Young (1990) e Pateman (1993), em particular, chamam atenção para questões do corpo, como sexualidade e violência.

Young define a violência como estrutura opressora no sentido em que é violência sistemática sofrida por certos indivíduos simplesmente por serem membros desses grupos. A definição da ONU (2005, p. 9; 2007, p. 5) é similar à usada por Young, incorporando o fato de que são homens próximos, parceiros ou maridos, que infligem a violência sobre as mulheres. De acordo com a ONU (2007, p. 5), a violência contra as mulheres está “enraizada em desequilíbrios de poder e relações estruturais de desigualdade entre homens e mulheres (...) reforçando outras formas de desigualdade e violência nas sociedades”.

Outro fator estrutural apontado pelas autoras é a marginalização na economia. Walby afirma que as mulheres enfrentam salários menores, profissões e cargos com menor valor simbólico e duplas jornadas de trabalho. Esse último aspecto se encontra ligado ao trabalho doméstico, ainda realizado principalmente pelas mulheres. Dados mostram que as mulheres se concentram em profissões que recriam as responsabilidades domésticas, estando menos presentes em campos como engenharia, ensino universitário e estando sobre-representadas nas áreas de ensino fundamental e serviço social (IBGE, 2010; ONU, 2010; DIEESE, 2011; NOGUEIRA, 2011). Apesar do crescimento do nível educacional das mulheres, no Brasil e no mundo, essas informações apontam para esse “insulamento” das mulheres “que não ocorre mais por meio do impedimento de acesso,

⁸ De acordo com Walby (1991; 1997), são seis estruturas do patriarcalismo: *trabalho assalariado, trabalho doméstico, cultura, sexualidade, violência e o Estado*. Young (1990) define a opressão amplamente, com cinco aspectos: *exploração, marginalização, falta de poder, imperialismo cultural e violência*.

mas que se mantém dentro do sistema de ensino no qual a discriminação passa a acontecer no processo de escolha das carreiras, provocando a “guetização” por sexo” (ÁVILA e PORTES, 2009, p. 93).

Walby argumenta que a presença das mulheres na vida pública não indica que essas estruturas acabaram ou que as atitudes em relação às mulheres se modificaram. De acordo com a autora, o que houve foi uma transformação das estruturas, passando do patriarcalismo tradicional para o que ela denomina de “patriarcalismo público”. Walby afirma que restringir a definição de patriarcalismo a uma determinada época diminui sua capacidade explicativa em relação à dominação de gênero. Assim, ela define o patriarcalismo como “um sistema de estruturas sociais e práticas em que homens dominam, oprimem e exploram mulheres” (WALBY, 1991, p. 21). Walby afirma que o uso de uma perspectiva estrutural permite evitar determinismo biológico e generalizações que presumem que todo homem é dominante e toda mulher dominada, admitindo também que o patriarcalismo exista mais abstratamente, na forma de relações sociais e mais concretamente na forma das estruturas mencionadas acima. No entanto, a importância das mudanças feitas nos últimos anos depende da interpretação das várias correntes dentro do feminismo.

Walby argumenta que certos aspectos do patriarcalismo têm diminuído, enquanto outros têm aumentado. Isso, para ela, indica uma mudança de um patriarcalismo privado para o patriarcalismo público, afirmando que a presença das mulheres na vida pública não representa o fim do patriarcalismo. Assim, Walby não nega avanços importantes como o aumento da escolarização das mulheres, de sua participação no mercado de trabalho ou suas atividades políticas, mas afirma que elas ainda estão, em sua maioria, em posições de menor valor simbólico, recebendo menores salários e com menor influência política do que suas contrapartes masculinas. O

patriarcalismo público é uma adaptação das antigas estruturas patriarcais, limitando as ações das mulheres na vida pública.

A perspectiva estrutural pode, às vezes, ser muito rígida. No entanto, é uma perspectiva que pode oferecer explicações e soluções objetivas e claras para a questão da desigualdade de gênero e, por isso, é tão utilizada. Se o problema é, por exemplo, violência sistemática contra as mulheres realizada por seus parceiros, pode-se criar uma lei que objetivamente criminaliza essas ações e cria aparatos institucionais que lidem com esse assunto específico. No entanto, enquanto uma lei pode ser eficaz em punir os culpados, ela possivelmente não será capaz de modificar o comportamento e a atitude em relação a esse ato.⁹ Alguns autores seguem essa linha de raciocínio e, sem negar a perspectiva estrutural, argumentam que a raiz da desigualdade de gênero é cultural.

A marginalização das mulheres na economia é um bom exemplo de como as perspectivas estrutural e cultural se complementam: as profissões têm valores simbólicos e são culturalmente definidas como femininas ou masculinas. Enquanto essa “guetização” das profissões é problemática, pois limita as possibilidades de escolha para ambos os sexos, existe a preocupação da remuneração desigual de certas profissões que são, em geral, as profissões ditas femininas.

A abordagem cultural é usada por autores como Norris e Inglehart (2000; 2003). Para eles, aspectos culturais que determinam ações de opressão são mais ligados a visões tradicionais e históricas, difíceis de serem transformados por regras e leis. Assim, mudanças institucionais terão pouco efeito se não forem acompanhadas por mudanças culturais. Enquanto o papel do Estado e da reformulação das “regras do jogo”

⁹ A Lei Maria da Penha foi criada com esse objetivo. Depois de várias denúncias que foram ignoradas, o esposo de Maria da Penha usou uma arma contra ela, deixando-a paralisada. A lei, no entanto, ainda não tem sido amplamente aplicada no território brasileiro e está sujeita à interpretações de policiais e juízes. Muitas mulheres ainda não têm conhecimento da lei e ainda são muitas as que não denunciam.

(em particular, das regras eleitorais) são importantes (2000, p. 10; 2003, p. 149), transformações culturais são essenciais para que a igualdade de gênero aconteça.

Portanto, são necessárias, em conjunto, várias transformações socioeconômicas que permitam modificações no pensamento sobre a igualdade de gênero. Desenvolvimento econômico, especialmente quando ligado à passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial e para uma sociedade pós-industrial, além de diferenças geracionais e um processo de secularização (ambos associados com a sociedade pós-industrial) são pontos de grande importância para os autores. Afinal, eles são acompanhados por mudanças de valores: *tradicional* para *secular* e *sobrevivência* para *auto-expressão*, que inclui a transição de valores *materialistas* para *pós-materialistas* (2003, p. 156).

Os valores *tradicional*, *sobrevivência* e *materialista* se encontram relacionados com sociedades mais conservadoras, tanto em religião quanto em formato da família, e menos desenvolvidas economicamente, induzindo seus membros a focarem mais em questões de subsistência e posse. Os valores *racional*, *auto-expressão* e *pós-materialista* são mais ligados a sociedades pós-industriais, onde há maior desenvolvimento econômico e um processo de secularização mais avançado, permitindo que seus membros possam focar em questões de qualidade de vida, incluindo igualdade de gênero.

As transformações em atitudes em relação aos papéis sexuais que nós documentamos não ocorrem isoladamente. Ao contrário, elas correspondem a mudanças sociais e culturais mais amplas em relação à transição de valores tradicionais para valores secular-rationais (ligados ao declínio da família tradicional) e de valores de sobrevivência para valores de auto-expressão (associados com o aumento da igualdade de gênero). Quais são as consequências desses acontecimentos? Transformações culturais em sociedades modernas não são suficientes para garantir, sozinhas, igualdade para as mulheres em todas as importantes dimensões da vida; mesmo assim, ao sustentar reformas estruturais e direitos das mulheres e ao fortalecer o apoio público para movimentos e organizações de

mulheres, pode-se esperar que elas facilitem imensamente esse processo. Mudança cultural em atitudes em relação aos papéis de mulheres e homens pode, então, ser vista como uma condição necessária, ainda que não suficiente, para a consolidação da igualdade de gênero (NORRIS e INGLEHART, 2003, pp. 152-153, tradução nossa).¹⁰

Por outro lado, mesmo tentando afastar visões deterministas, Norris e Inglehart (2003, p. 162), têm dificuldade em explicar como sua teoria não é determinista. Eles confiam fortemente na secularização de sociedades pós-industriais, mas mesmo em seu mapa cultural (ibid., p. 155) muitas dessas sociedades são colocadas em posições tradicionalistas ou religiosas. Suas visões sobre processos associados, algumas vezes confundidos com causalidades diretas, não são suficientes para informar sobre os efeitos da cultura na igualdade de gênero. A confiança, por exemplo, na igualdade de gênero na Noruega, termina quando se descobre as altas taxas de violência doméstica e a não-criminalização do estupro marital.¹¹ Além disso, a depender da obra em questão, os autores encontram efeitos diferentes para o desenvolvimento econômico: ora acreditam que não há efeito (2000), ora afirmam que tem grande efeito sobre a igualdade de gênero (2003).

Além desses problemas, como Norris e Inglehart lembram, hábitos sociais e opinião pública não agem tão rápido quanto o Estado (2003, p. 150). Valores culturais são transformados ao longo do tempo, mas como essa transformação se dá ainda é

¹⁰The shifts in attitudes toward sex roles that we have documented do not occur in isolation. Instead, they correspond to broader social and cultural shifts relating to the transition from traditional to secular-rational values (linked to the decline of the traditional family) and from survival to self-expression values (associated with the rise of gender equality). What are the consequences of these developments? Cultural shifts in modern societies are not sufficient by themselves to guarantee women equality across all major dimensions of life; nevertheless, by underpinning structural reforms and women's rights, and by strengthening public support for women's movements and organizations, they can be expected to greatly facilitate this process. Cultural change in attitudes toward the roles of women and men can thus be regarded as a necessary, although not sufficient, condition for the consolidation of gender equality (NORRIS e INGLEHART, 2003, pp. 152-153).

¹¹ Matéria do dia 24 de outubro de 2011, no New York Times, como dados da Secretaria do Movimento de Abrigos e Ministério da Justiça da Noruega, pesquisa do Instituto Norueguês para Pesquisa Urbana e Regional e o Relatório do Progresso das Mulheres de 2011 da ONU. http://www.nytimes.com/2011/10/25/world/europe/in-norway-gender-equality-does-not-extend-to-the-bedroom.html?_r=1&pagewanted=all

obscuro. Para Robert Dahl (1971, pp. 87-88), a modificação de uma sociedade de tradicional ou para uma industrializada não determina que os valores dessa sociedade sejam também modificados. Resumidamente, seu argumento é que fatores como o contexto histórico e a forma de industrialização são relevantes para entender a mudança de valores e que isso deve ser avaliado caso a caso. Miguel (2000, p. 99) argumenta que mudanças ocorrem em diferentes períodos de tempo. Assim, cotas eleitorais são uma ferramenta para contornar um problema de forma rápida mas, no longo prazo é necessário que as próprias mulheres se vejam como capazes de atuar na esfera política, algo que depende de mudanças na socialização e educação primária.

Ambas as perspectivas afirmam que as mulheres, de forma geral, estão parcialmente excluídas do processo representativo, seja por regras institucionais ou por valores culturais que criam barreiras para a inserção na competição eleitoral e preconceitos que sobrevivem dentro do espaço político institucional. Anne Phillips (1995) argumenta que a importância da representação no sentido de “acting for”, explicado por Pitkin, tem sido excessiva e retirando a relevância da presença de grupos e indivíduos desfavorecidos. São quatro as justificativas utilizadas por Phillips para explicar porque a política de presença *em conjunção* com a política de ideias é tão importante para a democracia a ponto de valer o risco do relativismo e essencialismo. Primeiro, a simbologia da inclusão é mais relevante do que imaginamos e não é ignorada por Pitkin. Olhar uma foto dos membros da casa representativa e ver apenas uma cor, uma etnia ou um gênero, demonstra para a sociedade como um todo que sua diversidade é irrelevante no espaço de representação. Mais do que uma justificativa teórica de legitimidade, ela é, na verdade, pragmática por criar uma via importante de reconhecimento (1995, p. 40).

Em segundo lugar, a política de ideias sem a política de presença pode ser extremamente excludente, já que justifica a política em abstratos e não modifica desigualdades estruturais e culturais que dificultam o acesso de certos grupos sociais da participação no âmbito legislativo. Além disso, o representado não tem como estar sempre em contato com seu representante; a existência de certas características definidoras *pode ser* um atalho informacional significativo, ainda que imperfeito, para o representado saber como seu representante vai agir em certas situações. O terceiro ponto é em sequência ao segundo: a admissão de representantes de grupos historicamente excluídos garante a existência de uma *advocacy* necessária a favor desses grupos, ou seja, de pessoas comprometidas com a melhoria da situação de grupos em desvantagem. Porém, é importante notar que isso não obriga que todos os representantes estejam comprometidos com algum grupo. Nem todas as mulheres representantes, por exemplo, são obrigadas a ser feministas (ainda mais porque é um movimento muito diversificado) ou mesmo se preocupar com questões “de mulheres”.

O quarto e, afirma Phillips, mais importante, é que a união da política da presença com a já existente política de ideias abre espaço para transformação social, tirando segmentos da obscuridade e lhes dando voz e poder para deixar a sociedade mais inclusiva e democrática. Uma maior diversidade nos âmbitos legislativos garante que assuntos que antes nunca entraram em discussão possam vir à tona e serem debatidos, desafiando convenções dominantes que nunca antes foram colocadas em disputa.

O que determinam esses pontos, então? Na realidade, nada tão radical quanto pode ser interpretado. Autoras como Young (1990, pp. 184-185) já, em algum momento, apoiaram a ideia de política de grupos e veto para grupos desfavorecidos. Mansbridge (1999) afirma que a política de grupos pode ser utilizada em contextos de

alta desconfiança e instabilidade política, se preocupando em justificar a utilização da representação descritiva de forma a “consertar” erros de certas regras sociais ou políticas. Ou seja, o uso de representação descritiva deve ser feito em determinados contextos, não como uma medida permanente. No entanto, a política de presença de Phillips não tem interesse em defender uma representação como “espelho”. Assim como vimos com Pitkin, Phillips acredita que a faceta descritiva tem seu lugar na representação não sendo, no entanto, seu único aspecto ou o mais importante. Urbinati (2010, pp. 83-84) afirma que a representação como *advocacy* facilita a combinação da representação descritiva com a preocupação de como o representante age. A autora argumenta que um *advocate* se interessa pela causa, mas consegue ter as características necessárias para ser um representante (uma questão de aptidão pessoal e personalidade).

Sendo assim, ele ou ela não precisa sentir os efeitos da causa, ou seja, não precisa de sido vítima de violência, deficiente físico, entre outras. Se a democracia é vista apenas pelo seu aspecto procedimental de eleições ou ignora a importância da presença ela perde seu dinamismo, seu apelo popular e sua representatividade (ROSANVALLÓN, 2010, p. 266). A faceta descritiva da democracia representativa cria a sensação de *pertença*, legitimando a instituição representativa e o processo democrático. Dessa forma, Rosanvallón aponta que a inexistência desse sentimento pode causar uma crise da representação, já que os representados não se reconhecem na instituição.

Para Urbinati, a existência de eleições não somente periodiza a democracia, mas garante que os representantes não sejam insulados da sociedade. A representatividade é essencial para a manutenção da democracia como governo de soberania popular (URBINATI, 2006, p. 204). A representatividade se torna essencial para a “legitimação democrática da representação” (URBINATI, 2006, p. 206).

As interpretações que combinam a representação descritiva e *advocacy* não exigem, portanto, que a casa legislativa seja estatisticamente idêntica à sociedade, mas também não aceita a possibilidade de um “véu de ignorância” (RAWLS, 2000) que possibilita que qualquer um, independentemente de suas características pode se posicionar diferentemente para entender e criar políticas sociais. Dessa forma, a igualdade de resultados não busca demonstrar que a casa legislativa está idêntica à sociedade, mas que sua composição é suficientemente *aleatória* para que haja diversidade entre seus membros. Para Phillips (2007, p. 168), a entrada das mulheres na política institucional não indica que as mulheres estão representadas ou mesmo *bem* representadas. Como não existe um grupo social “mulheres”, não há como representá-las, bem ou mal.

Aumentar o número de mulheres numa casa legislativa serve a dois propósitos principais: 1) o simbólico, servindo como demonstração de igualdade política, justiça e democracia (PHILLIPS, 1995, p. 25 e pp. 38-40); 2) e a “política da transformação”, da qual se espera que uma maior presença feminina amplie as perspectivas da casa legislativa de forma geral (1995, pp. 44-45; 2007, p. 168). Dessa forma, às mulheres representantes são permitidas várias visões e opiniões políticas, ligadas a movimentos sociais ou não. Ainda assim, existem evidências que sugerem que quando as mulheres entram na política, elas tendem a trazer assuntos sobre a situação das mulheres em seus países (LOVEDUSKI e NORRIS, 2004, p. 7).

Estudos mostram que, globalmente, as mulheres ainda estão sub-representadas e raramente possuem cargos altos nas legislaturas (ONU, 2010, p. 114). Essa sub-representação traz novamente o apelo à justiça, discutindo a legitimidade da democracia. Para Rosanvallón (2010, p. 288), uma política de presença só é democrática quando acoplada a uma estratégia de construção de uma sociedade mais justa. Ou seja, a

criação de instrumentos como cotas eleitorais, reserva de assentos ou representação descritiva de grupos deve servir para um propósito de ampliação da democracia e resolução de conflitos, como argumenta Mansbridge (1999, p. 650). Rosanvallón, afirma que a legitimidade democrática da “proximidade” permite que o cidadão ou cidadã tenha contato direto com a política ao se sentir representado. O poder se torna imanente, acessível e familiar; por ser representativo, ele cria uma identidade comum e se legitima ao renovar e (re)apresentar experiências (2010, pp. 274-75). Encontrar formas de inserir as mulheres (e outras minorias) na política institucional incrementaria a legitimidade da democracia. Como fazer isso depende do contexto histórico e político local.

Algumas ferramentas institucionais têm sido vistas como favoráveis para a admissão no espaço legislativo de indivíduos e grupos historicamente excluídos. O sistema de representação proporcional (RP) tem sido ligado à maior representação feminina (MIGUEL e QUEIROZ, 2006; NORRIS, 2006; ARAÚJO e ALVES, 2007; JONES, 2009). Norris (2006, pp. 9-10) apresenta três razões para isso: 1) a RP permite que os partidos assumam mais riscos ao apresentar candidaturas de todos os tipos, incluindo atores novatos como as mulheres; 2) a RP proporciona maiores índices de renovação, abrindo espaços para que novatos sejam eleitos e possam ser reeleitos depois; 3) a RP facilita a implementação de instrumentos de “ação positiva” como as cotas. Por essas razões, os benefícios da RP para minorias também vem associado à maior magnitude do distrito e o multipartidarismo que permitem a inserção de mais atores.

A lista aberta vem sendo vista como menos vantajosa para as mulheres, já que sistemas de lista fechada “tendem a produzir uma transferência mecânica da proporção de candidaturas femininas para a proporção de mulheres no parlamento”, ainda mais em

países que usam cotas (MIGUEL e QUEIROZ, 2006, p. 365). No entanto, não existe um consenso sobre essa ferramenta (ARAÚJO e ALVES, 2007, p. 539). No entanto, Araújo (ibid., p. 18) aponta que as cotas costumam ser mais eficientes quando associadas a sistemas com lista fechada, que permitem decidir qual será o ordenamento dos candidatos. A lista fechada também tem efeitos sobre a competição intrapartidária, fazendo com que o partido e seus candidatos se unifiquem em volta da campanha ao invés de competirem com candidatos de seus próprios partidos. A desigualdade econômica entre homens e mulheres também sugere que financiamento público exclusivo ou financiamento com limites também pode ajudar a equalizar o processo.

Esse tipo de medidas busca modificar, usando a estrutura, a situação de desigualdade entre homens e mulheres no espaço político. Em longo prazo, espera-se que elas modifiquem a cultura, os valores que são anexados às mulheres e os trabalhos que realizam.

Eleger mulheres ou feministas (sejam homens ou mulheres) é uma questão que compete a cada eleitor. O que influencia o eleitor, ser negro, conservador, a favor do aborto, ou quaisquer outros determinantes não é o que estamos discutindo aqui. Estamos tentando demonstrar que os eleitores e eleitoras devem ter acesso a esses fatores, e que exclusões estruturais e culturais têm criado barreiras adicionais a certos indivíduos, homogeneizando a disputa eleitoral. Mas, para solucionar essa falta de aleatoriedade, é preciso prestar atenção no contexto sócio-político e as necessidades imediatas e em longo prazo da sociedade. A política de presença é, em nossa percepção, baseada em uma ideia de representatividade complexa. Especialmente em um sistema proporcional, um número limitado de cadeiras garante que muitos eleitores não verão seus candidatos serem eleitos. No entanto, isso não quer dizer que esses eleitores não estão representados. Além da relação eleitor-candidato eleito, o cidadão se sente representado

pela casa legislativa e por outros representantes em quem não votou, mas que advogam por causas, propõem leis e debatem assuntos que lhe interessa. Isso remonta ao sentimento de pertença indicado por Rosanvallón. A representatividade não depende de apenas um representante para cada representado. Ela é ampla e diversificada.

Segundo Capítulo

*Sobre o contexto cultural e estrutural brasileiro e seu efeito nas
candidaturas e eleições de mulheres*

Aspectos da cultura brasileira que afetam a desigualdade de gênero e as instituições políticas do país

A forma de colonização do Brasil foi responsável por diversas idiossincrasias que ainda fazem parte da cultura e tradição do país. O pensamento político brasileiro não deixou de se preocupar com essas particularidades e se dedicou ao estudo dessas tradições e como elas afetaram e afetam a política no país (FREYRE, 1968; VIANNA, 1987; HOLANDA, 1995; RIBEIRO, 1995). Entre as principais características descritas aparecem o foco no lucro produzido pela colônia, a importação de instituições europeias e a escravidão. Os colonizadores portugueses buscavam o lucro da empresa colonial (RIBEIRO, 1995, p. 75) ao invés do estabelecimento de uma sociedade e não se preocuparam com as possíveis consequências da importação de instituições e de uma cultura num ambiente novo (HOLANDA, 1995). Em conjunto com a escravidão indígena e africana, o sistema se desenhou em volta de elites detentoras de direitos e poder e uma massa oprimida e excluída (VIANNA, 1987, p. 150), fato que condicionou a formação do Brasil.

O resultado da combinação dessas três características foi a criação de uma cultura com traços elitistas, personalistas e paternalistas. São dois sistemas principais que se formaram para assegurar essas características: o patriarcalismo e o patrimonialismo. Na formação do Brasil, o sistema patriarcal era a estrutura do poder, composto pelo chefe da casa, sua esposa, seus filhos e seus escravos, ditando o formato da sociedade brasileira. O poder do coronel não era, necessariamente, dependente de sua riqueza econômica, mas derivava, principalmente, de seu *status* social. De acordo com a relação amizade-dominação entre ele e os que dependiam dele, a eleição era uma mera formalidade, necessária para sustentação da imagem republicana. Assim, já que a

ideologia liberal não se aplicava a todos, pelo menos “parecia” que sim (CAMPANTE, 2003, p. 175).

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio da autoridade é indisputado, a família colonial forneceu a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 1995, p. 82).

O patriarcalismo é visto como uma estrutura predominantemente rural. Na transição entre rural e urbano, o patrimonialismo toma forma, com o Estado sendo usado para fins privados. Para Oliveira Vianna (1987, p. 132), o prestígio dado à vida política e aos políticos eleitos como salvadores da massa criou um obstáculo cultural para a entrada nesse espaço onde a política se torna “meio de vida privada” ao invés de serviço público onde nem mesmo os partidos seguem objetivos sociais e públicos. Os laços familiares afrouxados pela vida na cidade deram espaço para outros tipos de lealdades e afetividades, laços de amizade e alianças, ligando cada vez mais os poderosos ao poder e permitindo uma política mais individualizada, pessoal e personalista e induzindo à comercialização dos interesses. (FREYRE, 1968, pp. 18-22 e p. 125).

Faoro (1975, p. 739) afirma que a personalização do cargo público diminui a importância de *quem* está no cargo. O sistema de favores garante um importante aspecto do patrimonialismo: a ascensão de alguns membros das camadas mais baixas, de forma a legitimar o sistema. Esses são escolhidos para serem fiéis ao sistema não apresentando perigo de desvirtuamento (CAMPANTE, 2003, p. 181). Mantém-se a indistinção do

público e do privado, predominando as vontades particulares em detrimento das necessidades da população (HOLANDA, 1995, p. 146). A “cordialidade” como a regra das relações interpessoais garante uma “máscara contra o social”, que impede a coletividade por desconectar a personalidade individual e a personalidade social: nem todos são o que dizem ser ou acreditam no que dizem acreditar.

No patriarcalismo e no patrimonialismo a mulher é o ser invisível, nem mesmo o foco da marginalização, mas uma opressão impensada. Gilberto Freyre aponta três estereótipos da mulher brasileira, a jovem solteira, a casada e a solteirona. A primeira ele chama de “boneca de carne” (1968, p. 94), objeto de admiração, incapaz, por causa da sua socialização, de qualquer ação intelectual. Seu tempo e seu cérebro são consumidos pela atenção à própria beleza e procura de um marido aceitável. Se ela se casa, de preferência, num casamento financeiro e socialmente agradável, seu trabalho é cuidar da casa, comandando criados e escravos, garantindo que as refeições sejam do agrado do marido. Quanto aos filhos, as relações sexuais são determinadas pelo marido que, usualmente, também possui amantes. Depois de casada, a mulher engorda e se tornar uma matrona, figura irreconhecível da mulher de antes. Se ela não se casa, torna-se uma solteirona (1968, p. 127), que serve para ser governanta e parenta quase-empregada. Esses papéis, no entanto, são reservados às mulheres brancas, de classe mais alta. À mulher negra e mulata é reservado o papel de amante, de objeto sexual e de trabalhadora braçal. O estereótipo do sexo frágil, argumenta Freyre, serve para firmar um padrão duplo de moralidade, determinando quais papéis sociais são permitidos às mulheres e aos homens.¹²

¹² Não devemos esquecer que estruturas sociais também afetam os homens; por mais que sejam determinadas por suas necessidades, elas constroem fronteiras a eles também, cerceando sua sexualidade e suas opções profissionais.

A cultura conciliadora e personalista no Brasil permitiu que a percepção da subjugação das mulheres fosse apaziguada, já que a exclusão nem sempre foi formal. Freyre apresenta alguns exemplos de mulheres que, na ausência de seus maridos, coordenavam as fazendas assim como homens. A lei não proibia explicitamente a participação política das mulheres permitindo, por exemplo, que Alzira Soriano fosse eleita prefeita em 1927. Freyre, no entanto, explica que

Não houve, porém, romance moralista que impedisse a libertação da mulher do despotismo do pai ou do marido, embora, dentro do complexo patriarcal, essa libertação se fizesse principalmente através da substituição do homem pela mulher conforme normas ou formas patriarcais. Formas que sobreviveram a alterações jurídicas ou políticas ou mesmo econômicas, de substância. Que sobreviveram ao desaparecimento do traço oriental de mulher. Um sistema complexo como foi o patriarcal, no Brasil, tinha que ser, como foi, um sistema de base biológica superada pela configuração sociológica. Um sistema em que a *mulher* mais de uma vez tornou-se sociologicamente *homem* para efeitos de dirigir casa, chefiar família, administrar fazenda (FREYRE, 1968, p. 133. Grifo do autor.)

No começo do século XX, as mulheres de classes mais baixas trabalhavam em empregos de pouco prestígio e pouco salário. Quando o mercado de trabalho começou a se abrir para as mulheres, os homens da elite política e econômica se viram espantados quando “suas” mulheres demonstraram interesse em algo além da família (HAHNER, 1981, p. 73). Hahner (1981, p. 93) argumenta que a influência do positivismo sobre a cultura brasileira teve como uma de suas consequências um reforço na separação das esferas, excluindo as mulheres da esfera pública por causa de suas sensibilidade e moralidade frágeis. A autora conta que desde o final do século XIX, as mulheres brasileiras começaram a se organizar em grupos, discutindo a posição a qual estavam relegadas na construção do país. A maioria dessas mulheres era trabalhadora, especialmente, professoras e datilógrafas.

A grande questão entre elas era a questão do sufrágio feminino no Brasil. Apesar de várias vertentes discutindo ações radicais, as líderes do movimento sufragista, de

forma geral, não buscaram uma reestruturação do sistema político. Assim, elas demandavam direito ao voto afirmando que não teria nenhum efeito negativo sobre a estrutura geral do país, especialmente da família. Após dez estados aceitarem o voto feminino, a elite feminina brasileira se encontrou, em 1932, com o então presidente Getúlio Vargas, garantindo o voto para toda a federação (confirmada na Constituição de 34). A cultura do favor também atingia as mulheres, sendo essa elite feminina formada por esposas e filhas de homens da elite política e econômica. Para a surpresa dessas mulheres, o voto foi limitado às solteiras, viúvas com renda própria ou mulheres casadas com permissão do marido (HAHNER, 1981, p. 119; ÁLVARES, 2008, p. 902). Infelizmente, o Estado Novo (1937-1946) suspendeu o voto de forma geral no país. O caso do sufrágio é exemplar sobre como a tradição elitista e paternalista afetou as mulheres brasileiras, que aceitaram a essência do sistema para que conseguissem esse ponto único. Para os homens, seu poder não estava ameaçado, o sufrágio modificou pouco na vida cotidiana.

Atualmente, a situação da mulher brasileira é inegavelmente melhor, mas ainda existem traços culturais que dificultam seu avanço na política brasileira além da formalidade da lei. Apesar dos melhores índices educacionais, atingindo mais anos de educação do que os homens (IBGE, 2010, p. 65), a maior participação no mercado de trabalho ainda que com menores salários (ARAÚJO, 2006; IBGE, 2010; DIEESE, 2011) e participação política na sociedade civil, a brasileira mantém uma baixa participação nas instituições formais da política. As mulheres brasileiras na política, em sua maioria, representam dois papéis na arena política: a “mulher-macho”, autoritária, masculinizada, não-feminina e a mulher feminina, sensível e maternal (PINHEIRO, 2007, p.184). Em geral, as mulheres que conseguem avançar no campo político não buscam mexer com os padrões de poder já estruturados. Assim como as sufragistas, que

afirmavam que o direito ao voto faria com que fossem melhores mães, as mulheres que assumem um dos tipos acima não acusam o próprio sistema de injustiça, seja de gênero, classe ou cor. Os cargos políticos são os mais afetados por esse problema, com as mulheres em posições ainda minoritárias no Legislativo e no Executivo, seja no plano nacional ou subnacional.

Existe uma notável diferença regional. Araújo e Eustáquio (2007) demonstram para as eleições de 2002 e 2006 para a Câmara Federal que as mulheres são mais afetadas pela escolaridade do que os homens (é exigido das mulheres mais anos de estudo) e têm mais chances de serem eleitas quando são mais velhas e em estados menores e de IDH menor. Eles afirmam ainda que mais mulheres eram solteiras ou divorciadas, ao contrário dos homens, em sua maioria, casados.

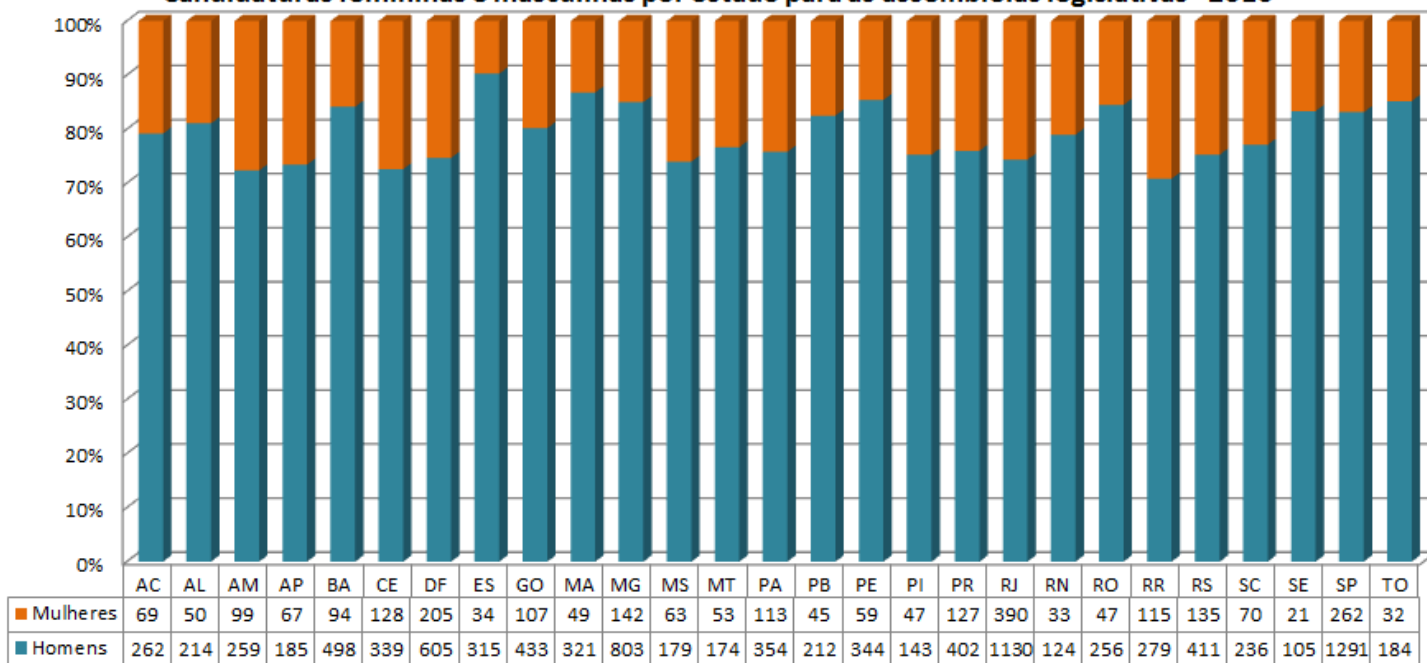
O estudo contraria a ideia estabelecida pela literatura de teoria política feminista que diz que mulheres se beneficiam de distritos maiores e melhores condições socioeconômicas. No Brasil, as mulheres nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste são mais bem-sucedidas do que as mulheres no Sudeste e Sul, com relação às eleições locais (MIGUEL e QUEIROZ, 2006, p. 366). Pode-se ponderar que as mulheres, no Brasil, tendem a se beneficiar em menores distritos possivelmente porque no Sudeste e no Sul, onde o número de candidatos é muito maior, elas se percam num “mar” de candidatos. A participação na política local também facilita a conciliação com o trabalho e a vida familiar (AVELAR, 2001, p. 69; BOHN, 2009).

O Gráfico 1 abaixo mostra que na disputa para as Assembleias Legislativas em 2010 nenhum estado conseguiu atingir a cota de 30% de candidatas. O Gráfico 2 compara a quantidade de eleitos e eleitas por região. Roraima foi o que chegou mais perto, com 29,19% de candidaturas femininas, com 8% das cadeiras indo para mulheres. O Norte e o Nordeste foram as regiões que mais elegeram mulheres, apesar de não

terem tido mais candidatas, corroborando os dados que afirmam que as mulheres dessas regiões têm mais sucesso.¹³ No entanto, mais do que a disparidade de candidaturas de homens e mulheres, os dados mostram que ganhar uma eleição legislativa é difícil para todos, com um grande número de candidatos e, proporcionalmente, poucas cadeiras para serem preenchidas – em Minas Gerais, o segundo estado em número de vagas na Assembleia, foram 943 candidatos disputando 77 cadeiras na eleição de 2010, o que quer dizer que apenas 8% do total de candidatos foi eleito.

Gráfico 1

Candidaturas femininas e masculinas por estado para as assembleias legislativas - 2010

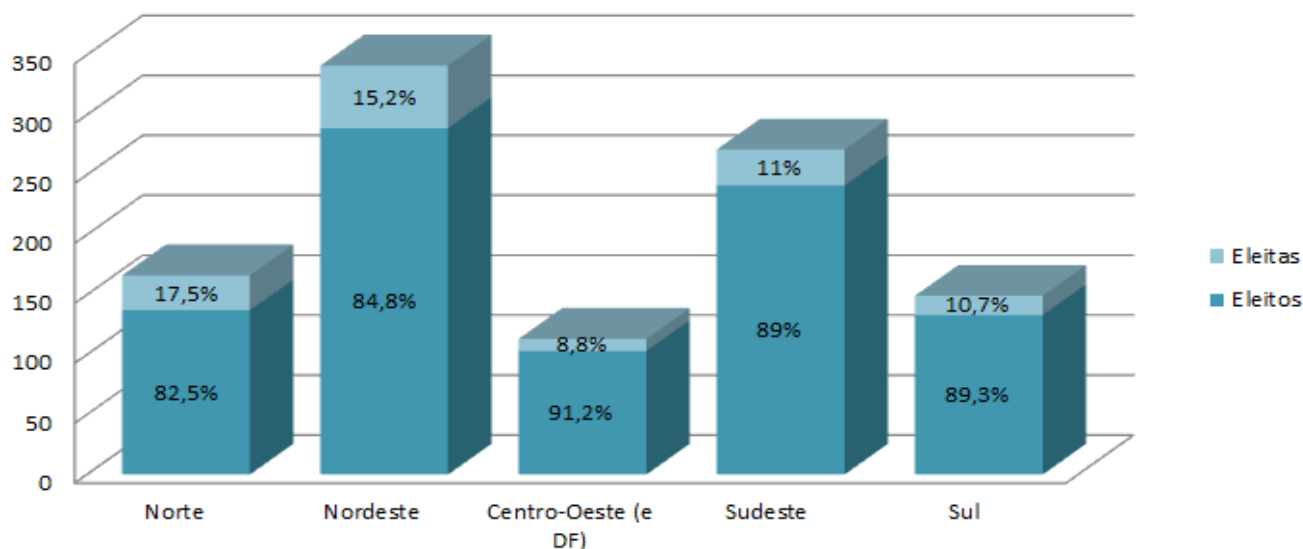


Fonte: TRE

Elaboração da autora.

¹³ A porcentagem de candidatas por região é a seguinte: N – 23,35%, NE – 18,61%, CO e DF – 23,52%, SE – 18,96%, S – 24,04%.

Gráfico 2
Deputados e deputadas estaduais por região com % sobre o total de eleitos - 2010



Fonte: TRE
 Elaboração da autora.

Como mostra Miguel (2003), o caminho para um cargo legislativo é pavimentado com vários requisitos, uma formação específica e atributos pessoais. Trata-se de um ciclo vicioso de poder e reconhecimento, que dificulta que novos atores consigam chegar à arena política. O autor usa uma perspectiva bourdieana, ao afirmar que diferentes capitais se unem para a construção de capital político e carreira política. Assim, são necessários o *capital cultural* (conhecimento do funcionamento da política), *capital econômico* (Miguel descreve como ócio, mas poderia ser mais bem caracterizado como recursos – próprios – para investir na campanha) e o *capital social* (rede de relações dentro do campo da política) (MIGUEL, 2003b, p. 121). A construção desses capitais é facilitada pela obtenção de um cargo político, eletivo ou não, mas obter um cargo político sem esses capitais é uma tarefa árdua. Para as mulheres, que têm rendas menores¹⁴ do que os homens, a possibilidade de investir na própria campanha é menor, diminuindo o interesse do partido em apoiar uma candidatura que não tem

¹⁴ Não somente salários, mas as mulheres possuem menos bens e capital de forma geral (ONU, 2011).

dinheiro para vencer. O tradicionalismo, então, deve-se em grande parte à inércia do sistema ser modificado e aceitar novos atores. Devemos lembrar que a ambição de avançar na carreira não depende somente de capital político e financeiro. Deve-se levar em conta a ambição e desejo pessoal dos candidatos de, por exemplo, permanecer na sua cidade ou estado, o que pode ser importante para mulheres e outros atores, como pequenos e médios empresários ou integrantes de movimentos sociais locais.

Miguel (2006, p. 261) argumenta que a divisão sexual do trabalho se mantém na política, com as mulheres se ocupando de temas sociais e de cuidado que, ainda que importantes, são “questões de menor prestígio do campo político, questões que exigem menos capital simbólico”. Essa afirmação também é sustentada em Miguel e Feitosa (2009). Os autores procuram mostrar que apesar de se interessarem e discursarem sobre os assuntos de *hard politics*¹⁵, as mulheres se encontram confinadas em comissões sobre assuntos de *soft politics*. De acordo com os autores, as comissões são onde acontecem a maior parte das decisões políticas e os deputados e deputadas trabalham nas comissões que seus partidos designam para eles ou elas (MIGUEL e FEITOSA, 2009, p. 213). Ao designar as deputadas para comissões de *soft politics*, comissões que são vistas pelos outros deputados como assuntos para os quais as mulheres são mais bem preparadas para lidar, mantém-se a simbologia da mulher ser voltada para o cuidado, seja com a família, seja com a sociedade. Por serem vistos como locais de menor prestígio, a imagem de política do desvelo é cultivada e mantida.

Os deputados de ambos os sexos privilegiam os temas enquadrados na categoria *hard politics*, reforçando a impressão de que tais questões possuem posição de destaque no interior do debate político, acarretando, por sua vez, uma maior visibilidade para quem delas se ocupa. A concentração em *hard politics* é um pouco maior entre os deputados do sexo masculino – temas enquadrados na categoria estão

¹⁵ “Por *hard politics* considera-se o núcleo do processo político, em especial o exercício do poder de Estado e a gestão da economia; *soft politics*, assuntos mais voltados para o social; *middle politics*, temas que permitiam abordagens mistas, como “previdência social”, que inclui tanto preocupações com os pensionistas quanto com as contas públicas...” (MIGUEL e FEITOSA, 2009, p. 207)

presentes em 73,3% dos discursos deles e em 67,3% dos discursos delas. A situação se inverte quando se analisa a categoria *middle politics* (19,5% contra 22,6%), mas a diferença se torna significativa quando observada a *soft politics*, presente em 46,8% dos discursos das deputadas e em apenas 30,8% dos discursos dos deputados (MIGUEL e FEITOSA, 2009, pp. 211-212).

O estudo de Pinheiro (2007) também indica que as representantes brasileiras na Câmara dos Deputados atuam em áreas do desvelo, do cuidado, dando atenção às questões sociais, como educação, saúde e cultura. As mulheres somente são maioria nas comissões de Educação, Cultura e Desporto, Defesa do Consumidor e Seguridade Social e Família, e não chegam a representar 20% das comissões de Constituição, Cidadania e Justiça, Fiscalização Financeira e Controle e Finanças e Tributação, desde 1987 até 2002 (PINHEIRO, 2007, p. 154). Nesses 15 anos pesquisados, 15,8% das deputadas ocuparam a presidência de alguma comissão permanente. Novamente, nota-se uma presença maior de mulheres nas comissões sociais. As mulheres que ocuparam comissões mais visadas representam uma exceção à regra, por serem excepcionais no campo (ibid., p. 166). A autora afirma que as poucas mulheres que conseguem ocupar espaços mais “estratégicos” e dominados por homens são as que acumularam mais capital político, tendo cargos no Executivo e no Legislativo nas três esferas da federação (ibid., p. 159). Pinheiro afirma que é esperado das mulheres que renovem a política, mas as características necessárias para essa ação, como objetividade e agressividade são vistas como atípicas nas mulheres.

O contexto histórico brevemente apresentado aqui tentou esclarecer os fatores culturais que afetam a vida das brasileiras, especialmente em relação à sua presença na política institucional. Sustentada em bases elitistas, personalistas e patriarcais, a cultura brasileira se apoia nas mulheres ao mesmo tempo em que dificulta sua participação nas instituições públicas. Essa é a essência do paradoxo apresentado por Freyre da mulher sociologicamente homem e a consequência da “cordialidade” definida por Holanda

como base das relações sociais. As mulheres que se fazem presentes continuam, com algumas exceções, marginalizadas do processo político. Ao mesmo tempo sendo causa e consequência, a cultura política brasileira atua em conjunto com outras regras, interesses e tradições. Os sistemas eleitoral e partidário brasileiros são as regras formais que determinam o processo político, sendo frutos da história e da cultura e, de certa forma, reproduzindo-os. As modificações recentes, como a Lei de Cotas, a Lei Maria da Penha ou a assinatura de documentos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), ratificado no Brasil em 1984 que têm chamado atenção para questão da desigualdade de gênero, não têm sido suficientes para incentivar e sustentar a participação política institucional das mulheres.

Os efeitos do uso da representação proporcional combinada com lista aberta sobre a eleição de mulheres

O Brasil usa a o sistema de representação proporcional desde 1932 e o combina com a lista aberta, sendo o maior país a fazer essa combinação e usá-la por tanto tempo (NICOLAU, 2006, p. 690; PIRES, 2011, p. 42). O sistema eleitoral brasileiro é composto por distritos eleitorais de média e grande magnitude, com o número de cadeiras variando entre oito e setenta cadeiras a depender do estado. O sistema permite a realização de coligações eleitorais para cargos proporcionais (deputados federais e estaduais e vereadores) entre os partidos. Essa combinação, normalmente, termina aumentar a proporcionalidade e abrir espaços para partidos menores – pela legislação, os partidos coligados passam a ser tratados como uma só legenda, de forma as siglas menores se beneficiam da votação das maiores (LIJPHART, 2003, p. 178 e pp. 181-182; NICOLAU, 2004, p. 36). Um partido sozinho pode apresentar 1,5 vezes o número de candidatos em relação ao número de cadeiras e partidos coligados podem apresentar duas vezes o número de cadeiras. Para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, isso quer dizer que partidos não-coligados podem apresentar 115 candidatos e partidos coligados podem apresentar 154 candidatos.

Em 1996, o Brasil passou a usar a Lei de Cotas, que determina que pelo menos 30% das candidaturas deve ser de um dos dois sexos. O preenchimento das cotas, inicialmente, não era obrigatório e foi “compensado” pelo aumento de 50% no número de candidatos por partido, feito na mesma época. Para Araújo (2001, p. 21), esse aumento no número de candidatos foi problemático para as cotas porque diluiu o impacto da Lei, na medida em que permitiu que o número de candidatos do sexo masculino aumentasse, ao invés de diminuir como seria a intenção inicial dos legisladores, tornando a competição tão ou mais acirrada que antes. Em síntese, apesar

do sistema proporcional, as cotas serviram mais como “incentivo” simbólico para mulheres entrarem na política e mesmo assim, com pouco efeito (ARAÚJO, 2001; ARAÚJO; 2005). Em 2010, uma resolução do Supremo tornou obrigatório o preenchimento da cota, mas não houve maior número de mulheres candidatas e nenhum partido foi penalizado por não cumprir a nova determinação. Mas, a resolução que tornou obrigatória a cota foi adotada com o processo eleitoral em andamento. Isso pode explicar porque não houve aumento no número e também porque não houve punição. Na eleição de 2012 poderemos observar se a obrigatoriedade teve efeito.

Matéria do jornal Estado de Minas (“Aberta a temporada de caça às mulheres”, 29 de maio de 2011) mostra que o pequeno aumento no número de candidatas, não foi capaz de propiciar um aumento no número de eleitas. Entrevistados pelo jornal, presidentes estaduais do PMDB, do PT e do PPS expressaram a dificuldade em convencer as mulheres a incluírem novas responsabilidades sobre as que já possuíam, entrando em um espaço novo, de competição difícil, onde elas não teriam apoio financeiro. O presidente do PMDB, Antonio Andrade, admitiu o uso de mulheres apenas para compor a chapa, sem serem candidatas “reais”. Na opinião do presidente estadual do PT, Reginaldo Lopes, e do então presidente do PPS, Paulo Elisiário, a cultura política ainda não abraça as mulheres, que precisam enfrentar duplas jornadas de trabalho e que, em locais pequenos, tem pela frente a necessidade de competir contra parentes homens. Ao contrário do que foi feito em outros países, a lei brasileira não determina quantas mulheres devem ser eleitas (reserva de cadeiras), ou que tipo de apoio devem receber do partido. A lista aberta impede alguma determinação sobre ordenamento da lista, como foi feito na Argentina com a lista fechada (JONES, 2011, p. 62). Esses fatores, somados ao aumento no número de candidatos, fizeram com que as

cotas fossem criadas sem disputas, já que seu efeito real seria inexpressivo (MIGUEL, 2000; ARAÚJO, 2001; MIGUEL, 2001; MIGUEL e QUEIROZ, 2006; JONES, 2009).

A competição intrapartidária, é fortemente estimulada pela lista aberta e pelas regras de financiamento de campanha. Não existem estudos sistemáticos sobre como os partidos definem as candidaturas para cargos proporcionais, mas a possibilidade de ter mais candidatos do que vagas e o fato de que os votos de cada candidato contam também para o partido ou coligação, faz com que interesse ao partido ter o maior número possível de candidatos e das mais variadas origens (NICOLAU, 2006, p. 695). Como para cada candidato interessa chegar à frente de seu companheiro (a) de lista, o acirramento da competição interna é inevitável. O sucesso nesta competição, por sua vez, dependerá em grande parte dos recursos disponíveis a cada candidato. Os partidos oferecem a legenda e o tempo no rádio e TV (algo cuja distribuição varia de legenda a legenda), mas a arrecadação dos recursos financeiros para conduzir a campanha, fica nas mãos de cada candidato (SAMUELS, 2001a; 2001b; MIGUEL, 2003b; NICOLAU, 2004; 2006; MELO, 2004; ARAÚJO e ALVES, 2007). Melo (2004, p. 61) aponta que, de um modo geral, os partidos não interferem nessa competição, algo que permite ainda mais a individualização da campanha. Em um contexto como este, é compreensível que os candidatos preocupem-se mais com sua reputação pessoal do que com a reputação de seu partido, concentrando-se em apresentar suas características pessoais ao invés de plataformas políticas e projetos (SAMUELS, 2001b, p. 571).

Os partidos podem, é claro, “apostar” em candidatos que considerem mais competitivos e que poderão funcionar como puxadores de voto para a legenda concedendo-lhes incentivos como, por exemplo, espaço privilegiado na agenda do candidato majoritário e/ou, mais importante, destaque no Horário Eleitoral Gratuito (ARAÚJO, s/d-b; ARAÚJO, s/d-c; NICOLAU, 2006, p. 697). No entanto, para a

maioria dos candidatos, a campanha não é uma ação coletiva, especialmente com relação ao financiamento. Candidatos e candidatas devem buscar sua própria fonte de investimento para uma campanha que se torna cada vez mais cara, ainda mais com a inexistência de limites sobre quanto pode ser gasto (SAMUELS, 2001a, p. 32; RABAT, 2011, p. 17). As campanhas recebem recursos de várias fontes, com destaque para empresas de vários setores da economia (SAMUELS, 2001a, p. 34). De acordo com Samuels, os investimentos feitos por empresas têm como objetivo influenciar políticas públicas, e são feitas com a expectativa de que gere algum retorno, muitas vezes um *payoff* direto (ibid., p. 42). Ao examinar as diferenças de gastos entre candidatos que estão tentando a reeleição (para a Câmara dos Deputados) e novatos, Samuels (2001b, p. 581) afirma que o sistema tende a favorecer candidatos com possibilidade de investir ou ter investidores, sejam eles *incumbents* ou não. Por outro lado, ser *incumbent* inclui certas vantagens, como ser candidato nato¹⁶, já ter uma base de eleitores e de investidores.

Pode-se observar que existe um ciclo vicioso: para ganhar, é necessário dinheiro e visibilidade, atributos que tendem a aumentar depois da primeira eleição. O sistema se equilibra entre a porosidade extrema, o que permite a novos atores entrar na disputa, e a necessidade de se sobressair, o que exige grandes quantidades de investimento na campanha e vai além da possibilidade da maioria dos candidatos e candidatas. Nesse aspecto, as mulheres sofrem uma desigualdade dupla já que, em geral, não são *incumbents* e não têm recursos suficientes para entrar no âmbito político institucional. Caso consigam ser eleitas, elas possuem os mesmos benefícios de ser *incumbent*. Matéria do dia 14 de novembro de 2010 do jornal Estado de Minas mostra que, para as eleições de 2010 para a ALMG, as construtoras foram o tipo de empresa que mais

¹⁶ Detentores de cargo têm a opção de serem automaticamente candidatos para o mesmo cargo na eleição seguinte.

investiu nas campanhas. Do total de eleitos, 43 (55,8%) receberam investimentos de construtoras. Quase nove milhões de reais vieram de fontes que não puderam ser identificadas.

A lei sobre financiamento de campanha no Brasil exacerba as tendências individualistas, personalistas e anti-partido do seu sistema eleitoral ao dar aos candidatos fortes incentivos para levantar fundos e gastar dinheiro independentemente das ordens dos partidos e restringindo a habilidade dos partidos de influenciar as fontes ou fluxo de fundos. Se os gastos de campanha pudessem ser limitados de alguma forma ou os partidos nacionais tivessem mais influência sobre o fluxo de fundos, os candidatos teriam significativamente mais incentivos para adotar plataformas eleitorais programáticas.

A importância do dinheiro para o sucesso dos candidatos também acaba com a vitalidade do que é, formalmente, um sistema democrático muito competitivo, porque envia a competição a favor dos políticos com apoiadores ricos. O dinheiro aumenta a viabilidade de um candidato no Brasil e a falta de dinheiro limita severamente a competitividade de muitos candidatos (SAMUELS, 2001a, p. 42).¹⁷

Nos últimos anos aumentou o controle sobre quais foram os gastos e quem foram os investidores nas campanhas. Qualquer cidadão ou cidadã pode entrar no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e buscar os dados de qualquer candidato ou candidata. No entanto, as informações são apenas as que foram declaradas pelos próprios candidatos e é comum encontrar os espaços em branco, especialmente dos candidatos e candidatas menos votados.

O sistema é aberto – são muitas as opções partidárias e é fácil se lançar candidato em uma competição na qual o eleitor não prima por apresentar laços fortes com seus representantes. Mas a abertura tem algo de enganoso e o sistema termina por

¹⁷Brazil's campaign finance law exacerbates the individualistic, personalistic, and antiparty tendencies in its electoral system by providing candidates with strong incentives to raise and spend money independently of their party's dictates and by restricting parties' ability to influence the sources and flow of funds. If campaign spending could be capped somehow, or national parties given more influence over the flow of funds, candidates would have significantly more incentive to adopt programmatic electoral appeals.

The importance of money to candidates' success also saps the vitality of what is formally a very competitive democratic system because it tilts the playing field in favor of politicians with wealthy supporters. Money enhances candidates' viability in Brazil, and a lack of money severely limits many candidates' competitiveness (SAMUELS, 2001a, p. 42).

reforçar as desigualdades existentes ou pelo menos não possui instrumentos para corrigi-las. A Lei de Cotas tem se mostrado ineficiente e pequeno aumento de candidatas não se transformou em um aumento em eleitas. Araújo (2001, p. 15) argumenta que “as condições de atuação política no Brasil inibem a inserção de setores menos privilegiados”, afetando o interesse das mulheres em participar da política institucional. Por serem atores sem “história” na política e nos partidos, as mulheres não tem a mesma experiência, acesso ao mesmo tipo de apoio e benefícios disponíveis aos outros membros (JONES, 2009, p. 72). Sem apoio partidário, elas também são menos atraentes para as empresas que investem em campanhas. Além disso, elas têm menor renda, impedindo que invistam em suas próprias campanhas. As mulheres também têm menos tempo, já que têm duplas ou triplas jornadas de trabalho, somando aos seus empregos, o cuidado dos filhos e idosos (VENTURINI, RECAMÁN e OLIVEIRA, 2004, p.211; DIEESE, 2011, p. 173). Uma campanha individualizada, competindo com candidatos do mesmo partido, exige muito tempo e muito dinheiro, dificultando uma campanha ostensiva. O relatório *Mulheres, poder e decisão*, do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero para o período 2009/2010, afirma que a Lei de Cotas deveria ser direcionada para a ocupação de cadeiras no Congresso, ao invés de candidaturas nas listas partidárias. Uma alternativa seria a adoção de um sistema de lista fechada com alternância de sexo. Além disso, o relatório apoia o financiamento público exclusivo e a fidelidade partidária.

Características dos partidos, sistema partidário e competição política que afetam as eleições das mulheres

O Brasil é um país de escassa tradição partidária, no qual os partidos, com uma ou outra exceção, nunca lograram fincar raízes na sociedade e onde os sistemas partidários sempre tiveram vida curta, perecendo no mesmo momento em que o regime político era alterado. A elite brasileira, de modo coerente às nossas tradições, sempre preferiu as relações personalizadas às partidárias como base para a condução da vida política. Melo (2010) sintetiza deste modo o problema:

Mais do que o óbvio impacto da lista aberta sobre as relações entre eleitores e partidos, é preciso ter em mente a trajetória dos partidos no país. O Brasil nunca experimentou uma “democracia de partido” (MANIN, 1995). Regimes desse tipo só foram possíveis naqueles países onde os partidos chegaram a desempenhar papel relevante na mobilização e incorporação dos indivíduos à condição de cidadania e onde, na esteira de tal processo, criaram extensas redes de apoio e fortes laços de identidade entre o eleitorado. A história brasileira, no entanto, registra poucos momentos em que os partidos tenham sido protagonistas de escolhas cruciais. O país iniciou seus processos de *state building* e de incorporação social, bem como definiu seus traços institucionais mais gerais – o sistema de governo, a forma de estruturação da União e o sistema eleitoral – anteriormente à existência de partidos nacionais (MELO, 2010, p. 38).

Os dois períodos democráticos brasileiros foram marcados pelo multipartidarismo. Não obstante, no momento atual observa-se uma fragmentação mais acentuada. Enquanto no período iniciado em 1945 o número efetivo de partidos parlamentares na Câmara dos Deputados atingiu o seu maior valor em 1962, com 4,5, no período atual o índice chegou a 10,3 nas eleições de 2010 (Melo, 2010)¹⁸. A diferença, ainda segundo Melo, não pode ser explicada apenas com base no arranjo institucional vigente: a continuidade é o traço mais evidente quando são comparadas as

¹⁸Segundo Melo (2010), para o período de 1945, os valores de N para a Câmara dos Deputados foram os seguintes: 2,7 (1945); 4,1 (1950); 4,3 (1954); 4,4 (1958) e 4,5 (1962). Para o período recente: 2,4 (1982); 2,8(1986); 8,7 (1990); 8,2 (1994); 7,1 (1998); 8,5 (2002), 9,3 (2006) e 10,3 (2010).

regras do jogo nos dois momentos, especialmente no que se refere ao sistema eleitoral para os órgãos legislativos.

A diferença está em que a competição partidária na República de 46 manteve-se, desde o início, estruturada em torno de três partidos razoavelmente implantados em todo o território nacional. Ainda que isso não impedisse o surgimento de outros dez pequenos partidos, contribuiu para que o sistema partidário mantivesse o mesmo formato do princípio ao fim. No período atual, a matriz inicial do sistema – PMDB e PDS controlavam cerca de 90% da representação em 1982 – não resistiu às primeiras eleições: em 1990 as duas grandes máquinas partidárias tiveram que ceder lugar a um elevado número de partidos de porte médio com inserção diferenciada a depender da região do país. A partir de então os principais partidos nacionais deixaram de ser os maiores em todas as unidades da federação e a composição do sistema partidário no Congresso passou a refletir o somatório do resultado das *distintas* competições estaduais. É novamente Melo quem explica:

Ao fim e ao cabo, a desconstituição da matriz original de 1982, substituída por um elevado número de partidos de porte médio – capazes de controlar de 10 a 20% das cadeiras no Congresso – permitiria que *o efeito combinado de um sistema de representação proporcional e distritos de média a grande magnitude, de uma legislação eleitoral e partidária altamente permissiva e do federalismo se fizesse sentir com mais força do que no período de 1945, resultando em um sistema partidário altamente fragmentado e competitivo* (MELO, 2010, pp. 17).

Vale acrescentar, ainda, que o atual sistema partidário apresenta dinâmicas distintas a depender do nível de análise. Deste modo, enquanto o multipartidarismo é marcante em todas as casas legislativas brasileiras, o quadro é distinto quando se examina as eleições para os cargos executivos. A eleição presidencial tem sido polarizada por apenas dois partidos – PT e PSDB – desde 1994. Nas disputas para os governos estaduais o quadro de competidores amplia-se um pouco: agregando-se o PSB

e o PMDB aos dois partidos anteriores chega-se a 24 dentre os 27 governadores eleitos em 2010 (MELO, 2010; LIMONGI e CORTEZ, 2010). E nas eleições municipais o cenário é de novo fragmentado, como nove partidos dividindo a maior parte das prefeituras – numa sequência que vai do PMDB com 21% dos municípios ao PSB, com 5,7% (MELO e ANASTASIA, 2009). Tudo somado, o país possui um sistema partidário aberto, dotado de múltiplas alternativas de entrada e de complexo funcionamento; um sistema onde as diferenças regionais fazem com que a lógica que define a política nacional não seja a mesma em municípios, regiões e estados (TOMIO e RICCI, 2012). Alianças, coligações, tipos de campanha e de candidatos variam de local para local, assim como as estruturas de cada partido (MAINWARING, 1999).

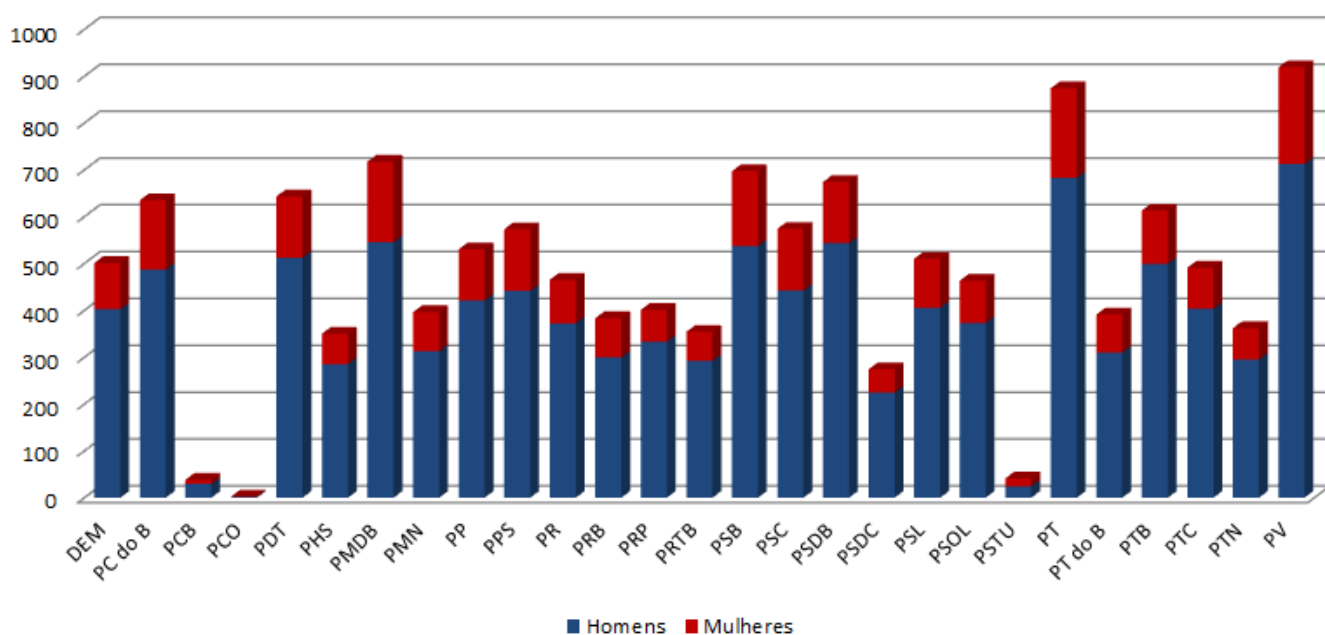
Assim como a representação proporcional e distritos de grande magnitude, o multipartidarismo é comumente visto como facilitador para a inserção de minorias na política institucional. Porém, como vimos na seção anterior, o importante é como a combinação de ferramentas institucionais é feita. A criação de cotas num país que usa lista aberta e possui uma cultura política centrada no elitismo e na inércia acabou sendo ineficiente para eleger mais mulheres. O mesmo se dá com o sistema partidário no Brasil. A forma como os partidos funcionam e interagem com o sistema eleitoral desenvolve uma situação que não é capaz de alterar o *status quo* no que se refere à questão de gênero, de forma que à emergência de um multipartidarismo extremado como nosso não corresponde, uma maior presença das mulheres como filiadas, candidatas e eleitas. Araújo (s/d, p. 9) aponta que, em geral, no Brasil, partidos pequenos têm maior número de candidatas, mas estas possuem elegibilidade baixa. Isso se dá tanto porque o número de eleitos por tais legendas é pequeno, como porque o partido prefere dar prioridade a seus dirigentes, homens em sua maioria.

Em geral, são duas as razões apresentadas para a baixa presença das mulheres na política institucional: desinteresse individual das mulheres ou tradicionalismo dos partidos (ARAÚJO, 2006). No entanto, ambas as hipóteses se provam superficiais por não considerarem a ampla quantidade de fatores que influenciam uma eleição qualquer, ainda mais uma eleição feminina. O desinteresse das mulheres pode não ser provocado por uma “natureza feminina” indisposta para a política, mas estar relacionado com as dificuldades que elas sabem que devem ser enfrentadas. Também, o tradicionalismo dos partidos vai além do machismo. De acordo com Araújo

A política tem uma dinâmica e uma lógica próprias, marcada por uma dimensão pragmática mais complexa relacionada com os cálculos da competição eleitoral. E é nesta lógica que elas terminam encontrando desvantagens, e não necessariamente na negação direta de apoio. Embora tais dimensões sejam mediadas pelos valores de gênero, tais valores tendem a não determinar a priori as orientações dos partidos, seja para tomar atitudes favoráveis ou contrárias às mulheres. Torna-se complicado orientar propostas mais amplas de mudanças, que implicam pensar a representação como um todo, tomando como referência central e a priori, a (justa) necessidade de reverter o quadro da sub-representação feminina (ARAÚJO, 2006, p.4).

Dessa forma, os partidos não são, necessariamente, culpados de machismo ou de serem culturalmente retrógrados. Sem eliminar a possibilidade de alguns partidos ou setores sociais ainda se apegarem a noções tradicionais sobre o papel da mulher, são os aspectos do sistema de forma geral que geram resultados desfavoráveis para minorias. O gráfico abaixo mostra a quantidade de candidatos e candidatas por partido para as assembleias legislativas em 2010 em todo o país. Somente o PSTU alcançou a cota, mas devemos lembrar que esses são dados agregados, com todos os candidatos e candidatas de todos os estados (em Minas Gerais, o PSTU alcançou a cota com 40% de candidatas).

Gráfico 3
Candidatos e candidatas para assembleias legislativas em todo país por partido - 2010



Fonte: TRE
 Elaboração da autora.

Assim, a *fragmentação partidária*, que poderia ser um facilitador já que abre mais espaço para novatos, acaba sendo um obstáculo, tendo em vista a facilidade de inaugurar novos partidos no Brasil e a quantidade de candidatos que cada um pode apresentar. O *personalismo* identificado no sistema partidário associa-se a esse fator, reforçando lideranças partidárias individuais e desincentivando a construção de um conteúdo programático unificado e vínculos de solidariedade entre os candidatos. Um terceiro fator que combina com os anteriores é a *baixa nacionalização partidária*, ou seja, a desconexão entre a direção nacional e as direções locais dos partidos. Interesses locais acabam prevalecendo sobre o fortalecimento do partido nacionalmente, impedindo o desenvolvimento de políticas sistemáticas, inclusive as de gênero (ARAÚJO, s/d, pp. 17-18). A falta de “história” das mulheres na política e nos partidos significa que elas têm menos contato com dirigentes partidários e por isso não

conseguem fazer uso do tradicional laço afetivo para conseguir apoio do partido (ARAÚJO, 2001; 2005; 2006; MIGUEL, 2003b).

Esse cenário geral, no entanto, não permite igualar todos os partidos. É verdade que, quando tomados como unidade de análise, a grande maioria dos partidos brasileiros revela evidente fragilidade organizativa. Neste sentido, apenas o PT assemelha-se a um típico partido de massas, na medida em “que conseguiu criar uma organização forte e uma imagem partidária de esquerda bastante nítida” (KINZO, 2005, p. 69). Ainda que essa descrição seja mais condizente com o PT antes de vencer as eleições presidenciais de 2002, ela ainda é correta, especialmente ao observamos as estratégias de campanha e a identificação do eleitorado com o partido. O PT se esforça em criar uma imagem unificada frente ao eleitorado, pedindo votos para a legenda assim como para os candidatos e se caracterizando como o partido dos movimentos sociais (KINZO 2005; CARREIRÃO, 2008). O PT também é definido como o partido mais bem estruturado com regras claras sobre hierarquia e procedimentos (ARAÚJO, 2005; ÁLVARES, 2008; GUARNIERI, 2011).¹⁹ Sendo assim, o PT continua mantendo o que, para o Brasil, são altos níveis de identificação com o eleitorado. No entanto, isso não exclui o partido de ter que se adaptar às circunstâncias que são apresentadas de região em região (GUARNIERI, 2011).

No que se refere ao enfrentamento da desigualdade de gênero, alguns têm criado departamentos femininos e procurado produzir materiais e cursos para as filiadas. No entanto, argumenta Araújo, existe receio que essas ações acabem por insular as

¹⁹ Matéria no jornal Valor Econômico, do dia 25 de agosto de 2011, expõe a pesquisa de Fernando Guarnieri. O pesquisador demonstra que a maioria dos partidos brasileiros sofre com o controle de “caciques”, algo que pode ser corroborado pela existência de apenas comitês provisórios do partido ou diretórios municipais (que seguem várias regras de hierarquia e procedimentos). O PT, juntamente com o PMDB, são vistos, nessa perspectiva, como os mais democráticos, por terem mais diretórios do que comissões provisórias. Em geral, partidos pequenos de direita, dotados de perfil mais fisiológico fazem uso das comissões provisórias. Guarnieri (2011) afirma que partidos médios e pequenos podem usar essa tática para definirem seus candidatos mais facilmente, ainda mais em coligações, para competir com partidos grandes.

mulheres dentro do partido. Essas medidas são adotadas por partidos de diferentes ideologias porque, de acordo com Araújo (s/d, p.10), existe um “efeito contágio” quando partidos de centro e direita percebem a possibilidade de ganhos se aderem às mesmas medidas usadas pelos partidos de esquerda. Por questões ideológicas, partidos de esquerda também tendem a ser mais abertos à introdução de novos atores, inclusive mulheres. Isso garante mais atenção (ainda que insuficiente) às mulheres, maior paridade nos benefícios do partido, maior chance de participar das decisões do partido e de ser tornar liderança. Álvares (2008) aponta as dificuldades que as petistas encontraram à medida que o partido se estruturava. Atualmente, o PT faz uso de cotas de 50% para os órgãos de direção do partido. Apesar das contradições dentro da esquerda, partidos mais à direita ainda são vistos como mais personalistas e propensos à informalidade no que se refere às regras, algo que não é discriminatório em si, mas favorece indivíduos com mais tempo no partido e na política, geralmente, homens. A autora afirma que a diferença entre homens e mulheres filiados não é grande o suficiente para justificar a grande diferença nas listas de candidaturas.

Dados de 2002 mostram que 8,11% das mulheres e 11,1% dos homens brasileiros estavam filiados a algum partido, com uma diferença de quase 1 milhão e 500 mil homens a mais do que mulheres (ÁLVARES, 2008, p. 905). Cada filiado é um candidato em potencial e cada partido pode definir qual será o processo para selecionar os candidatos que serão apresentados para o eleitorado. Álvares (ibid., p. 907) aponta que, proporcionalmente, mais mulheres se encontram filiadas a partidos de direita (que concentram o maior número total de filiados) ou de centro, com o PMDB tendo o maior percentual. Na esquerda, somente os partidos menores registram altos percentuais de filiadas, enquanto os partidos maiores e mais estruturados (PT, PPS e PSB) têm proporcionalmente mais homens. Ao estudar a seleção de candidaturas para três partidos

(PT, PMDB e PP), Álvares mostra que são vários os fatores para definir a lista de candidatos: elegibilidade, filiação, motivação e estrutura do partido (centralizado/descentralizado). Cada um dos partidos possui regras que determinam o grau de exclusão dos filiados na definição das candidaturas. Apesar das diferentes ideologias e estruturas partidárias, todos eles apresentam algum grau de exclusão, indicando que ainda a muito de obscuro no processo de seleção das candidaturas. De forma geral, as decisões são tomadas pelas lideranças partidárias, diferenciando apenas em qual ponto do processo elas interferem. As mulheres, para se tornarem candidatas, devem passar pelo mesmo processo que os homens. No entanto, a exclusão histórica das mulheres da política torna-se uma barreira a mais porque, ao não encaixarem no perfil predominante, elas decidem não se filiar. À medida que não se filiam, as mulheres continuam a não se encaixarem no perfil, sustentando um padrão de exclusão (ÁLVARES, 2008, p. 928).

Trata-se de um *pré-escrutínio* de nomes avaliados pelas lideranças (demanda) e pelo/a próprio/a aspirante (oferta), conforme apresentem antecedentes sociais que se adaptem ao *reconhecimento de um perfil de competidor/a com uma carreira política valorizada pelo mercado político*. Nessa interação entre oferta e demanda de nomes, verificam-se os obstáculos à entrada das mulheres na competição tanto pela parcimônia dos recursos pessoais desse gênero, enfraquecendo a motivação para concorrer (experiência política), quanto pela avaliação do partido àqueles/as com mais qualificação e que expressem prospecção de força eleitoral. Aqui o campo social fornece os subsídios para pensar que, enquanto os homens constroem sua trajetória valorizada, socialmente, na profissão, na política, sendo o papel esperado deles, as mulheres originariamente se reproduziram sob forte desqualificação de tarefas, julgando-se com dificuldades de realização pessoal, embora consigam ultrapassar essa emblemática configuração social (ÁLVARES, 2008, p. 928. Grifo nosso.).

A criação de um Estado formado para atender as elites, com duas ditaduras e um recente período democrático faz-se sentir sobre a condição da política atual. Lijphart (2003) afirma que quando um sistema político se estabiliza se torna mais difícil de mudá-lo. A representação proporcional com lista aberta e distritos de grande magnitude

são ferramentas institucionais que datam de 1932. Com o fim da ditadura militar e a redemocratização, o sistema político brasileiro tornou-se extremamente poroso e tem-se um quadro de competição ampliada – o número de partidos aptos a lançar candidatos e com presença no executivo e no legislativo é hoje muito maior do que período iniciado em 1945. São muitos os partidos, muitas as vagas para quem quiser disputar um cargo eletivo, e baixas as barreiras formais para se chegar ao legislativo. Vários destes elementos, como a representação proporcional, as cotas nos partidos, os distritos de grande magnitude, o multipartidarismo e a evolução de valores igualitários na sociedade deveriam, teoricamente, facilitar a entrada de novos atores na política institucional. Pode-se afirmar que estes elementos são uma condição necessária para que o espaço das mulheres na política seja ampliado. Mas o exame dos dados mostra que eles estão longe de ser suficientes para que isso ocorra. A competição política no Brasil, ainda que aberta, continua transcorrendo no interior de um quadro mais geral de feição elitista, tradicional e patriarcal. Neste quadro, estimulados pela lista aberta, homens e mulheres competem uns contra os outros, com evidente vantagem para os primeiros e, dentre estes, para os que já possuem mandato e/ou capacidade de aglutinar recursos e campanha. Soma-se a isso a exclusão histórica da mulher brasileira que, sem oportunidades para ter chances reais de competição na política institucional, prefere agir informalmente. As que decidem, apesar dos obstáculos, se filiar a um partido e se candidatar, têm que superar obstáculos que existem para todos, mas que pesam ainda mais sobre elas dado seus *status* de novatas na política e nos partidos e as consequentes dificuldades de conseguir apoio, em particular, financeiro.

Terceiro Capítulo

Sobre os resultados da pesquisa e como ela se encaixa no contexto teórico apresentado

O estudo apresentado aqui buscou realizar uma pesquisa exploratória, para procurar informações sobre as mulheres que se candidatam a cargos eletivos. Com tantos dados à nossa disposição sobre história e sistema políticos, contexto e valores sociais, pouco se sabe sobre o que pensam as mulheres, o que conhecem sobre a política e o sistema político brasileiro, porque decidem se candidatar e quais medidas tomam para se sobressair em uma campanha na qual, de maneira geral, entram em desvantagem. Neste sentido, um primeiro objetivo deste capítulo é apresentar um painel das candidatas a deputado estadual na eleição de 2010. Feito isso se procurará discutir o desempenho das candidatas na disputa. Especial atenção será dispensada a duas variáveis: a quantidade de votos recebida e a arrecadação conseguida por cada entrevistada.

A quantidade de votos será a principal variável dependente do estudo, mas como foi visto anteriormente, o financiamento das campanhas é considerado extremamente importante para o sucesso de uma eleição. A prestação de contas de todos os candidatos fica disponível no site do Tribunal Eleitoral Regional (TRE), permitindo que a receita total das entrevistadas seja analisada, tanto como uma variável independente – e seu possível efeito sobre a quantidade de votos – como uma variável dependente – de forma a se analisar o possível efeito de outras variáveis, como escolaridade ou ter tido cargo eletivo, sobre a quantidade arrecadada pelas entrevistadas.

Os dados e informações utilizados neste capítulo foram obtidos no site do TSE e por meio de: um *survey* e de entrevistas semi-estruturadas. O *survey* foi realizado com as candidatas a deputada estadual em 2010 para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Das 140 candidatas, 81 responderam o *survey* (57%), totalizando 14 partidos. Foram quatro eleitas, com uma suplente assumindo o cargo. Destas cinco deputadas, quatro participaram do *survey*. O contato foi feito utilizando informações dadas pelos partidos. O PP, PCB, PHS, PCO e PR não tiveram candidatas (o PR chegou a apresentar uma

candidatura que foi indeferida), enquanto outros oito não forneceram as informações de contato ou simplesmente não foram encontrados. A Tabela 1 compara a quantidade de candidatas de cada partido e quantidade de entrevistas conduzidas. Algumas não quiseram responder, outras não foram encontradas ou o partido forneceu informações erradas e elas não foram encontradas. Uma primeira observação que pode ser feita refere-se à desorganização dos partidos: muitos simplesmente não tinham as informações ou elas tinham sido jogadas fora; poucos as tinham facilmente guardadas, por exemplo, em um computador. Os partidos mais solícitos foram DEM, PSDB e PT. O PPS, após confirmar a veracidade das intenções da pesquisa, e o PV, após pedir como favor a um vereador, também forneceram as informações pedidas. O partido mais organizado foi o PT – a Secretaria foi capaz de fornecer uma tabela com informações que incluíam o número de cada candidata, quantidade de votos recebida, local de origem, endereço, telefone e e-mail.

Foram 68 entrevistas conduzidas pessoalmente e treze por telefone, por serem candidatas que moram muito longe da Região Metropolitana. Estas entrevistas não apresentaram dificuldades diferenciadas por terem sido feitas dessa forma. As variáveis buscam aferir as principais características das candidatas, seus relacionamentos com os partidos, estratégias de campanha, interesses, ideologia, etc. O questionário foi dividido em cinco seções: histórico político, circunstâncias políticas de 2010, visão política, perspectiva sobre o futuro e *background*.

Tabela 1: Porcentagem de entrevistadas por partido – Candidatas à ALMG 2010

	Número total de candidatas por partido participante da pesquisa ²⁰	Candidatas entrevistadas	% de entrevistadas
PDT	7	7	100%
PRB	1	1	100%
PSDB	2	2	100%
PV	11	10	90,9%
PPS	19	17	89,5%
PSOL	5	4	80%
PT do B	9	7	77,8%
PT	15	11	73,3%
PMDB	11	7	63,6%
PCdoB	14	7	50%
PTB	8	4	50%
PSB	4	2	50%
PSTU	2	1	50%
DEM	2	1	50%
Total	110	81	73,6%

Além dos dados do *survey*, as informações disponibilizadas no site do TRE permitiram que fossem realizadas comparações entre as entrevistadas e o total de candidatas e entre as candidatas e os candidatos. As comparações entre as entrevistadas e as candidatas mostrarão que apesar da amostra ter sido por conveniência, ou seja, de acordo com os partidos e as candidatas que quiseram participar da pesquisa, não existem muitas diferenças entre o total de candidatas e a amostra.

Por causa do pequeno tamanho do banco e grande diferença entre os casos, foram usados o rho de Spearman para correlações, o Teste Exato de Fisher (ao invés do qui-quadrado de Pearson) para cruzamentos e o coeficiente de Cramer's V para tabelas que não são 2x2. Para o modelo de regressão, foram utilizadas variáveis normalizadas com o logaritmo 10, para garantir a aleatoriedade do erro.

²⁰ Os oito partidos que declinaram participar da pesquisa tiveram os seguintes números de candidatas: PTC (8); PSC (6); PMN (5); PRTB (3); PSL (3); PRP (2); PTN (2).

Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com Luzia Ferreira (presidenta estadual do Partido Popular Socialista), Reginaldo Lopes (presidente estadual do Partido dos Trabalhadores) e Marcus Pestana (presidente estadual do Partido da Social-Democracia Brasileira), três dos principais partidos no estado. Eles foram escolhidos baseados na importância que têm na política mineira. Além disso, a presidenta do PPS estadual, Luzia Ferreira, é conhecida por seu apoio a causas feministas e de igualdade de gênero²¹ e tem nessa perspectiva sua base política e seu partido teve o maior número de candidatas. Essas entrevistas foram feitas com o objetivo de averiguar certas afirmações da literatura (como, por exemplo, que as mulheres têm mais espaço em partidos de esquerda), de contrastar com as informações dadas pelas candidatas e analisar qual é o conhecimento dos líderes partidários estaduais sobre a situação da mulher no espaço político e ações de seu partido com relação às mulheres filiadas.

A pesquisa

Background

De acordo com as afirmações da literatura, as mulheres que decidem entrar na política institucional o fazem mais tarde atuando, em geral, em movimentos sociais ou associações de vários tipos. Assim, veem-se menos jovens e mais mulheres de meia-idade buscando um lugar na política institucional, mas, deve-se apontar que o cargo de deputada estadual pode não ser a primeira tentativa destas mulheres. Na Tabela 2, encontram-se os dados agrupados sobre a idade das entrevistadas. A média etária para as entrevistadas foi de 49 anos, com uma amplitude de 24 a 67 anos. No entanto, estes dados não podem corroborar as suposições da literatura uma vez que a média se repete

²¹ No site da presidenta do PPS – MG pode-se encontrar os detalhes sobre as posições políticas tomadas por ela: www.luziaferreira.com.br.

para o total de candidatos e candidatas, e para o grupo total. Existe apenas uma ligeira diferença na amplitude, com homens três anos mais novos e oito anos mais velhos que as mulheres. Seria importante saber em que ponto da trajetória política os homens estavam à época das eleições de 2010: se homens e mulheres nesta eleição tinham, relativamente, a mesma idade, será que estes homens já estavam na política há mais tempo e as mulheres apenas no início de suas carreiras políticas, ou será que também não há diferença neste aspecto?

	Casos	%
24-43	19	23,5
44-50	21	25,9
51-56	21	25,9
57-67	20	24,7
Total	81	100,0

Outra afirmação da literatura é que a escolaridade feminina é mais alta. Dois fatores se combinam neste pressuposto: a comprovada maior escolaridade feminina em geral e a teoria de que é exigido mais das mulheres que entram na vida política. O segundo fator também pode ser associado à idade das mulheres quando decidem entrar na política, algo que pode assegurar que mais graduadas com ensino superior sejam candidatas. Das entrevistadas, 48,1% cursaram, pelo menos, o ensino superior; apenas 11,1% não chegaram a completar o ensino médio.

As porcentagens para o total de candidatas são similares às das entrevistadas. Os homens que se candidataram têm o mesmo percentual de graduados no ensino superior (46,3%), mas maiores porcentagens nos níveis abaixo, com 19,3% sem ensino médio completo incluindo casos na categoria “lê e escreve” (nenhuma candidata está nessa categoria).

Tabela 3: Escolaridade das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010

	Casos	%
Fundamental incompleto	3	3,7
Fundamental completo	4	4,9
Médio incompleto	2	2,5
Médio completo	23	28,4
Superior incompleto	10	12,3
Superior completo	39	48,1
Total	81	100,0

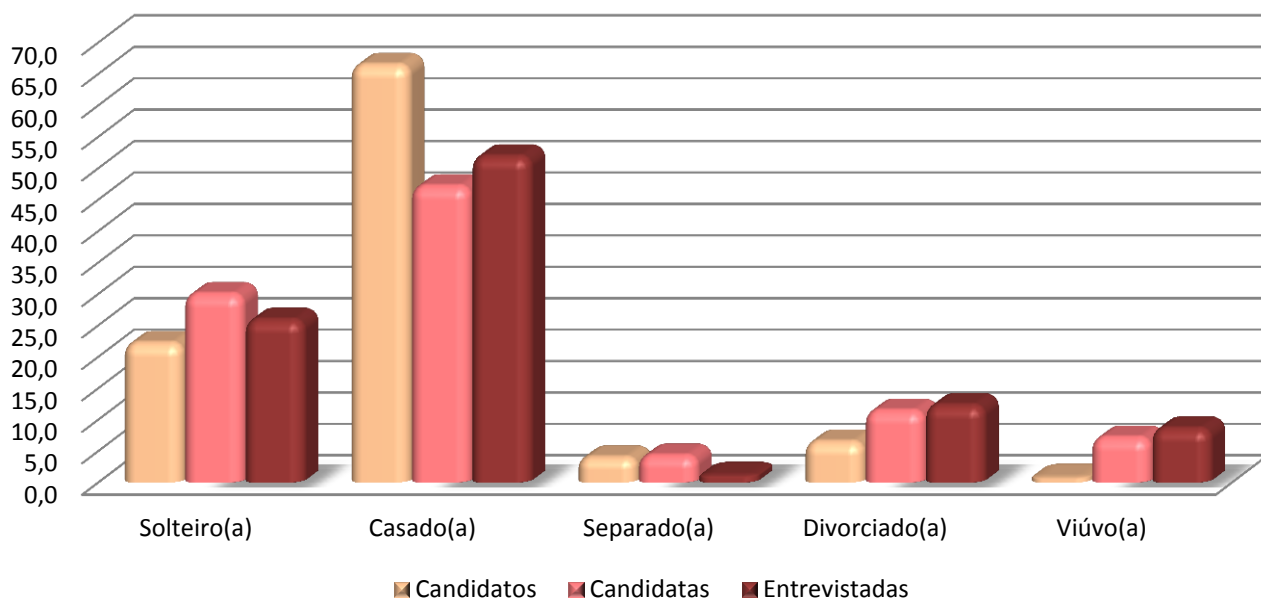
Outra suposição da literatura é um número de divorciadas alto, dada a ainda tradicional divisão do trabalho doméstico que responsabiliza mais a mulher do que o homem pelo cuidado dos filhos e coloca maior força simbólica no trabalho masculino, dificultando as mudanças necessárias para uma mulher eleita (da cidade natal para a capital do estado, por exemplo). A divisão desigual do trabalho doméstico reforça a tendência das mulheres que estão na política de se candidatarem apenas localmente, de forma a continuar suas responsabilidades em casa. Esta é uma preocupação raramente vista entre os homens, que podem se deslocar por causa do trabalho já que não têm as mesmas responsabilidades em casa. Isso também fornece explicação para o maior número de homens políticos casados e mulheres políticas divorciadas.

No caso das entrevistadas, a maioria é casada, mas a maternidade (71,6% são mães) ou o estado civil provavelmente não são impedimentos, visto que quase todas elas (85,2%) vivem na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e não teriam grandes mudanças a fazer se fossem eleitas. As Tabelas 4, 5 e 6 mostram as porcentagens do estado civil, maternidade e região onde moram das entrevistadas.

	Casos	%
Solteira	21	25,9
Casada	42	51,9
Divorciada	11	13,6
Viúva	7	8,6
Total	81	100,0

As porcentagens do estado civil entre candidatas e entrevistadas, mais uma vez, são relativamente similares com a exceção das separadas: de seis, somente uma foi entrevistada, diminuindo o percentual de 4,3% para 1,2%. Relativamente, são menos candidatos solteiros, separados e divorciados, corroborando a hipótese de que são mais homens casados e mulheres divorciadas que entram na política. A comparação entre os três grupos pode ser vista no Gráfico 4.

Gráfico 4
Estado civil dos candidatos, candidatas e entrevistadas - ALMG 2010



A profissão de empresário é comum entre políticos e políticas por permitir mais tempo livre. Esta foi a profissão mais declarada entre os candidatos, com 14,5% (combinada com comerciante). Entre as candidatas (16,4%) e as entrevistadas (21%) a

profissão mais declarada foi a de professora, seguidas por comerciantes ou empresárias (10,7% e 16%, respectivamente). A profissão de servidor público foi escolhida por 6,5% dos candidatos, 4,3% das candidatas e 7,4% das entrevistadas. 11% dos candidatos e 5,7% das candidatas declararam as profissões de deputado ou vereador (as entrevistadas declararam suas profissões por formação). A Tabela 5 abaixo mostra as profissões declaradas pelas entrevistadas.

	Casos	%
Advogado/a	1	1,2
Bancário/a	1	1,2
Trabalho na indústria da beleza (esteticista, manicure, etc.)	2	2,5
Profissões médicas (médico, dentista, enfermeiro, farmacêutico, psicólogo, etc.)	3	3,7
Autônoma não-especificada	3	3,7
Vendedor ou caixa	4	4,9
Estudante ou estagiário	4	4,9
Aposentado/a	5	6,2
Funcionário ou servidor público	6	7,4
Outras profissões liberais (jornalista, arquiteto, engenheiro, contador, etc.)	6	7,4
Auxiliar de escritório/administrativo ou secretária	8	9,9
Outros	8	9,9
Comerciante ou empresário	13	16
Professor/a	17	21
Total	81	100

A renda de 71,6% das entrevistadas se encontra entre um e dez salários mínimos.²² As entrevistadas mais velhas e com maior escolaridade têm maiores rendas, mas o grande percentual de entrevistadas na mesma faixa impede que se possa associar alguma profissão com uma renda maior. A Tabela 6 mostra a renda declarada pelas entrevistadas.

²² À época do *survey*, o salário mínimo era de R\$ 545,00.

Tabela 6: Renda mensal das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010

	Casos	%
Menos de um salário mínimo	6	7,4
Entre um e dez salários mínimos	58	71,6
Entre dez e vinte salários mínimos	8	9,9
Mais de vinte salários mínimos	3	3,7
Não respondeu	6	7,4
Total	81	100,0

Ideologia partidária

Como foi visto anteriormente, a ligação entre posições políticas e partidárias de mulheres na política tem sido bastante debatida em estudos sobre a presença feminina na política. Antes vistas como mais conservadoras (AVELAR, 2000), agora o pensamento comum é que as mulheres na política tendem a ser progressistas ou de esquerda (INGLEHART e NORRIS, 2003). O *survey* buscou averiguar as posições ideológicas das candidatas à deputada estadual em 2010 de forma geral e se esta ligação se apresentou.

Observando o total de candidatas, existe uma divisão quase igualitária das candidatas nos campos ideológicos de esquerda, centro e direita,²³ como se pode ver na Tabela 7. Do total de candidatas, 21% são dos partidos que não participaram da pesquisa. Esta proximidade mostra que, se existe uma maior inclinação das mulheres para a esquerda, ela não estava presente nas eleições para a ALMG em 2010. No entanto, este viés existe na amostra aqui utilizada, com mais candidatas filiadas a

²³ O consenso na literatura tem sido a seguinte divisão: na esquerda estão PSTU, PC do B, PT, PDT e PSB; no centro estão PMN, PPS, PV, PMDB, PRB e PSDB; e na direita estão DEM, PTB, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC, PTN e PT do B (ZUCCO, 2011; Centro de Estudos Legislativos, *Trajelórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da federação*, 2007 e 2012; Centro de Estudos Legislativos, *Representação política e qualidade da democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina*, 2003 e 2007).

partidos identificados como centro e esquerda (39,5% esquerda; 45,7% centro; e 14,8% direita).

Tabela 7: Campo ideológico dos partidos do total de candidatas – Candidatas à ALMG 2010

	Casos	%
Direita	44	31,4
Centro	49	35,0
Esquerda	47	33,6
Total	140	100,0

Quando apresentadas a uma escala de um a cinco – sendo “um” mais à esquerda e “cinco” mais à direita na escala ideológica – as entrevistadas deram preferência ao centro e à esquerda, com 77,8% escolhendo as opções de um a três, como se pode ver na Tabela 8. Apenas uma entrevistada se identificou com a direita, quatro se posicionaram como centro-direita, 12,3% preferiram não responder e 3,7% não sabiam. Cabe comentar o pequeno número de candidatas que se posicionaram à direita do espectro. É verdade que apenas 12 das 81 candidatas eram filiadas a partidos considerados de direita (ver Tabela 9, à diante), o que equivale a 14,8% das entrevistadas. Mas tal percentual é bem mais elevado do que o encontrado na Tabela 8 – onde apenas 6,1% se colocam nas posições 4 e 5. A diferença talvez possa ser explicada pela resistência encontrada entre os políticos brasileiros de se associar à direita, naquilo que a literatura vem chamando de “direita envergonhada”.

Ao unir esquerda com centro-esquerda e direita com centro-direita, vê-se que, com relação ao que é conhecido dos partidos e aceito na literatura atual, existe um excedente de 11% na esquerda e déficits de 14,8% e 8,7% no centro e na direita. Isso indica que a ideologia de esquerda, ou a aparência de ser da esquerda, podem ser mais atraentes para as entrevistadas. Por outro lado, deve-se atentar que o *missing* de 16% supera a porcentagem de entrevistadas da direita, mostrando que não somente entrevistadas da direita evitaram se comprometerem com uma ou outra ideologia.

Tabela 8: Como as entrevistadas se classificaram em uma escala ideológica de 1 a 5 – Candidatas à ALMG 2010

	Casos	%
Esquerda	20	24,7
Centro-esquerda	18	22,2
Centro	25	30,9
Centro-direita	4	4,9
Direita	1	1,2
Não sabe	3	3,7
Não respondeu	10	12,3
Total	81	100,0

O cruzamento com esta classificação e o partido das entrevistadas indicou pouca conexão entre as variáveis, mas não há grandes discrepâncias. As entrevistadas dos partidos de direita se posicionaram no centro e centro-direita, com 41,6% afirmando que não sabiam ou preferiam não responder. Nenhuma se colocou na direita, indicando que possam ser casos de “direita envergonhada”.

A Tabela 9 mostra o cruzamento com as porcentagens sobre o total de candidatas de cada campo ideológico. A escala de cinco pontos foi transformada em uma escala de três pontos.

Tabela 9: Cruzamento entre campo ideológico do partido e autoclassificação na escala ideológica das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010

			Autoclassificação das entrevistadas					Total
			Direita	Centro	Esquerda	Não sabe	Não respondeu	
Campo ideológico	Direita	Casos	2	5	0	1	4	12
		% campo ideológico	16,7%	41,7%	0,0%	8,3%	33,3%	100,0%
	Centro	Casos	1	14	15	2	5	37
		% campo ideológico	2,7%	37,8%	40,5%	5,4%	13,5%	100,0%
	Esquerda	Casos	2	6	23	0	1	32
		% campo ideológico	6,2%	18,8%	71,9%	0,0%	3,1%	100,0%
Total	Casos	5	25	38	3	10	81	
	% campo ideológico	6,2%	30,9%	46,9%	3,7%	12,3%	100,0%	

Também foi pedido que as entrevistadas classificassem seus próprios partidos.

As respostas se concentraram nas opções de centro-esquerda e centro, mas também um

grande número escolheu a esquerda. Nenhuma entrevistada posicionou seu partido na direita e 12,3% escolheram a centro-direita; 14,8% não sabiam ou não responderam. O cruzamento entre o campo ideológico dos partidos e as classificações de seus partidos feitas pelas entrevistadas, apresentado na Tabela 10, mostra que existem diferenças entre a posição onde a literatura situa cada partido e a percepção das entrevistadas. A diferença é mais evidente entre as candidatas filiadas aos partidos de direita: nenhuma delas posicionou seu partido neste lado do espectro ideológico e uma entrevistada posicionou seu partido na centro-esquerda. As entrevistadas dos partidos de centro responderam em números quase idênticos para todas as gradações de esquerda à direita e as entrevistadas dos partidos de esquerda usaram quase igualmente as opções de esquerda, centro-esquerda e centro.

Por outro lado, o cruzamento entre a autoclassificação e a classificação do partido feitas pelas entrevistadas geraram um Cramer's V igual a 0,656, com sig. aproximado de 0,000. As entrevistadas foram congruentes com suas classificações de si mesmas e de seus partidos, colocando-se, de forma geral, no mesmo campo ideológico em que classificam seus partidos. Uma exceção interessante é a única entrevistada que se identificou como direita: ela corretamente identificou seu partido (PDT) como de esquerda.

Tabela 10: Cruzamento entre campo ideológico do partido e classificação do partido feita pelas entrevistadas na escala ideológica – Candidatas à ALMG 2010

			Classificação do partido pela entrevistada					Total
			Direita	Centro	Esquerda	Não sabe	Não respondeu	
Campo ideológico do partido	Direita	Casos	2	5	1	1	3	12
		%	16,7%	41,7%	8,3%	8,3%	25,0%	100,0%
	Centro	Casos	8	8	15	2	4	37
		%	21,6%	21,6%	40,5%	5,4%	10,8%	100,0%
	Esquerda	Casos	0	10	20	0	2	32
		%	0,0%	31,2%	62,5%	0,0%	6,2%	100,0%
Total		Casos	10	23	36	3	9	81
		%	12,3%	28,4%	44,4%	3,7%	11,1%	100,0%

Ideologia feminista

Além da suposição de que as mulheres tendem mais para a esquerda, é uma hipótese comum à literatura que as mulheres na política tendam a serem feministas, em particular as ligadas à esquerda. O *survey* também buscou verificar quais eram as posições das entrevistadas com relação ao feminismo. No entanto, como o feminismo pode ser um assunto polêmico, perguntas menos controversas foram combinadas com perguntas mais diretas.

A maioria das entrevistadas (56,8%) afirmou ser feminista, 33,3% afirmaram serem mais ou menos feministas e 9,9% afirmaram não serem. Ao serem questionadas sobre o que achavam que era o feminismo, 71,6% escolheram que era a luta por direitos ou pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. A discrepância entre estas respostas pode ser explicada pelo receio de parecer radical, como foi expresso por algumas entrevistadas. Ao serem apresentadas a uma lista de opções, no entanto, as entrevistadas, em sua maioria, não tiveram dúvida sobre qual escolher. Apenas uma quis mudar primeira resposta depois de decidir que feminismo era a luta pela igualdade de direitos.

Outras questões focaram nas opiniões das entrevistadas sobre a presença das mulheres na política institucional. Para a maioria delas (53,1%), as questões de gênero devem ser importantes em um mandato legislativo exercido por uma mulher, mas sem ofuscar outras questões; 33,3% afirmaram que deveria ocupar o centro da atividade legislativa; 11,1% afirmaram que deveria ocupar um lugar secundário; apenas uma afirmou que não deveria ser uma preocupação e também somente uma não respondeu.

Quando questionadas por que poucas mulheres se candidatam a cargos eletivos, 48,1% responderam que era por causa da dificuldade de conseguir apoio da sociedade; 13,6% afirmaram que era a dificuldade de conseguir apoio do partido; também 13,6%

responderam que a maioria das mulheres gosta menos de política do que os homens; 11,1% afirmaram que as mulheres têm menos tempo livre que os homens; apenas uma afirmou que a maioria das mulheres não tem habilidade para a política.

Não existem correlações entre o campo ideológico dos partidos e as respostas das entrevistadas. Os cruzamentos mostraram, porém, que as mulheres dos partidos de centro não estão em sintonia com as questões de gênero: enquanto a maioria das respostas das entrevistadas de partidos de direita e de esquerda tende a se concentrar em uma ou outra opção, as respostas das entrevistadas de centro tendem a ser mais dispersas.

Os cruzamentos com a autoclassificação ideológica das entrevistadas e as variáveis sobre feminismo geraram respostas similares, mas com algumas correlações significativas. De forma geral, estes cruzamentos mostram que não a ideologia do partido, mas ideologia das próprias entrevistadas na escala “esquerda-direita” é mais relevante para determinar a relação delas com o feminismo. As respostas das entrevistadas que se consideram de centro ficaram dispersas assim como as respostas das de partidos de centro. A única que se classificou como de direita também respondeu que se considera feminista e que as questões de gênero devem ocupar o centro da atividade de uma mulher eleita para um cargo legislativo, mas que acredita que feminismo é ser feminina e vaidosa. As entrevistadas que se consideram de esquerda, em sua maioria, acreditam que as questões de gênero devem tomar precedência. No entanto, a existência de um número mais elevado de entrevistadas que se consideram de esquerda explica a correlação entre as variáveis porque cria um padrão que talvez não existisse se mais candidatas da direita tivessem participado da pesquisa.

Percepções sobre a relação dos partidos e as filiadas

Continuando a buscar as percepções das entrevistadas sobre questões de gênero, elas foram questionadas sobre como o partido se relaciona com as filiadas, tanto a direção partidária quando o cotidiano com outros filiados. As entrevistadas tiveram respostas claramente conflituosas, mostrando as dificuldades em ser parte de um sistema que elas não acreditam estar totalmente aberto a elas.

Foram duas perguntas sobre a ação das mulheres dentro do partido: se havia mulheres em cargos de direção (foi pedido que elas ignorassem algum departamento feminino) e se as mulheres participam frequentemente em reuniões e eventos do partido. Ambas estas questões receberam respostas afirmativas, com 86,4% das entrevistadas respondendo “sim” para ambas as questões; 9,9% responderam não haver mulheres nos cargos de direção partidários e 12,3% responderam que as mulheres participam “mais ou menos” nos eventos partidários; 3,7% e 1,2%, respectivamente, não sabiam ou não responderam.

Por outro lado, ao serem perguntadas sobre as ações dos partidos e de seus membros em relação às mulheres, as entrevistadas mostram que essa grande participação não assume tanta importância. A maioria (51,9%) afirmou que as mulheres *não* recebem a mesma atenção e respeito que os homens quando falam (19,8% afirmaram que sim e 27,2% responderam que mais ou menos). 42% afirmaram que as filiadas não recebem os mesmos benefícios e vantagens que os filiados (39,5% responderam “mais ou menos”, 17,3% responderam que sim e uma não respondeu).

Sobre ser papel do partido tomar iniciativas que facilitem a vida das candidatas e filiadas (foi dado a elas exemplos como transporte e creche em eventos partidários), 90,1% responderam afirmativamente e 7,4% responderam que mais ou menos (2,5% não responderam; a opção “não”, não foi utilizada). A maioria afirmou (61,7%) que o

partido não realiza cursos de capacitação para as filiadas que querem entrar na vida política, com 32,1% afirmando que sim e 2,5% respondendo que não sabia e 3,7% não responderam.

As respostas das entrevistadas mostram que os partidos têm mulheres participativas, ainda que não haja medidas que as apoiem. No entanto, as próprias entrevistadas mostram receio em participar: 40,7% afirmaram que não falam ou falam às vezes em reuniões do partido; 49,4% responderam que são participativas; 9,9% não responderam.

As variáveis sobre a presença e participação das mulheres nos partidos e a variável sobre a obrigação do partido em dar assistência às suas filiadas não apresentaram grandes diferenças em proporção ao serem cruzadas com os campos ideológicos dos partidos. As entrevistadas de esquerda estão mais associadas com ações igualitárias da parte dos partidos e de seus membros, com maiores proporções destas afirmando que as mulheres do partido são respeitadas quando falam, têm benefícios iguais aos homens e cursos de capacitação. No entanto, essas respostas não representam a maioria das entrevistadas de esquerda; somente que elas tiveram estas respostas mais do que as entrevistadas da direita e do centro. A maioria das entrevistadas do centro (51,4%) e da esquerda (59,4%) afirmou ter o hábito de falarem em reuniões do partido, contrastando com apenas 16,7% da direita que têm o mesmo hábito.

PT, PPS e PSDB

Dado o que foi discutido no capítulo anterior sobre o funcionamento do PT e a quantidade de candidatas deste partido e do PPS e as afirmações feitas pelos presidentes de ambos os partidos nas entrevistas semi-estruturadas também foram feitos cruzamentos destas variáveis com os partidos. De acordo com Luzia Ferreira, presidenta

do PPS-MG, este é um partido de esquerda, herdeiro do PCB, e que, especialmente no estado e em Belo Horizonte, é historicamente voltado a incluir suas filiadas na vida política e ajudar suas candidatas. O presidente do PT-MG, Reginaldo Lopes fez afirmações similares, ressaltando que foi aprovada a paridade nos cargos do partido e que 10% dos fundos do partido vão para a capacitação das mulheres. Ferreira afirma que existe certa tensão entre homens e mulheres, mas somente no nível nacional e Lopes teme que ainda exista muito machismo dentro das pessoas. Estas posições são bastante diferentes das apresentadas pelo presidente do PSDB-MG, Marcus Pestana que, apesar de reconhecer que existe um histórico de exclusão [das mulheres], acha provável que a mulher simplesmente não queira participar da política, “pelo seu próprio jeito de ser”. O PSDB teve apenas duas candidatas (ambas foram entrevistadas), mas as respostas delas também serão observadas.

Nestes cruzamentos, novamente, não há diferenças nas respostas das entrevistadas com relação à presença e à participação das mulheres nos partidos (as duas candidatas do PSDB se dividiram entre o sim e o não ao responderem sobre a participação das mulheres em eventos partidários).

Com relação ao respeito dado às mulheres quando falam em eventos do partido, as entrevistadas do PPS (58,8%) e do PSDB (100%), responderam que *não* é o mesmo recebido pelos homens; as entrevistadas do PT se dispersaram entre sim (36,4%), não (36,4%) e mais ou menos (27,3%). Sobre as filiadas terem os mesmos benefícios que os homens, as respostas se repetiram de forma quase idêntica às anteriores.

Sobre a realização de cursos de capacitação, as petistas falaram que ocorrem (72,7%) e as do PPS falaram que *não* ocorrem (70,6%). As do PSDB se dividiram. 100% das petistas e 88,2% das entrevistadas do PPS falaram que é responsabilidade do partido auxiliar as filiadas para participarem em eventos do partido; as entrevistadas do

PSDB, novamente, se dividiram. A maioria das entrevistadas do PPS (52,9%), do PT (72,7%) e 100% das do PSDB afirmaram que têm o hábito de falar em reuniões do partido.

Apesar das afirmações de Ferreira, o PPS é considerado um partido de centro, assim como o PSDB. Todas as entrevistadas dos partidos os alocaram nos campos ideológicos que são consenso na literatura: PPS e PSDB no centro e PT na esquerda. O coeficiente Cramer's V atingiu o valor de 1, sig. igual a 0,000 e o rho de Spearman foi igual a 0,952, com sig. igual a 0,000 e nível de significância 0,01 (two-tailed).

Estas respostas indicam que a presidenta do PPS-MG e o presidente do PT-MG percebem as contradições com as quais vivem suas filiadas. As entrevistadas apresentam uma situação onde as filiadas são participativas e os partidos tentam ser igualitários na distribuição de cargos partidários (o PPS também tem cotas internas, de 30%), mas as formas de arrecadação para campanha dificultam que as candidatas, como afirmou Ferreira, tenham uma “estrutura mínima” para concorrerem. A discrepância ficou por conta da questão dos cursos de capacitação: embora Luzia Ferreira tenha garantido sua existência, as entrevistadas o negaram.

Histórico político

A consequência do histórico político na vida política institucional é, possivelmente, a hipótese mais importante da literatura apresentada aqui. De acordo com os autores e autoras apresentados, o maior obstáculo das mulheres na política não é seu gênero ou suas finanças, mas o tempo que estão na política. A exclusão da mulher da política é histórica, um ponto em que todos os presidentes estaduais entrevistados também estão de acordo. Esta exclusão fez com que as mulheres não desenvolvessem as habilidades e os relacionamentos necessários para ter sucesso na política, desde ser

filiada, ter um papel importante no partido, ser candidata, conseguir apoio financeiro (tanto do partido quanto externo) e, finalmente, ser eleita. Assim, o preconceito existe antes da entrada na política, particularmente na socialização, mas suas consequências são sentidas durante o processo político. Quando as mulheres decidem entrar na política, ficam marginalizadas no processo.

Possivelmente por causa desta dificuldade, tem sido comum presumir que as mulheres tendem a entrar e ter sucesso na política quando fazem parte de uma família que possui membros, em geral, homens, que já estão na política. Das entrevistadas, 44,4% tinham ou tiveram algum parente em cargo eletivo ou de confiança; destas, coincidentemente, 44,4% tiveram dois parentes com cargo e 19% tiveram três; tio e irmão foram os graus de parentesco mais respondidos; vereador e prefeito foram os cargos mais respondidos e deputado federal foi o cargo mais alto. Uma entrevistada não respondeu à questão. Estes dados indicam que, em 2010, o histórico familiar das entrevistadas não foi tão relevante. Ainda que a divisão entre entrevistadas com e sem parentes na política seja similar, os graus de parentesco não os esperados – pai ou marido – e poucas têm mais de um parente que tem ou já teve cargo político.

O pressuposto de uma socialização diferenciada não é necessariamente entendido como significando uma completa exclusão das mulheres do processo político. É comumente aceito que as mulheres preferem ficar na política não-institucional, em movimentos sociais, ONGs, associações de bairro e profissionais, ao invés de se filiarem e candidatarem imediatamente. Com o objetivo de analisar esta questão foi perguntado às entrevistadas quando começaram suas trajetórias políticas (Tabela 11), institucional ou não, e em que tipo de organização esta trajetória começou (Tabela 12).

A média de começo da trajetória política foi 1996, com uma amplitude entre 1956 e 2010. Quando a idade das candidatas e dos candidatos foi comparada

anteriormente, a média não era diferente e a amplitude similar. No entanto, foi sugerido que, apesar das idades similares, as mulheres teriam entrado na política mais tarde do que poderiam. Infelizmente não há como comparar, aqui, o ano de entrada na política dos candidatos e candidatas. Mas o cruzamento entre a idade e o ano de começo da trajetória política das entrevistadas mostra que não existe relação entre as variáveis, ou seja, independentemente da idade, elas entraram na política no mesmo período. Sem dúvida, as mulheres mais jovens têm datas mais tardias, mas mesmo entre as mulheres da última categoria etária (de 57 a 67 anos), 30% iniciaram a trajetória entre 2006 e 2010.

	Casos	%
1955-1965	2	2,5
1966-1975	4	4,9
1976-1985	8	9,9
1986-1995	16	19,8
1996-2005	33	40,7
2006-2010	18	22,2
Total	81	100,0

O ano de começo da trajetória política corrobora a hipótese de que as mulheres tendem a entrar na política mais tarde. No entanto, as respostas não corroboram a hipótese de que as mulheres começam esta trajetória em outros campos que não o institucional já que 43,2% afirmaram que começaram suas trajetórias políticas em partidos, o que não significa que desde o início tenham se apresentado como candidatas. Dado o começo tardio das entrevistadas, foi feito um cruzamento entre o ano e o tipo de organização em que começaram suas trajetórias políticas. Este teste mostrou que 94,4% das entrevistadas com ingresso na política entre 2006 e 2010 começaram suas trajetórias em partidos, mas o percentual cai a 48,5% quando são consideradas as mulheres da

categoria 1996-2005. A diferença de 45,9% pode estar indicando que a intenção das mulheres com entrada mais recente era mesmo a de se candidatar.

Outra hipótese sobre as organizações em que as mulheres iniciam ou predominam nas suas vidas políticas é que as mulheres da esquerda são mais propensas a serem participativas em movimentos da sociedade civil. Um cruzamento das organizações mencionadas pelas entrevistadas e o campo ideológico dos partidos mostrou que a maioria das entrevistadas da direita (50%) e do centro (51,4%) começou sua trajetória em partidos, enquanto as mulheres de partidos de esquerda se dispersam em todas as organizações com a exceção de movimentos de mulheres e ONGs. Ainda assim, a organização mais mencionada por estas entrevistadas foi o partido, com 31,2%.

A presidenta do PPS-MG, Luzia Ferreira, e o presidente do PT-MG, Reginaldo Lopes, procuraram reforçar, em suas entrevistas, o vínculo entre a origem de seus filiados e filiadas e as diversas organizações da sociedade civil, dando a entender que os que se interessam por seus partidos são pessoas ativas na comunidade. O cruzamento das organizações onde as entrevistadas começaram suas trajetórias políticas e estes dois partidos mostra que esta é a realidade para as petistas, mas não para as entrevistadas do PPS. Para o PT, 56,6% começaram em organizações vinculadas não-partidárias e para o PPS, 58,8% começaram em partidos.

Tabela 12: Tipo de organização em que as entrevistadas começaram suas trajetórias políticas – Candidatas à ALMG 2010

	Casos	%
Partido	35	43,2
Organização Estudantil	11	13,6
Grupo ou associação vinculada à Igreja	9	11,1
Movimento Social	8	9,9
Sindicato	6	7,4
Associação profissional	5	6,2
Associação de Bairro	3	3,7
Movimentos de mulheres	2	2,5
Movimentos feministas	1	1,2
ONG	1	1,2
Total	81	100,0

Quando perguntadas se tiveram envolvimento em movimentos sociais nos dois anos anteriores, 60,5% das entrevistadas afirmaram que sim. ONGs e movimentos sociais, associação de bairro ou profissional e sindicatos ou cooperativas foram as mais mencionadas, com 26,5%, 22,4% e 20,4% das respostas, respectivamente. Novamente, foi feito um cruzamento com o campo ideológico dos partidos e outro somente com PPS e PT. Os resultados mostram que as entrevistadas da esquerda e do PT tiveram maior envolvimento: 75% e 81,8% respectivamente, comparados a 56,8% para as entrevistadas do centro e 33,3% para as situadas à direita. 41,2% das entrevistadas do PPS também responderam afirmativamente.

Passando para a vida política institucional das entrevistadas, 67,9% delas nunca mudaram de partido; 9,9% mudaram de partido uma vez e apenas 6,2% mudaram de partido duas vezes. O tempo de filiação ao partido pelo qual se candidataram em 2010 foi menos de dez anos para 72,8% das entrevistadas, com um tempo médio de filiação de 8,42 anos, desvio-padrão igual a 6,6 anos e amplitude entre dois e 39 anos.

Quando questionadas porque escolheram seus partidos, 37% responderam que foi a ideologia ou programa do partido. Quando questionadas se haveria uma segunda razão,

27,2% escolheram o contato pessoal com dirigentes locais do partido. No entanto, ao somar as respostas “influência de familiares e pessoas amigas” e “contato pessoal com dirigentes locais”, chega-se a 55,5%. Ou seja, prevalecem as relações pessoais e não as programáticas. Se forem consideradas as alternativas “chance eleitoral” e “força do partido” chegamos a 61,7% de razões *não* programáticas.

Tabela 13: Quais foram os critérios mais importantes para a escolha do partido – Candidatas à ALMG 2010

	Primeiro lugar		Segundo lugar	
	Casos	%	Casos	%
Influência dos membros de minha família ou de amigos próximos	24	29,6	16	19,8
Contato pessoal com os dirigentes locais do partido	21	25,9	22	27,2
Atração pela ideologia ou pelo programa do partido	30	37,0	18	22,2
Maior chance eleitoral que o partido proporciona	3	3,7	7	8,6
Força do partido na região do estado	2	2,5	0	0,0
Espaço de ação pública e política que o partido me oferece	0	0,0	4	4,9
Espaço dado às mulheres dentro do partido	0	0,0	4	4,9
Não respondeu	1	1,2	10	12,3
Total	81	100,0	81	100,0

40,7% das entrevistadas tiveram pelo menos um cargo em qualquer instância do partido. O cruzamento entre ter tido cargo no partido e o tempo de filiação mostrou que todas as entrevistadas com mais de 16 anos no partido tiveram cargos; para entrevistadas que estavam no partido entre um e cinco anos, a porcentagem foi de 6,7%; entre seis e dez anos, 55,2%; e entre onze e quinze anos, 66,7%. O cruzamento resultou em Cramer’s V igual a 0,660, com sig. igual a 0,000 e uma correlação com rho de Spearman igual a 0,657, com sig. igual a 0,000 (com nível de significância igual a 0,01, two-tailed), mostrando a importância do tempo de filiação para conquistar espaço no partido.

Por causa da importância dada pela literatura e pelos presidentes estaduais entrevistados à presença das mulheres em cargos nos partidos de esquerda, foi feito um cruzamento entre campo ideológico e ter tido cargo no partido. Do total de entrevistadas que tiveram cargo no partido, 54,5% são de partidos de esquerda; 33,3% são de partidos

do centro; 12,1% das entrevistadas da direita tiveram algum cargo. O cruzamento com os partidos dos presidentes entrevistados mostra um resultado interessante: apesar da importância dada pela presidenta do PPS-MG sobre mulheres terem cargos no partido e, especialmente, a tradição local do partido em Belo Horizonte e Minas Gerais de ter mulheres em cargos, somente 11,8% das entrevistadas tiveram cargos no partido.

A nomeação para cargos de confiança pode ajudar muito em conseguir abrir o campo político para as mulheres. Por não serem eletivos, presume-se que estes cargos dependem mais das conexões do partido e da própria pessoa nomeada. 19,8% das entrevistadas declararam ter tido algum cargo de confiança. Do total de entrevistadas com cargos no partido, 62,5% são de partidos da esquerda; 31,2% são de partidos do centro; e 6,2% são de partidos de direita. A comparação entre PPS, PSDB e PT mostrou que, respectivamente, 88,2%, 100% e 45,5% das entrevistadas *não* tiveram cargos de confiança. O cruzamento entre ter tido cargo no partido e ter tido cargo de confiança (Tabela 14) mostra que existe uma associação entre as variáveis: entre as que tiveram cargo de confiança, 75% também tiveram cargo no partido.

Tabela 14: Cruzamento entre ter tido cargo de confiança e cargo no partido – Candidatas à ALMG 2010

		Cargo no partido.		Total	
		Não	Sim		
Cargo de confiança.	Não	Casos	43	21	65
		%	66,2%	32,3%	100,0%
	Sim	Casos	4	12	16
		%	25,0%	75,0%	100,0%
Total	Casos	47	33	80	
	%	58,0%	40,7%	100,0%	

Qui-quadrado de Pearson = 9,400; sig. = 0,004

Rho de Spearman = 0,343; sig. = 0,004; nível de significância = 0,01 (two-tailed)

Como foi visto no capítulo anterior, já ter tido cargo eletivo é extremamente importante para se estabelecer no mundo político e, em um ciclo vicioso, ter cargo eletivo. Das entrevistadas, somente 14,8% tiveram cargo eletivo antes de 2010; destas,

66,7% eram do PPS (25%), PSDB (12,5%) e PT (62,5%). Dada a importância da construção de um histórico político que incluía vários tipos de ações e cargos que validem a presença do indivíduo no campo político, e apesar do pequeno número de entrevistadas que já tiveram cargo eletivo, foram feitos cruzamentos com envolvimento com movimentos sociais, ter tido cargo no partido e ter tido cargo de confiança.

Dentre as que tiveram cargo eletivo, 75% haviam participado recentemente de movimentos sociais, mas a dispersão entre os tipos de movimento não permite que se deduza algo. Os cruzamentos com cargo no partido e cargo de confiança mostram altos coeficientes de correlação, corroborando a necessidade de combinar várias experiências no campo político para obter sucesso em uma eleição. As Tabelas 15 e 16 mostram os resultados destes cruzamentos. Todas as entrevistadas que tiveram cargo eletivo também tiveram cargo no partido e 75% das entrevistadas que tiveram cargo eletivo também tiveram cargo de confiança.

Tabela 15: Cruzamento entre ter tido cargo eletivo e cargo no partido – Candidatas à ALMG 2010

		Cargo no partido.		Total	
		Não	Sim		
Cargo eletivo.	Não	Casos	47	21	69
		%	68,1%	30,4%	100,0%
	Sim	Casos	0	12	12
		%	0,0%	100,0%	100,0%
Total		Casos	47	33	80
		%	58,0%	40,7%	100,0%

Qui-quadrado de Pearson = 20,107; sig. = 0,000

Rho de Spearman = 0,501; sig. = 0,004; nível de significância = 0,01 (two-tailed)

Tabela 16: Cruzamento entre ter tido cargo eletivo e cargo de confiança – Candidatas à ALMG 2010

		Cargo de confiança.		Total	
		Não	Sim		
Cargo eletivo.	Não	Casos	62	7	69
		%	89,9%	10,1%	100,0%
	Sim	Casos	3	9	12
		%	25,0%	75,0%	100,0%
Total		Casos	65	16	81
		%	80,2%	19,8%	100,0%

Qui-quadrado de Pearson = 27,125; sig. = 0,000

Rho de Spearman = 0,579; sig. = 0,000; nível de significância = 0,01 (two-tailed)

A maioria das entrevistadas (79%) pretendia continuar no mesmo partido; 14,8 ainda não haviam decidido; e 4,9% iam ou já tinham saído do partido. Uma entrevistada não respondeu.

A Tabela 17 abaixo mostra as opiniões das entrevistadas sobre quais seriam os fatores mais importantes para ter uma boa votação. Nota-se a pouca importância dada pelas entrevistadas à ocupação de cargo político, algo surpreendente considerando a importância dada pela literatura e corroborada pelos cruzamentos acima. O fator mais escolhido para o primeiro lugar foi o apoio do partido (56,8%) e em segundo lugar o apoio de movimentos sociais e/ou associações da sociedade civil (34,6%). As entrevistadas não deram tanta importância para o apoio de lideranças empresariais, algo também surpreendente, dada a discussão anterior sobre a necessidade de financiamento.

Tabela 17: Quais fatores consideram importantes para uma boa votação – Candidatas à ALMG 2010

	Primeiro lugar		Segundo lugar	
	Casos	%	Casos	%
Ocupação de cargo eletivo ou de confiança.	3	3,7	4	4,9
Apoio do partido	46	56,8	14	17,3
Apoio da igreja	0	0,0	8	9,9
Apoio de movimentos sociais e/ou associações	21	25,9	28	34,6
Apoio de vereadores e/ou prefeitos de sua região	3	3,7	14	17,3
Apoio de lideranças empresariais	2	2,5	3	3,7
Nenhum destes (Não falar)	3	3,7	4	4,9
Não sabe	1	1,2	0	0,0
Não respondeu	2	2,5	6	7,4
Total	81	100,0	81	100,0

As estratégias de campanha

A preocupação em saber as estratégias das entrevistadas vem da falta de informação específica para mulheres sobre suas decisões em tempos de campanha. Dadas as restrições específicas às mulheres combinadas com as dificuldades gerais de uma competição eleitoral, torna-se interessante saber se elas se concentraram em algumas estratégias ou se dispersaram nas medidas que tomaram ao buscar vencer a eleição.

Com relação à estratégia geográfica, foi perguntado às entrevistadas onde concentraram suas campanhas: 44,4% responderam que ficaram concentradas em seus municípios e nos imediatamente vizinhos; 27,2% afirmaram que ficaram na região de forma geral; 12,3% teve presença em mais de uma região do estado; 11,1% preferiu focar em lugares onde seu eleitorado (movimento social, igreja, categoria) tinha base; apenas 4,9% teve presença em todo o estado. Com tantas entrevistadas na RMBH e as dificuldades em transpor uma candidatura da região de origem, era de se esperar que elas preferissem estratégias mais locais. A maioria delas (38,3%) caracterizou a competição na região onde focou a campanha como altamente competitiva, com muitos candidatos fortes. As outras caracterizações ficaram da seguinte forma: polarizada por dois

candidatos (30,9%); dominada por um candidato (13,6%); muitos candidatos, mas nem todos eram fortes (12,3%); apenas uma (1,2%) afirmou que a competitividade foi baixa.

A maioria das entrevistadas (72,8%) realizou “dobradinha”, com alguma candidatura a deputado federal.

A estratégia de publicidade mais escolhida foi o uso de santinhos e panfletos apresentando a candidata. Em segundo lugar, elas escolheram visitas a comunidades e reuniões públicas. As estratégias de publicidade, representadas na Tabela 18, mostram que as entrevistadas apostaram em ações tradicionais e também menos custosas. A alta porcentagem que focou nas estratégias mencionadas mostra como estas estão difundidas e também o interesse em atingir o eleitorado de uma maneira pessoal. Cabe notar que as candidatas não aproveitaram a internet, também um meio pouco custoso e que pode permitir acesso a mais pessoas simultaneamente.

Tabela 18: Estratégias de publicidade – Candidatas à ALMG 2010

	Primeiro lugar		Segundo lugar	
	Casos	%	Casos	%
Televisão	1	1,2	0	0,0
Rádios e jornais locais	5	6,2	6	7,4
Internet (site, Facebook, Orkut, blog)	1	1,2	4	4,9
“Santinhos” e panfletos	59	72,8	12	14,8
Bandeiras, adesivos, faixas	1	1,2	12	14,8
Visita a comunidades ou a famílias e reuniões	13	16,0	44	54,3
Outro	0	0,0	1	1,2
Não respondeu	1	1,2	2	2,5
Total	81	100,0	81	100,0

A maioria das entrevistadas afirmou que usou como estratégia para a construção de imagem perante o eleitor a afirmação de uma plataforma de campanha específica. A segunda resposta mais escolhida foi a afirmação de suas qualidades pessoais, mostrando a capacidade de liderar. Somente 8,6% afirmaram que a principal estratégia foi vincular a imagem própria com a do partido. Partindo da literatura que afirma que partidos de

esquerda e, em particular, o PT, são mais organizados e programáticos, foram feitos cruzamentos levando em conta os campos ideológicos dos partidos.

Para a esquerda e a direita, a explicitação de uma plataforma de campanha específica foi a principal estratégia, com 43,8% e 41,7% das respostas, respectivamente. A opção mais escolhida pelas candidatas de centro foi a afirmação de qualidades pessoais da candidata, com 32,4%. A vinculação da campanha com o partido foi usada por 15,6% das entrevistadas da esquerda e 5,4% das entrevistadas de centro. Nenhuma entrevistada da direita escolheu essa opção. PT e PPS foram analisados à parte: apenas 11,8% das entrevistadas do PPS e 9,1% das entrevistadas do PT escolheram vincular suas imagens à do partido. A afirmação de qualidades pessoais foi a opção mais utilizada pelas candidatas do PPS (29,4%); para 45,5% das petistas a melhor opção foi explicitação de uma plataforma de campanha específica. A Tabela 19 mostra o cruzamento entre as variáveis de construção de imagem e campo ideológico do partido, demonstrando como as opções se dividiram entre os partidos e o resultado total de cada opção.

Tabela 19: Cruzamento entre opções de construção de imagem e campo ideológico – Candidatas à ALMG 2010

		Construção de imagem perante o eleitor						Total	
		Vinculação da campanha à imagem do partido	Afirmação de qualidades pessoais	Aproximação candidatos à presidência ou governo estadual	Explicitação de plataforma de campanha específica	Explicitação de interesses e objetivos múltiplos	Não respondeu		
Campo ideológico do partido	Direita	Casos	0	2	3	5	1	1	12
		%	0,0%	16,7%	25,0%	41,7%	8,3%	8,3%	100,0%
	Centro	Casos	2	12	7	10	4	2	37
		%	5,4%	32,4%	18,9%	27,0%	10,8%	5,4%	100,0%
	Esquerda	Casos	5	6	3	14	3	1	32
		%	15,6%	18,8%	9,4%	43,8%	9,4%	3,1%	100,0%
Total	Casos	7	20	13	29	8	4	81	
	%	8,6%	24,7%	16,0%	35,8%	9,9%	4,9%	100,0%	

O apoio do partido na campanha

As entrevistadas responderam uma série de perguntas sobre a campanha de 2010, incluindo questões sobre o apoio que receberam do partido. Similares às questões mais gerais que buscaram averiguar se o partido tem aberto espaço para as filiadas com medidas específicas, estas questões procuram ver qual foi o apoio do partido na campanha para a ALMG em 2010. As respostas, de forma geral, mostram pouco apoio partidário e, na maioria dos casos, nenhum apoio.

Com relação aos serviços oferecidos para as candidatas, 82,7% delas falaram que não houve cursos de capacitação específicos para 2010; 64,2% falaram que não houve apoio logístico para facilitar a participação em eventos partidários (como creches ou transporte).

Apenas uma das questões pede que as entrevistadas comparem suas situações com as dos homens. Esta foi a pergunta sobre a divisão do horário eleitoral gratuito. Nas três entrevistas semi-estruturadas, os presidentes estaduais reforçaram que a divisão deste tempo foi igualitária. De acordo com Marcus Pestana, presidente do PSDB-MG, faz-se isso para “evitar polêmica”. No entanto, somente 16% das entrevistadas concordaram com estes presidentes, com 38,3% delas afirmando que candidatos com mais dinheiro tiveram preferência na utilização do tempo ou se iriam ser apresentados no começo ou no final do programa. A Tabela 20 mostra o cruzamento entre campo ideológico do partido e a divisão do horário eleitoral gratuito de acordo com a entrevistada. Das 13 entrevistadas que afirmaram que a divisão foi igualitária, 8 eram da esquerda (61%). As entrevistadas da direita e do centro foram as que em maior proporção declararam que a receita de um candidato ou candidata foi o critério para a divisão. Poucas candidatas (12%) perceberam viés de gênero na distribuição de tempo.

A maioria das candidatas do PPS (47,1%) acredita que os candidatos com mais dinheiro tiveram prioridade na escolha do horário eleitoral gratuito; 17,6% delas acreditam que os candidatos homens tiveram prioridade. Nenhuma das duas candidatas do PSDB afirmou que a divisão foi igualitária. 45,5% das petistas acreditam que a divisão foi igualitária; 36,4% acreditam que a receita dos candidatos foi o critério para a divisão.

Tabela 20: Cruzamento entre campo ideológico do partido e como foi a divisão do horário eleitoral gratuito – Candidatas à ALMG 2010

		Como foi a divisão do tempo no horário eleitoral gratuito.					Total	
		Dividido igualmente	Candidatos com mais dinheiro conseguiram mais tempo e/ou melhores espaços	Candidatos com maior potencial de votação receberam mais tempo e/ou melhores espaços	Os homens tiveram mais facilidade de conseguir o que queriam	Não respondeu		
Campo ideológico	Direita	Casos	1	6	2	2	1	12
		% campo ideológico	8,3%	50,0%	16,7%	16,7%	8,3%	100,0%
	Centro	Casos	4	16	10	5	2	37
		% campo ideológico	10,8%	43,2%	27,0%	13,5%	5,4%	100,0%
	Esquerda	Casos	8	9	10	3	2	32
		% campo ideológico	25,0%	28,1%	31,2%	9,4%	6,2%	100,0%
Total	Casos	13	31	22	10	5	81	
	% campo ideológico	16,0%	38,3%	27,2%	12,3%	6,2%	100,0%	

Nenhuma entrevistada afirmou ter recebido muita ajuda financeira: 29,6% responderam que receberam pouca e 70,4% que não receberam apoio financeiro. Das que receberam alguma ajuda financeira, 58,3% são da esquerda, 37,5% são do centro e 4,2% são da direita. 91,7% das entrevistadas da direita afirmaram que não receberam ajuda financeira do partido. Com relação ao PPS e PT, as porcentagens de entrevistadas

que receberam alguma ajuda financeira foram, respectivamente, 17,6%, 81,8%. Uma das entrevistadas do PSDB afirmou ter recebido alguma ajuda.

Sobre apoio com material publicitário, 6,2% falaram que receberam muita ajuda partidária; 74,1% responderam que receberam pouca ajuda; 19,8% responderam que não receberam ajuda alguma. Com relação à eventos de campanha, 60,5% afirmaram que receberam pouca ajuda e 38,3% afirmaram que não receberam ajuda nenhuma. Uma das entrevistadas não respondeu.

As percepções sobre a campanha

As entrevistadas responderam várias questões sobre a competição eleitoral de 2010. Suas afirmações sobre o nível da competição já foram discutidas; aqui, será visto como elas viram a participação de outras mulheres na competição, os principais problemas enfrentados e como avaliam a experiência de forma geral.

95% das entrevistadas afirmaram que havia outras mulheres disputando nas mesmas regiões onde decidiram concentrar suas campanhas. Destas, 63% acreditavam que eram candidaturas competitivas; 13,6% discordavam e 17,3% responderam que eram mais ou menos competitivas. Uma entrevistada não respondeu. 70,4% afirmaram que suas rivais eram do mesmo partido ou coligação. Quando perguntadas se teriam votado em alguma delas se não fossem candidatas, 25,9% responderam que não, 32,1% afirmaram que sim e 35,8% afirmaram que talvez. Uma delas não respondeu à questão.

O survey procurou verificar, junto às candidatas, quais foram os problemas enfrentados na campanha. A maioria (77,8%) identificou o financiamento como o maior problema da campanha. Apenas uma considerou como um problema pequeno enquanto outras três afirmaram que conseguir recursos não foi problemático. A dificuldade na arrecadação de recursos foi destaque para todas as faixas de arrecadação (no item

seguinte estas faixas serão detalhadas). Apenas entre as que tiveram maior arrecadação um percentual expressivo (34,8%) disse que o problema pode ser contornado – anda assim 56,5% afirmou que a arrecadação foi o maior problema e impediu o desenvolvimento das atividades.

Excetuando a questão do financiamento, as entrevistadas foram perguntadas sobre qual teria sido o principal problema durante a campanha, com a possibilidade de escolherem um primeiro e um segundo lugar. A Tabela 21 mostra que tanto para primeiro quanto para o segundo lugar, a opção mais escolhida foi o acesso à mídia. O preconceito de gênero foi indicado como primeiro lugar por 25,9% das entrevistadas. A maioria das entrevistadas que colocou o acesso à mídia em primeiro lugar escolheu a falta de apoio do partido em segundo lugar (25%). A maioria das entrevistadas que escolheram o acesso à mídia como a segunda dificuldade escolheu o preconceito de gênero em primeiro lugar (56,5%).

Tabela 21: Principal dificuldade encontrada na campanha (exceto financiamento)

	Primeiro lugar		Segundo lugar	
	Casos	%	Casos	%
Preconceito de gênero	21	25,9	9	11,1
Outros tipos de preconceito	12	14,8	8	9,9
Acesso à mídia	28	34,6	23	28,4
Conciliar a campanha com a família	1	1,2	3	3,7
Conciliar a campanha com o trabalho	4	4,9	6	7,4
Falta de experiência numa campanha política	2	2,5	5	6,2
Falta de apoio do partido	8	9,9	11	13,6
Problemas pessoais não relacionados à campanha	1	1,2	6	7,4
Outro	2	2,5	2	2,5
Não respondeu	2	2,5	8	9,9
Total	81	100,0	81	100,0

A receita total como variável dependente

De acordo com as entrevistadas, a principal fonte de recursos para financiar a campanha veio delas mesmas (53,1%). Agregando-se os recursos provenientes de

amigos e familiares, chega-se a 84% da receita arrecadada, o que denota campanhas com características “domésticas”. Somente 2,5% afirmaram que o principal financiamento veio de pessoas jurídicas e 3,7%, que veio do partido. A Tabela 22 mostra todas as opções de financiamento.

Tabela 22: Principal estratégia de financiamento das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010

	Casos	%
Recursos próprios	43	53,1
Recursos de amigos e familiares	25	30,9
Recursos de pessoas físicas	7	8,6
Recursos de pessoas jurídicas	2	2,5
Recursos do partido	3	3,7
Não respondeu	1	1,2
Total	81	100,0

As entrevistadas tiveram uma receita total média de R\$ 61.884,61, com desvio-padrão de R\$ 228.873,29. A maior receita individual foi de R\$ 1.351.639,14. No total as entrevistadas arrecadaram R\$ 5.012.653,14. Levando em conta o total de candidatas, a média de receita foi R\$ 62.960,49, com desvio-padrão de R\$ 211.034,17. A soma das receitas foi igual a R\$ 8.814.469,33. A Tabela 23 mostra a receita total das entrevistadas.²⁴ O tamanho do desvio-padrão de ambos os grupos indica a grande desigualdade entre as candidatas e suas receitas de campanha.

Tabela 23: Receita total das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010

	Casos	%
0,00	15	18,5
1,00-3000,00	17	21,0
3000,01-10000,00	26	32,1
10000,01-1351639,14	23	28,4
Total	81	100,0

Fonte: TRE-MG

Elaboração da autora.

²⁴ A categorização da variável original foi feita, inicialmente, pelos quartis. No entanto, os grupos ficaram muito díspares. Para garantir resultados confiáveis, outras categorizações foram tentadas; esta correlacionou com a variável original com rho de Spearman igual a 0,967, sig. igual a 0,000 e nível de significância igual a 0,01 (two-tailed).

O que se apresenta acima são duas informações da mesma fonte: as entrevistadas responderam quais foram suas principais estratégias de financiamento e entregaram ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais suas prestações de contas das campanhas. Porém, enquanto 80 entrevistadas responderam à questão do *survey*, 15 delas não fizeram suas prestações de contas. Sendo assim, é interessante buscar quais das entrevistadas não declararam suas receitas de campanha. Das 15 que não prestaram contas, 53,3% afirmaram que a principal estratégia foi o uso de recursos próprios; 40% responderam que foi o uso de recursos de familiares e amigos; 6,7% que foram recursos de pessoas físicas. A única entrevistada que não respondeu à pergunta do *survey* está na categoria de R\$ 10.000,01 e R\$ 1.351.639,14. A Tabela 24 mostra o cruzamento das variáveis. Como tantas mulheres se agrupam nas primeiras estratégias, não houve correlações significativas.

Tabela 24: Cruzamento entre receita total e principal estratégia de financiamento das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010

		Principal estratégia de financiamento das entrevistadas						Total	
		Tipo de recursos							
		Próprio	Amigos e familiares	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Partido	Não respondeu		
Receita total	0,00	Casos	8	6	1	0	0	0	15
		% receita total	53,3%	40,0%	6,7%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	1,00-3000,00	Casos	12	5	0	0	0	0	17
		% receita total	70,6%	29,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	3000,01-10000,00	Casos	14	8	2	0	2	0	26
		% receita total	53,8%	30,8%	7,7%	0,0%	7,7%	0,0%	100,0%
	10000,01-1351639,14	Casos	9	6	4	2	1	1	23
		% receita total	39,1%	26,1%	17,4%	8,7%	4,3%	4,3%	100,0%
	Total	Casos	43	25	7	2	3	1	81
		% receita total	53,1%	30,9%	8,6%	2,5%	3,7%	1,2%	100,0%

Investimento próprio

A prestação de contas do TRE exige que candidatos e candidatas coloquem a origem do investimento declarado: seja o nome do cidadão ou cidadã ou de alguma empresa que tenham feito alguma doação. Das entrevistadas, 60,5% não declararam investimentos em seus próprios nomes, ainda que o possam ter feito nos nomes de seus familiares. No entanto, destas, 53,1% declararam que a principal estratégia de financiamento foi o uso de recursos próprios. A média dos investimentos feitos nos nomes das entrevistadas foi de R\$ 15.698,03, com desvio-padrão de R\$ 66.597,47. O maior investimento feito por uma das entrevistadas foi de R\$ 463.200,00. A Tabela 25 mostra os investimentos declarados nos nomes das entrevistadas.

Tabela 25: Investimento próprio das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010		
	Casos	%
0,00	49	60,5
1,00-3373,00	16	19,8
3373,01-463200,00	16	19,8
Total	81	100,0

Fonte: TRE-MG

Elaboração da autora.

Investimento partidário

Os investimentos partidários têm origem em uma ou mais instâncias do partido da candidata (em geral, Diretório Estadual ou Comitê Financeiro Único). 44,4% das entrevistadas não declararam investimentos partidários. A média dos investimentos partidários das entrevistadas foi de R\$ 13.488,71, com desvio-padrão de R\$ 60.607,73. O maior investimento feito por um partido foi de R\$ 452.199,10. Uma das três entrevistadas que afirmou que os recursos do partido foram sua principal estratégia não declarou esta fonte ao TRE. A Tabela 26 mostra os investimentos partidários declarados.

Tabela 26: Investimento partidário das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010		
	Casos	%
0,00	36	44,4
1,00-3000,00	25	30,9
3000,01-452199,10	20	24,7
Total	81	100,0

Fonte: TRE-MG

Elaboração da autora.

As afirmações feitas pela literatura sobre as maiores oportunidades e apoio para as mulheres em partidos de esquerda faz com que um cruzamento entre esta variável e os campos ideológicos dos partidos seja interessante. O cruzamento mostra que as mulheres do centro foram as que menos declararam investimentos partidários; as entrevistadas da esquerda são maioria na categoria de até R\$ 3000,00; acima deste valor, as entrevistadas do centro e da esquerda empatam, com 45% declarando investimentos vindos do partido. Os partidos que não estavam presentes nas declarações das entrevistadas foram: PRB, PSOL, PSTU e PV.

Como foi visto, de acordo com a presidenta do PPS-MG, falta às mulheres uma “estrutura mínima” para concorrerem, algo que PPS tenta garantir às suas candidatas. O presidente do PT-MG, afirma algo similar, apontando, inclusive, que os candidatos que mais arrecadam são incentivados a doar para seus colegas de partido [sic]. Com relação ao PPS, 47,05% das entrevistas não declararam investimentos partidários. Com relação ao PT, 75% das entrevistadas receberam investimentos na categoria intermediária (entre R\$ 1,00 e R\$ 3000,00); 25% receberam na categoria mais alta, entre R\$3.000,00 e R\$ 452.199,10.

Deve-se lembrar de que nem todas declaram tudo que recebem ou podem ter recebido, por exemplo, em suas contas pessoais e declarado em seus nomes ou de outras pessoas. Estas declarações também não incluem outros tipos de auxílio oferecidos pelos

partidos como automóveis, assistentes para a campanha, material publicitário, entre outros.

Investimento externo

O investimento externo é a receita total menos o investimento próprio e o investimento partidário. 32,1% das entrevistadas não declararam investimentos de outros cidadãos ou de empresas. A média dos investimentos externos das entrevistadas foi de R\$ 33.135,64 com desvio-padrão de R\$ 122.234,82. O maior investimento externo foi de R\$ 796.680,04. A Tabela 27 mostra o investimento externo declarado.

Tabela 27: Investimento externo das entrevistadas – Candidatas à ALMG 2010		
	Casos	%
0,00	27	33,3
1,00-6187,80	30	35,8
6187,81-796680,04	25	30,9
Total	81	100,0

Fonte: TRE-MG

Elaboração da autora

A importância da receita total como variável dependente vem da dificuldade em adquirir fundos e da necessidade destes para a realização de uma campanha eleitoral. Se o financiamento é tão importante quanto a literatura afirma, quais são as variáveis que podem ter afetado a arrecadação das entrevistadas? Como esclarecido antes, os dados sobre a arrecadação foram obtidos no site do TRE. Considerando a disparidade dos investimentos feitos pelos partidos, corrobora-se, para as entrevistadas, a hipótese de que os partidos, muitas vezes, decidem “apostar” em um candidato ou uma candidata que é “puxador” de votos.

O cruzamento da receita total com a escolaridade aponta uma associação que, ainda que esperada, não é muito forte. Das entrevistadas com ensino superior completo,

46,15% se encontra na mais alta categoria da receita total (entre R\$ 10.000,01 e R\$ 1.351.639,14); as entrevistadas com ensino médio completo são as que mais se dispersam, com proporções similares em todas as categorias. O rho de Spearman foi igual a 0,355, com sig. igual a 0,001 (nível de significância igual a 0,01, two-tailed).

Com relação ao ano que iniciaram suas trajetórias política, a relação é negativa: as entrevistadas com menos anos de atuação política declararam maiores receitas. O rho de Spearman foi igual a -0,334, com sig. igual a 0,002 (nível de significância igual a 0,01, two-tailed). A correlação com tempo de filiação no partido é um pouco maior e positiva, indicando que mais tempo no partido pode estar associado com uma arrecadação maior (rho de Spearman igual a 0,395, com sig. igual a 0,000 e nível de significância igual a 0,01, two-tailed).

As variáveis que apresentaram fortes associações com a receita total foram as de cargos políticos. 91,6% das entrevistadas que tiveram cargo eletivo se encontram na categoria mais alta de receita, assim como 68,7% das entrevistadas que tiveram cargo de confiança e 54,5% das que tiveram cargo no partido.

A Tabela 28 mostra o cruzamento de ter tido cargo eletivo com a receita total. Pode-se observar que quase todas as entrevistadas com cargo se encontram na faixa mais alta de arrecadação.

Tabela 28: Cruzamento entre já ter exercido cargo eletivo e a receita total

			Cargo eletivo		Total
			Não	Sim	
Receita total	0,00	Casos	14	1	15
		% cargo eletivo	20,3%	8,3%	18,5%
	1,00-3000,00	Casos	17	0	17
		% cargo eletivo	24,6%	0,0%	21,0%
	3000,01-10000,00	Casos	26	0	26
		% cargo eletivo	37,7%	0,0%	32,1%
	10000,01-1351639,14	Casos	12	11	23
		% cargo eletivo	17,4%	91,7%	28,4%
Total	Casos	69	12	81	
	% cargo eletivo	100,0%	100,0%	100,0%	

Cramer's V = 0,589; sig. = 0,000.

O mesmo ocorre na Tabela 29, com cruzamento entre cargo de confiança e receita total.

Tabela 29: Cruzamento entre já ter exercido cargo de confiança e a receita total

			Cargo de confiança		Total
			Não	Sim	
Receita total	0,00	Casos	15	0	15
		% cargo de confiança	23,1%	0,0%	18,5%
	1,00-3000,00	Casos	15	2	17
		% cargo de confiança	23,1%	12,5%	21,0%
	3000,01-10000,00	Casos	23	3	26
		% cargo de confiança	35,4%	18,8%	32,1%
	10000,01-1351639,14	Casos	12	11	23
		% cargo de confiança	18,5%	68,8%	28,4%
Total	Casos	65	16	81	
	% cargo de confiança	100,0%	100,0%	100,0%	

Cramer's V = 0,457; sig. = 0,001.

A Tabela 30 mostra o cruzamento de ter tido cargo no partido e a receita total. Comparado aos outros cargos políticos, é maior o numero de entrevistadas que já tiveram cargo no partido.

Tabela 30: Cruzamento entre já ter exercido cargo no partido e a receita total

			Cargo no partido			Total
			Não	Sim	Não respondeu	
Receita total	0,00	Casos	13	2	0	15
		% cargo no partido	27,7%	6,1%	0,0%	18,5%
	1,00-3000,00	Casos	13	3	1	17
		% cargo no partido	27,7%	9,1%	100,0%	21,0%
	3000,01-10000,00	Casos	16	10	0	26
		% cargo no partido	34,0%	30,3%	0,0%	32,1%
	10000,01-1351639,14	Casos	5	18	0	23
		% cargo no partido	10,6%	54,5%	0,0%	28,4%
	Total	Casos	47	33	1	81
		% cargo no partido	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Cramer's V = 0,515; sig. = 0,000.

Estes cruzamentos corroboram a hipótese do “ciclo vicioso”, onde ter tido cargo político é importante para ter cargo político. O cargo, seja eletivo, de confiança ou no partido, mostra história e experiência na política, além de ajudar a desenvolver as conexões necessárias para garantir apoio, neste caso, financeiro. De forma geral, a entrada tardia das mulheres na política partidária e institucional, dificulta o acesso às conexões e cargos necessários para se avançar na política. Porém, isso não pode ser afirmado para as mulheres entrevistadas por este *survey*, já que a maioria entrou na política pela via partidária e o fez nos últimos dez anos.

Os resultados: o que afeta a quantidade de votos?

O pequeno número de eleitas não permite que a variável dependente seja definida como “eleição” e “não-eleição”. Dessa forma, a quantidade de votos foi escolhida como a variável dependente. Ainda assim, esta variável apresenta números muito díspares, impedindo a aleatoriedade dos resultados do modelo de regressão linear. Para solucionar este problema, a variável foi normalizada usando o logaritmo 10. O mesmo procedimento foi feito com a variável independente “receita total”. Ambas apresentavam

o mesmo problema de *skweness* positiva, com a acumulação de muitos números baixos. A quantidade de votos varia entre 50.620 e três votos, com uma média de 4.869 votos e desvio-padrão de 11.487 votos.

As variáveis independentes foram selecionadas de acordo com a literatura aqui apresentada. Com apenas 81 casos, foi necessário fazer uma seleção parcimoniosa para diminuir o efeito de um grau de liberdade muito alto e causar um erro do tipo I (afirmar que a variável independente não tem efeito quando, na realidade, tem). Vários modelos foram rodados e, ao observar efeito das variáveis independentes, foi escolhido o modelo com as seguintes variáveis: receita total, campo ideológico, cargo eletivo, idade (em anos) e tempo da trajetória política (em anos). A variável sobre o campo ideológico dos partidos das entrevistadas foi transformada em uma *dummy*, usando a esquerda como referência. A alta correlação entre ter tido cargo eletivo com cargo de confiança, cargo em partido e tempo de filiação geraria erros de multicolinearidade. Por isso, somente a variável sobre cargo eletivo foi mantida.

Entre as variáveis consideradas estavam nos modelos iniciais figuravam algumas sobre estratégia na campanha (região onde focou a campanha, principal apoio político, principal estratégia de construção de imagem, principal estratégia publicitária e ter feito “dobradinha” com deputados federais) e as variáveis sobre auxílio do partido durante a campanha (apoio financeiro, fornecimento de material publicitário, facilitação em participação de eventos partidários, ajuda na montagem de eventos da campanha e cursos de capacitação). No entanto, nenhum destes grupos de variáveis se mostrou útil ao modelo, possivelmente porque as entrevistadas responderam às questões de forma similar, usando das mesmas estratégias e afirmando que receberam pouco ou nenhum apoio do partido.

Abaixo estão as tabelas geradas pelo modelo de regressão com as variáveis selecionadas. As variáveis presentes no modelo predizem 75,6% (R^2 ajustado) da variabilidade da quantidade de votos, com confiabilidade de 95%. Em todos os modelos rodados a receita total permaneceu significativa, o que indica a importância desta variável para o modelo. Olhando os coeficientes padronizados (*standardized coefficients*), vê-se a importância da receita total comparada às outras variáveis independentes, algo que também pode ser observado pelo t (8,297) e pelo sig. (0,000). De acordo com os dados, e considerando que quantidade de votos e receita total foram normalizadas, o aumento em 1% na receita, gera um aumento de 0,598% dos votos, com tudo mais mantido constante.²⁵

A segunda variável mais relevante é o cargo eletivo. Ter tido cargo eletivo aumenta em 46,2% a quantidade de votos. Deve ser lembrado que esta variável computa qualquer cargo eletivo (executivo ou legislativo) e não discrimina ter tido mais de um cargo. Assim, não se pode afirmar, neste momento, se ter tido dois ou mais cargos prediz mais votos do que ter tido apenas um.

A variável *dummy* para campo ideológico do partido foi feita usando “esquerda” como referência. Assim, “campo ideológico 1” codifica a direita igual a 1 e “campo ideológico 2” codifica o centro igual a 1. O modelo de regressão mostrou que não existe diferença entre ser da direita ou da esquerda sobre a votação, mas que ser do centro prediz menos 18% dos votos do que ser da esquerda. As entrevistadas do centro declararam receitas menores do que as entrevistadas da esquerda, mas não houve problemas de multicolinearidade. A literatura aqui apresentada mostrou que: 1) as mulheres tendem a serem filiadas e candidatas em partidos de esquerda, que também são os partidos que lhes dão mais espaço e apoio; 2) que os partidos de esquerda no Brasil

²⁵ Para a metodologia utilizada em calcular analisar regressões lineares feitas com variáveis normalizadas pelo logaritmo, ver WOOLDRIDGE, 2002, capítulo 2.

tendem a ser mais programáticos e atuam mais como partidos de legenda, tendo maior identificação no eleitorado²⁶. Partindo destas duas afirmações, pode-se sugerir que as mulheres da esquerda podem ter apresentado um melhor desempenho porque receberam mais apoio de seus partidos e porque o eleitorado que vota na esquerda é menos tradicionalista. No entanto, além de serem poucos casos, estes dados têm de ser comparados com outras eleições.

As variáveis idade e tempo da trajetória política não apresentaram significância, indo contra o esperado: que mulheres mais velhas e/ou com mais tempo na vida pública, teriam mais votos.

Model Summary ^b									
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	,883 ^a	,779	,756	,35478	,779	34,643	6	59	,000

a. Predictors: (Constant), Idade, Receita total (normalizada), Campo ideológico 1, Campo ideológico 2, tempo na política, Cargo eletivo

b. Dependent Variable: Quantidade de votos_norm

Coefficients ^a										
Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	T	Sig.	Correlations			Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Zero-order	Partial	Part	Tolerance	VIF
(Constant)	,602	,365		1,650	,104					
Receita total (normalizada)	,598	,074	,709	8,085	,000	,852	,725	,495	,488	2,051
Cargo eletivo	,462	,168	,241	2,752	,008	,706	,337	,168	,487	2,055
Campo ideológico 1	,122	,130	,064	,941	,350	-,029	,122	,058	,812	1,232
Campo ideológico 2	-,188	,104	-,129	-1,798	,077	-,163	-,228	-,110	,724	1,382
Tempo na política	-,003	,005	-,039	-,510	,612	,458	-,066	-,031	,638	1,567
Idade	,004	,005	,051	,799	,427	,054	,103	,049	,905	1,105

a. Dependent Variable: Quantidade de votos_norm

²⁶ Dados do ESEB 2006 mostram que mais homens e mulheres se identificam com o PT.

O modelo de regressão ficou de acordo com as suposições de normalidade, linearidade, homocedasticidade e independência dos resíduos.

O impacto mostrado pelo modelo da receita e de ter tido cargo eletivo sobre a quantidade de votos corrobora, para a competição eleitoral feminina de 2010 para a ALMG, as afirmações feitas pela literatura: que o essencial para garantir uma boa votação é conseguir investimentos e já ter sido eleita. Tendo uma receita maior pode-se garantir as estratégias de publicidade e marketing necessárias para se conseguir mais votos. O cargo eletivo oferece visibilidade e facilita a arrecadação de fundos. Sendo assim, a afirmação feita por Miguel (2003b) da existência de uma hierarquia nos cargos eletivos é necessária para explicar como um candidato ou candidata consegue se eleger da primeira vez. O grande número de entrevistadas que ainda não tinham tido cargos eletivos (ou de confiança) sugere que uma eleição local poderia dar maiores chances de sucesso, já que exige menos investimentos e é voltada para uma população menor, diminuindo a necessidade de já ter exercido cargo. No entanto, isto só poderia ser confirmado se fosse possível realizar uma comparação com dados de eleições locais.

O obstáculo enfrentado pelas entrevistadas, de acordo com a análise descritiva, as entrevistas semi-estruturadas e os resultados do modelo de regressão é, portanto, o que foi previsto: elas têm dificuldades em se estabelecerem no mundo político e conseguirem apoio partidário e investidores, afetando suas votações.

Conclusão

No primeiro capítulo deste trabalho procurou-se mostrar que as mulheres ainda são consideradas um grupo minoritário dentro da política e que isso se deve a uma exclusão estrutural e cultural histórica. Esta exclusão é baseada em séculos de socialização diferenciada que incentiva meninas e meninos para trabalhos diferentes. Além de desviarem as meninas da vida política, impõe maiores jornadas de trabalho dada a divisão desigual do trabalho doméstico.

De acordo com as teorias demonstradas, é injusto excluir alguém que deseja participar da política. Essas teorias mostram também que a exclusão pode tomar várias formas.

No mundo ocidental atual, essa exclusão não é mais formal, mas a lei não é suficiente para garantir às mulheres a possibilidade de participação igualitária. Dessa forma, as mulheres que desejam participar da política institucional encontram mais obstáculos, como menores rendas e menos bens. Têm, ainda, a responsabilidade do cuidado com a família, ainda que trabalhem fora de casa, e enfrentam a continuada existência de preconceitos que não avaliam bem o trabalho feminino na política.

Esses vários obstáculos criam uma “bola de neve” que envia resultados que deveriam ser aleatórios, como a proporção de homens e mulheres em uma casa legislativa. A igualdade de oportunidades simplesmente não é premissa suficiente para garantir igualdade de participação.

Se a democracia se baseia em sua capacidade de incluir todos os que desejam participar dela, a existência de obstáculos diferenciados – maiores para uns do que para outros – faz com que a legitimidade dos seus resultados possa ser questionada.

Uma solução proposta é o conceito da política de presença. Esse conceito engloba questões de justiça, inclusão e legitimidade, baseando-se não em uma premissa

de igualdade de oportunidade, mas em um objetivo de igualdade de resultados. Assim, tudo mantido constante (por exemplo, renda, escolaridade e sorte) um homem e uma mulher têm iguais ou similares chances de serem eleitos. Para que se possam controlar as outras variáveis, a política de presença sugere que sejam criados métodos apropriados para cada contexto que retirem os vieses e criem uma disputa equilibrada. A eficiência destes métodos poderia, portanto, ser avaliada pela aleatoriedade dos resultados, ou seja, que eles não possam ser previstos com base, por exemplo, no gênero dos candidatos a uma eleição.

A inclusão de mais atores de diferentes características poderia trazer mais perspectivas, ideias e soluções para problemas comuns, além de sustentar o pressuposto democrático da inclusão e aumentar a sensação de pertença dos cidadãos e cidadãs de uma mesma comunidade.

O segundo capítulo buscou, primeiramente, descrever a construção da cultura política brasileira e como ela afetou e afeta a participação feminina na política institucional. Nesta seção focou-se em dois sistemas sociais que, de acordo com a teoria, predominaram no Brasil em períodos diferentes: o patriarcalismo e o patrimonialismo. O primeiro se define por suas características autoritárias e sexistas, derivadas de uma cultura escravocrata, extrativista e rural; o segundo é predominantemente urbano, elitista e individualista. Ambos têm, em suas bases, o uso da coisa pública para o benefício de interesses privados. O papel da mulher brasileira foi desenvolvido de forma a sustentar os que se beneficiavam destes sistemas. Assim, tem-se a jovem solteira, como objeto sexual; a mulher casada, responsável pela reprodução biológica e dos costumes e a solteirona, a mulher de meia-idade que não se casou. A mulata e a escrava concluem estes estereótipos sociais, sendo serviçais para qualquer uso, inclusive sexual, mesmo após a abolição da escravatura.

As transformações sofridas por estes sistemas sociais geraram transformações também para o papel da mulher brasileira. Ela assumiu as mais diversas funções, adquiriu o direito ao voto, ao divórcio e a licença maternidade, elevou seu nível de escolaridade e beneficiou-se de instrumentos como a Lei Maria da Penha ou a lei de cotas eleitorais.

No entanto, estes novos direitos e deveres não substituíram os antigos: as mulheres continuam, de forma geral, responsáveis pela casa e pelos filhos, acumulando jornadas de trabalho. O salário da brasileira continua menor, especialmente da mulher negra. Os índices de violência contra a mulher ainda são altos assim como a impunidade. Elas são minoria nas casas legislativas nacionais, estaduais e municipais. Muitas vezes não chegam a compor 10% destes âmbitos políticos.

Essa ilustração pode parecer exagerada, mas os índices e pesquisas da ONU, IPU, DIEESE e IBGE indicam que, em maior ou menor grau, essa é a realidade das mulheres no Brasil. Combinam-se os traços patriarcalistas e patrimonialistas com os avanços feitos na segunda metade do século XX e começo do século XXI. A lei das cotas eleitorais exemplifica esta combinação. Supostamente desenhada para facilitar a inclusão das mulheres na vida política institucional, ela simplesmente não funciona. Ao aumentar o número de candidaturas por partido e não criar punições para os que não cumprirem a lei, ela aumenta a porosidade do sistema, mas não aumenta a inclusão das mulheres.

No Brasil, ainda se presume que os homens atuam na política institucional e as mulheres são conhecidas por suas ações em movimentos sociais, ONGs, instituições de caridade, associações profissionais e de bairro. São poucos os estudos que comparam dados de participação de homens e mulheres. Sendo assim, não podemos afirmar se elas participam mais ou menos do que os homens. De acordo com a pesquisa *A mulher*

brasileira nos espaços público e privado (2004), a maioria das mulheres acredita que a política influi em sua vida, percepção que aumenta com a escolaridade, mas que elas não têm influência sobre a política. Dados sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) indicam que as mulheres tendem a participar em atividades políticas – atividades como levantamento de fundos, boicotes e demonstrações públicas, como passeatas – mais do que homens (SIMÕES et al, 2009, pp. 216-217).

Dados do *World Values Survey* mostram pouca diferença entre homens e mulheres brasileiros e suas ações políticas, observando dados de 1991, 1997 e 2006. Esses dados mostram que brasileiros e brasileiras, em geral, participam de atividades políticas, mas não vêem essa participação como algo constante. Assim, quando perguntados se participam de boicotes (a variável que teve mais diferença entre os sexos), 37,6% dos homens afirmaram que sim; para as mulheres o percentual foi de 29,9%. Quando perguntados se participaram *recentemente* de algum boicote, 71,7% dos homens e 57,4% das mulheres afirmaram que sim (WVS, 2006). O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), de 2006, encontrou poucos indivíduos filiados a algum sindicato, associação ou movimento social e, novamente, não constatou grandes diferenças entre homens e mulheres. Se a participação política não-institucional de homens e mulheres não parece ser tão diferente, poderíamos esperar que a participação institucional seguisse os mesmos parâmetros. Mas, a grande diferença de números entre homens e mulheres candidatos e eleitos mostra que a situação em nível institucional é diferente.

Sendo assim, o segundo capítulo também se ocupou em descrever as principais características do sistema eleitoral e partidário que afetam a candidatura das mulheres. A representação proporcional com grandes distritos, combinada com a lista aberta e coligações nas eleições proporcionais geram um número excessivo de candidatos com campanhas extremamente individualizadas em um sistema partidário fragmentado. Para

a maioria das mulheres, isso significa que é necessário competir com homens que já estão na política há mais tempo, que já têm conexões nos mundos partidário e empresarial e já são conhecidos pelo eleitorado.

Elas têm menos acesso a investidores e apoio partidário, tendo dificuldades em se apresentarem para o eleitorado. A pesquisa de Araújo e Alves (2007) sobre as eleições de 2002 para a Câmara dos Deputados considerou as chances de homens e mulheres serem eleitos, observando as covariáveis: sexo, educação, idade, situação conjugal, partido, magnitude do distrito, densidade demográfica e IDH. Considerando a chance dos homens serem eleitos, a chance das mulheres é igual a 0,67. Quando os autores incluíram a variável “reeleição”, a chance das mulheres aumenta para 0,83.

Para uma mulher que deseja se candidatar a um cargo eletivo no Brasil existe um acúmulo de situações adversas: a maternidade; o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa; menor renda e menos bens; menos histórico na política para as mulheres de forma geral, contribuindo para uma cultura de não-participação feminina; menor acesso a investidores e apoio partidário.

Como foi visto pela teoria política feminista, existem vieses informais que criam mais obstáculos para as mulheres do que para os homens. Embora não se possa negar a porosidade do sistema eleitoral e partidário brasileiro, esta situação não se revela suficiente para compensar a série de obstáculos enfrentados pelas mulheres, muitos deles anteriores à vida política.

A literatura apresentada nos primeiro e segundo capítulos é corroborada pelos dados apresentados no terceiro capítulo. As entrevistadas sentem que falta maior apoio da sociedade e dos partidos, observando que esta é a causa dos baixos números de candidatas e eleitas. Analisando suas respostas em relação à campanha, percebe-se que elas se viram em uma situação em que decidiram candidatar, mas receberam pouco

apoio dos seus partidos. E esse apoio partidário é algo que elas consideram essencial. Apontam, ainda, tratamentos diferenciados para homens e mulheres, mesmo em partidos de esquerda.

A superação da desigualdade de gênero na vida política, portanto, somente tem chance de ser desfeita se a candidata tiver uma grande capacidade de arrecadar fundos e/ou muita visibilidade. Os dados mostram ainda a relação próxima entre já ter tido cargos políticos e a receita arrecadada pelas entrevistadas: faz-se notar o pequeno número delas que já tinham tido cargos.

O modelo de regressão reforça a importância do financiamento da campanha e do histórico na política institucional. É importante notar que o modelo de regressão não pode indicar o efeito de questões de gênero. O que se sabe, pela literatura e pela análise das respostas ao *survey*, é que as mulheres têm maiores dificuldades em conseguir financiamento e se estabelecerem no mundo político através de cargos partidários, de confiança e eletivos. Pelas respostas dadas pelas entrevistadas, ainda não se pode afirmar que as mulheres na política só são afetadas pela desigualdade de gênero que existe *fora* do mundo político. Elas ainda se percebem marginalizadas e sem acesso ao mesmo tipo de apoio e benefícios partidários que os homens recebem.

Os presidentes estaduais concordaram com a existência de um problema de exclusão estrutural e histórica, mas apresentaram opiniões diferentes sobre o efeito deste problema e o que pode ser feito para contorná-lo. O presidente do PSDB-MG, Marcus Pestana, acredita que “às vezes estamos criando um falso problema”, já que, de acordo com ele, não houve demonstrações de preconceito contra as então candidatas à presidência, Dilma Rousseff e Marina Silva. Para ele, é curioso que não exista um “PSDB Homem”, já que existe um PSDB Mulher. Afinal, diz Pestana, a única diferença das mulheres na liderança do partido é que são minoritárias. A presidenta do PPS-MG,

Luzia Ferreira afirmou em sua entrevista que a melhor ferramenta de recrutamento de mulheres para a política é ter mais mulheres na política.

De acordo com Ferreira, a percepção de um mundo tão fechado e exclusivo desencoraja as mulheres que tentariam ser candidatas. Para o presidente do PT-MG, Reginaldo Lopes, o ideal seria um sistema de lista fechada com financiamento público exclusivo. Disse, no entanto, que não há acúmulo histórico para realizar esta reforma. Lopes afirma que o desempenho masculino é melhor “porque, lamentavelmente, a mulher tem dupla, tripla, jornada de trabalho. Então seu tempo é muito menor do que o tempo das candidaturas masculinas. (...) O ideal seria uma reforma política em que a paridade fosse lei”, com 50% das cadeiras garantidas para as mulheres.

A “distorção da democracia representativa brasileira” (MIGUEL, 2006, p. 383) se mantém. Os obstáculos no caminho para um cargo eletivo vão, pouco a pouco, diminuindo. A eleição da presidenta Dilma Rousseff não retirou estes obstáculos, nem é prova de que não há desigualdade de gênero na política brasileira. Muito ainda pode e deve ser feito para que os objetivos de uma sociedade mais democrática, mais justa e mais inclusiva sejam atingidos.

Medidas como reserva de assentos, ao invés de cotas eleitorais, mudanças nas regras de financiamento de campanha e de coligações nas eleições proporcionais, mudanças no currículo escolar, entre tantas outras. Essas medidas precisam ser estudadas e realizadas para retirar os vieses que dificultam o acesso de metade da população às instituições políticas.

Referências bibliográficas

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. “Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares”. *Dados*, vol. 51, n° 4, 2008.

ARAÚJO, Clara. “As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais”. *Dados*, n° 1, 2001.

_____. “Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política”. *Revista Sociologia Política*, n° 24, 2005.

_____. “Por que as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil?”, 2006. Disponível em <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Executivo/Por_que_as_mulheres_ainda_concorrem_pouco_no_%20Brasil.pdf>. Acesso em 12/05/2011.

_____. “Mídia, Gênero e Legitimidade: espaços de candidatas em tempos de competição eleitoral e de políticas de cotas.” *Seminários Temáticos, Seminário Internacional Fazendo Gênero* 7.2006b. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Clara_Araujo_34.pdf>. Acesso em 12/05/2011.

_____. “A intercessão entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instâncias de representação”. Disponível em <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Executivo/A_Intercessao_entre_Genero_e_Partidos_Politicos_no_Acesso_das_Mulheres_as_Instanceas_de_Representacao.pdf, s/d>. Acesso em 12/05/2011.

_____ e ALVES, José Eustáquio Diniz. “Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas”. *Dados*, vol. 50, n° 3, 2007.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. Unesp e Konrad-Adenauer, 2000.

ÁVILA, Rebeca Contrera e PORTES, Écio Antônio. “Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior”. *Mal-Estar e Sociedade*, Ano II, nº 2, 2009.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. “O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira”. *Dados*, vol. 46, nº 1, 2003.

CARREIRÃO, Yan de Souza. “Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros”. *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, 2008.

Centro de Estudos Legislativos (CEL-UFMG). *Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da federação*. Dados de 2007 e 2012.

_____. *Representação política e qualidade da democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina*. Dados de 2003 e 2007

CONSTANT, Benjamim. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Discurso pronunciado no Athénée royal de Paris, 1819. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Constant_liberdade.pdf>. Acesso em 05/2012.

DAHL, Robert A. *Polyarchy – participation and opposition*. Yale, 1971.

DIEESE. *Anuário das mulheres brasileiras*. São Paulo, 2011.

Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Dados de 2006.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Globo, 1975, vol. 2.

_____. “A aventura liberal numa ordem patrimonialista”. *Revista USP*, 1993.

_____. *Existe um pensamento político brasileiro?* Ática, 1994.

FRASER, Nancy. *Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition*. Routledge, 1997.

_____. “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação”. *Estudos Feministas*, nº15, vol. 2, 2007.

_____. “Reconhecimento sem ética?”. *Lua Nova*, nº 70, 2007b.

_____ e HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?* Verso, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. José Olympio, 1968.

GUARNIERI, Fernando. “A Força dos Partidos ‘Fracos’ ”. *Dados*, vol. 54, nº 1, 2011.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Brasiliense, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Cia. das Letras, 1995.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento – A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34, 2003.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais. Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira*. Rio de Janeiro, 2010.

INGLEHART, Ronald e NORRIS, Pippa. *Rising tide: gender equality and cultural change around the world*. Cambridge University Press, 2003.

JONES, Mark, P. “Gender quotas, electoral laws, and the election of women – Evidence from the Latin American Vanguard”. *Comparative Political Studies*, vol. 42, nº 1, 2009.

KINZO, Maria D’Alva. “Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil”. *RBCS*, Vol. 20, nº. 57, 2005.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. “Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil”. *Opinião Pública*, Vol. IX, nº 1, 2003.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia*. Civilização Brasileira, 2003.

LIMONGI, Fernando e CORTEZ, Rafael. “As eleições de 2010 e o quadro partidário”. *Novos Estudos*, n° 88, 2010.

LOVENDUSKI, Joni e NORRIS, Pippa. “Westminster women: the politics of presence”, 2004. Disponível em <http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/ Acrobat/Westminster%20women.pdf>. Acesso em 08/2011.

MAINWARING, Scott. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford University Press, 1999.

MANIN, Bernard (1995). "Metamorfoses do Governo Representativo". *RBCS*, n° 29.

MANSBRIDGE, Jane. “Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes".” *The Journal of Politics*, vol. 61, n° 3, 1999.

MELO, Carlos Ranulfo Félix de. *Retirando as cadeiras do lugar*. UFMG, 2004

_____. “Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 4, 2010.

MELO, Carlos Ranulfo Félix de e ANASTASIA, Fátima Junho. “Brasil: dos décadas de democracia”. *Revista ciencia política (Santiago)*, vol.29, n° 2, 2009.

MIGUEL, Luís Felipe. “Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n° 44, 2000.

_____. “Política de interesses, política do desvelo: representação e ‘singularidade feminina’”. *Estudos Feministas*, n° 1, 2001.

_____. “Representação Política em 3-D - Elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n° 51, 2003a.

_____. “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro”. *Revista Sociologia Política*, n° 20, 2003b.

_____. “Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, nº36, 2010.

_____. “Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e *advocacy*”. *Lua Nova*, nº 84, 2011.

_____ e QUEIROZ, Cristina Monteiro. “Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil”. *Estudos Feministas*, vol. 14, nº 2, 2006.

_____ e CAMPOS, Luiz Augusto. “O oito de março no Congresso: representações da condição feminina no discurso parlamentar”. *Cadernos Pagu*, nº 31, 2008.

_____ e FEITOSA, Fernanda. “O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados”. *Dados*, vol. 52, nº 1, 2009.

MILL, John Stuart. *Considerations on representative government*. Forum, 1958.

NICOLAU, Jairo (2004). *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro, FGV.

_____. “O sistema de lista aberta no Brasil”. *Dados*, vol. 49, nº 4, 2006.

NOGUEIRA, Pablo. “A ciência das mulheres”. *Unesp Ciência*, Ano 2, nº 17, 2011.

NORRIS, Pippa. “The Impact of Electoral Reform on Women’s Representation”. *Acta Politica*, 2006.

NORRIS, Pippa e INGLEHART, Ronald. *Cultural Barriers to Women’s Leadership:*

A Worldwide Comparison. IPSA, 2000. Disponível em <http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/ Acrobat/IPSA2000culture.pdf>. Acesso em 07/2011.

ONU. *The World’s Women 2010. Trends and statistics*. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/Worldswomen/WW2010pub.htm>.

- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Paz e Terra, 1993.
- PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. Claredon, 1995.
- PHILLIPS, Anne. “Who Needs Civil Society? A Feminist Perspective”. *Dissent*, n° 46, 1999.
- _____. “Equality, pluralism, universality: current concerns in normative theory”. *British Journal of Politics and International Relations*, vol. 2, n° 2, 2000.
- _____. Defending equality of outcome. LSE Research Online, 2004.
- Disponível em <<http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000533>>. Acesso em 07/2011.
- PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política*. Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2007.
- PINTO, Celi. “Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro”. *Lua Nova*, n°75, 2008.
- PIRES, Juliano Machado. “A implantação da representação proporcional de lista aberta no Brasil”. In: Câmara dos Deputados, NICOLAU, J. e BRAGA, R. (orgs.). *Para além das urnas: reflexões sobre a Câmara dos Deputados*. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7064/alem_urnas.pdf?sequence=1>, 2011.
- PITKIN, Hanna. *The Concept of Representation*. California University Press, 1967.
- POWER, Timothy e ZUCCO, Cesar. *O Congresso por ele mesmo – autopercepções da classe política brasileira*. UFMG, 2011.
- RABAT, Márcio Nuno. *O financiamento de campanhas eleitorais no Brasil e a proposta de financiamento público exclusivo*. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6284/financiamento_campanhas_rabat%20.pdf?sequence=1>, 2011. Acesso em 06/2012.

- RAWLS, John. *O liberalismo político*. Ática, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras, 1995.
- ROSAVALLÓN, Pierre. *La legitimidad democrática: imparcialidad, reflexividad, proximidad*. Manatíal, 2010.
- SAMUELS, David. “Money, elections, and democracy in Brazil”. *Latin American Politics and Society*, vol. 43, ° 2, 2001a.
- _____. “Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil”. *The Journal of Politics*, vol. 63, n° 2, 2001b.
- SCOTT, Joan W. “O enigma da igualdade”. *Estudos Feministas*, n° 13, vol. 1, 2005.
- SHAPIRO, Ian. *Os fundamentos morais da política*. Martins Fontes, 2006
- SOARES, Vera. “Muitas faces do feminismo no Brasil”. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (organizadoras). *Mulher e política: Gênero e feminismo no Partidos Trabalhadores*. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas e RICCI, Paolo. “O governo estadual na experiência política brasileira: os desempenhos legislativos das assembleias estaduais”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 20, n° 41, 2012.
- URBINATI, Nadia. “O que torna a representação democrática?”. *Lua Nova*, 2006.
- _____. “Politics as Deferred Presence”. *Constellations*, Vol. 14, No 2, 2007.
- _____. “Representação como *advocacy*: um estudo sobre deliberação democrática”. *Política & Sociedade*, Vol. 9, n° 16, 2010.
- VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (organizadores). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Livro 2. Itatiaia; USP; EDUFF, 1987.

WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Basil Blackwell, 1990.

_____. *Gender transformations*. Routledge, 1997.

WALZER, Michael. *Politics and Passion: Toward a more egalitarian liberalism*. Yale University Press, 2004.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A vindication of the rights of woman*. J. Johnson, 1792.

Disponível em <<http://oll.libertyfund.org/title/126>>. Acesso em 09/2011.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton, 1990.

_____. *Inclusion and democracy*. Oxford, 2000.

ZURN, Christopher F.. “Identity or Status? Struggles over ‘Recognition’ in Fraser, Honneth, and Taylor”. *Constellations*, Vol. 10, n° 4, 2003.

ANEXO I

A presença feminina nos espaços legislativos

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

Setembro/2011

Entrevistada: _____

Partido: _____

Data: _____

1. Histórico político

Vou começar com algumas perguntas sobre sua vida política.

1.1. Com que frequência se falava de política em sua casa durante sua infância e juventude?

- (1) Falava-se muito
- (2) Falava-se mais ou menos
- (3) Falava-se pouco
- (4) Não se falava (77)
- Não lembra
- (88) N.R.

1.2. A senhora tem parentes que já exerceram cargo eletivo ou de confiança?

- (1) Sim
- (2) Não
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.2.1. (Se sim) Por favor, me diga qual o grau de parentesco e cargo mais alto que tiveram (se mais de três, parentesco mais próximo).

(1) _____

(2) _____

(3) _____

- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.
- (99) N.S.A

1.3. Em que tipo de organização a senhora começou a sua trajetória política? (Cartão de respostas).

- (1) Partido
- (2) Organização estudantil
- (3) Movimento social
- (4) Movimento de mulheres
- (5) Movimento feminista
- (6) Associação profissional

- (7) Associação de bairro
- (8) Cooperativa
- (9) Sindicato
- (10) Grupo ou associação vinculada à Igreja
- (11) Emprego em órgão público
- (12) Outro. Qual? _____
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.4. Em que ano a senhora começou sua trajetória política?

- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.5. Com que frequência a senhora costuma conversar sobre política nestes locais: sempre, às vezes, raramente, nunca?

	Nunca	Raramente	Às vezes	Sempre	NR	NSA
A. Em casa	1	2	3	4	88	99
B. No partido	1	2	3	4	88	99
C. No trabalho	1	2	3	4	88	99
D. Na associação/movimento do qual participa	1	2	3	4	88	99
E. Na sua igreja	1	2	3	4	88	99

1.6. A senhora teve alguma atuação recente (últimos dois anos) em movimentos sociais ou políticos?

- (1) Sim
- (2) Não
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.6.1. Que tipo de movimento? (Pode ser nome ou descrição da natureza do movimento – associação, ONG, sindicato, etc.).

(88) N.R.
(99) N.S.A

1.7. A senhora já exerceu algum cargo eletivo?

- (1) Sim
- (2) Não
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.7.1. (Se sim) Poderia me dizer os mais recentes e as respectivas legislaturas?

- (1) _____

- (2) _____

- (3) _____

(77) Não sabe/não lembra
(88) N.R.
(99) N.S.A

1.8. A senhora já teve algum cargo de confiança?

- (1) Sim
- (2) Não
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.8.1. (Se sim) Poderia me dizer os mais recentes e o período de cada um?

- (1) _____

- (2) _____

- (3) _____

(77) Não sabe/não lembra
(88) N.R.

(99) N.S.A.

1.9. Há quanto tempo a senhora está filiada ao seu atual partido?

- _____
- (77) Não sabe/não lembra
 - (88) N.R.

1.10. Além de seu atual partido, a senhora poderia me dizer quais outros partidos a senhora já foi filiada e o ano em que se filiou? (Três mais recentes).

- (1) _____

- (2) _____

- (3) _____

(77) Não sabe/não lembra
(88) N.R.
(99) N.S.A

1.11. A senhora foi convidada ou se afiliou por iniciativa própria ao partido que pertence atualmente?

- (1) Convidada
- (2) Iniciativa própria
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.12. Qual foi o critério mais importante para a escolha do partido atual? (Cartão de respostas).

- | 1° lugar | 2° lugar |
|----------|---|
| (1) | (1) Influência dos membros de minha família ou de amigos próximos |
| (2) | (2) Contato pessoal com os dirigentes locais do partido |
| (3) | (3) Atração pela ideologia ou pelo programa do partido |
| (4) | (4) Maior chance eleitoral que o partido proporciona |

- (5) (5) Espaço de ação pública e política que o partido me oferece
- (6) (6) Espaço dado às mulheres dentro do partido
- (7) (7) Força do partido na região do estado
- (77) (77) Não sabe/não lembra
- (88) (88) N.R.

1.14. A senhora já ocupou algum cargo no partido atual?

- (1) Sim
- (2) Não
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.14.1. (Se sim) Quais (três mais recentes)?

(1) _____

(2) _____

(3) _____

- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.
- (99) N.S.A.

1.15. A senhora pretende continuar filiada a ele?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não decidiu/não sabe
- (88) N.R.

1.16. Numa escala de 1 a 5, onde 1 representa a esquerda e 5 a direita, como a senhora classificaria o seu partido? (Cartão de respostas).

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- (77) Não sabe
- (88) N.R.

Agora vou formular algumas frases e gostaria que a senhora me dissesse se elas descrevem o que ocorre no seu partido.

1.17. Existem mulheres com cargos na direção do partido, excetuando o Departamento Feminino (caso exista).

- (1) Sim
- (2) Não
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.18. As mulheres do partido marcam presença e falam em reuniões, congressos e conferências do partido.

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Mais ou menos
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.19. As mulheres do partido recebem a mesma atenção e respeito do que homens quando falam.

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Mais ou menos
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.20. As filiadas do partido têm as mesmas vantagens, oportunidades, benefícios e poder que os filiados.

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Mais ou menos
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.21. O partido realiza cursos de capacitação para as mulheres que querem ingressar na vida política.

- (1) Sim
- (2) Não
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.22. A senhora tem o hábito de falar em reuniões do partido?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Às vezes
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

1.23. A senhora acredita que é papel do partido tomar iniciativas (cursos, capacitação, creches, etc.) para facilitar a vida da filiada e candidata?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Mais ou menos
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

2. Circunstâncias políticas de 2010.

Agora, vou fazer algumas perguntas sobre a competição eleitoral em 2010.

2.1. Em relação às regiões do estado, como foi sua campanha? (Cartão de respostas).

- (1) Concentrada em seu município e nos imediatamente vizinhos
- (2) Esteve presente na região de forma geral (inclusive em muitos municípios mais distantes do município de origem)
- (3) Teve presença em mais de uma região do estado
- (4) Esteve presente onde minha categoria/igreja/movimento possuía base
- (5) Esteve presente em todo o estado
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

2.2. Havia outras mulheres competindo para deputada estadual nas mesmas regiões que a senhora? (Se não, pular para 2.3.)

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Mais ou menos
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

2.2.1. Eram candidaturas competitivas (a senhora acredita que alguma delas tinha chance real de ganhar?)?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Mais ou menos
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.
- (99) N.S.A.

2.2.2. Elas eram de seu partido ou coligação?

- (1) Sim
- (2) Não
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.
- (99) N.S.A.

2.2.3. Se a senhora não fosse candidata, votaria em alguma delas?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Talvez
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.
- (99) N.S.A.

2.3. Como a senhora definiria o nível da competição nas regiões onde priorizou a campanha? (Cartão de respostas).

- (1) Dominada por um candidato muito forte
- (2) Polarizada por dois candidatos fortes
- (3) Altamente competitiva (muitos candidatos fortes)
- (4) Competitividade média (muitos candidatos mas pouco viáveis)
- (5) Baixa competitividade (poucos candidatos e nenhum deles forte)
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

2.4. Com base na sua experiência, quais dos fatores a seguir a senhora considera importantes para uma boa votação? Primeiro e segundo lugar. (Cartão de respostas).

1º lugar 2º lugar

- (1) (1) Ocupação de cargo eletivo ou de confiança.
- (2) (2) Apoio do partido.
- (3) (3) Apoio de sua igreja na campanha.
- (4) (4) Apoio de movimentos sociais e/ou associações.

- (5) (5) Apoio de vereadores e/ou prefeitos de sua região.
- (6) (6) Apoio de lideranças empresariais
- (7) (7) Nenhum destes (Não falar).
- (77) (77) Não sabe/não lembra
- (88) (88) N.R.

Nas perguntas a seguir, vou pedir a senhora para me dizer, por favor, quais as estratégias foram mais ou menos importantes na sua campanha de 2010.

2.5. Das estratégias de publicidade listadas a seguir, por favor, escolha a mais importante para a sua campanha. (Cartão de respostas).

1º lugar 2º lugar

- (1) (1) Televisão
- (2) (2) Mídia local (rádio e jornal)
- (3) (3) Internet (site, perfil no Facebook ou Orkut, blog)
- (4) (4) “Santinhos” e panfletos (explicação do programa ou dos objetivos)
- (5) (5) Bandeiras, adesivos, faixas e outros objetos à disposição do eleitorado
- (6) (6) Visita a comunidades ou a famílias, reuniões

2.6. Das opções de apoio político listadas a seguir, por favor, escolha a mais importante para a sua campanha.

- (1) Apoio de prefeitos
- (2) Apoio de vereadores (3) Apoio de lideranças locais/comunitárias/sindicais/igreja (4) Apoio do partido

2.7. Sabemos que todo candidato(a) procurar construir uma imagem perante o eleitor. Das opções listadas a seguir, por favor, escolha a mais importante para a sua campanha.

- (1) Demonstração de afinidade com o partido (vincular a campanha à imagem do partido) (2) Afirmação de qualidades pessoais como liderança
- (3) Aproximação com um dos candidatos à presidência ou ao governo estadual
- (4) Explicação de uma plataforma de campanha específica
- (5) Explicação de interesses e objetivos múltiplos

2.8. A senhora fez “dobradinha” com deputados federais? (Cartão de respostas).

- (1) Sim
- (2) Não
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

2.8.1.(Se sim) Que critério a senhora considerou mais importante na definição da dobradinha? (Cartão de respostas).

	1º lugar	2º lugar (2.8.2)
A. A filiação partidária do candidato a Dep. Federal.	1	1
B. A inserção regional do candidato a Dep. Federal.	2	2
C. A existência de afinidades temáticas entre os candidatos	3	3
D. A existência de relações pessoais entre os candidatos	4	4
E. Disponibilização de recursos financeiros por parte da candidatura federal.	5	5
F. O desempenho eleitoral anterior da candidatura a dep. Federal.	6	6
G. O fato de ser uma mulher a candidata à deputada federal	7	7
H. O fato do candidato ou candidata ter propostas específicas para mulheres	8	8
I. Outras. Qual?	9	9
Não sabe/não lembra	77	77
N.R.	88	88
N.S.A.	99	99

2.9. Das opções a seguir, a senhora usou alguma como lema de campanha? (Pode marcar mais de uma). (Cartão de respostas).

- 2.9.1. (1) Maternidade e valores familiares
- 2.9.2. (2) Cultura e educação
- 2.9.3. (3) Saúde
- 2.9.4. (4) Meio-ambiente
- 2.9.5. (5) Economia
- 2.9.6. (6) Regionalismo/municipalismo
- 2.9.7. (7) Proteção à criança e ao adolescente
- 2.9.8. (8) Proteção aos idosos

2.9.9. (9) Apoio às minorias étnicas e de gênero

2.9.10. (10) Habitação

2.9.11. (11) Violência

2.9.12. (12) Nenhuma destas (Não falar).

2.9.13. (13) Outra. Qual?

2.9.14. (77) Não sabe/não lembra

2.9.15. (88) N.R.

2.10. Dos grupos a seguir, a senhora focou em algum na sua campanha? (Pode marcar mais de um). (Cartão de respostas).

2.10.1. (1) Jovens/estudantes

2.10.2. (2) Mulheres

2.10.3. (3) Ambientalistas

2.10.4. (4) Desempregados

2.10.5. (5) Trabalhadores

2.10.6. (6) População local em geral

2.10.7. (7) Movimento social específico.

Qual? _____

2.10.8. (8) Nenhum destes (Não falar).

2.10.9. (9) Outro. Qual?

2.10.10. (77) Não sabe/não lembra

2.10.11. (88) N.R.

2.11. Em sua campanha, em 2010, a senhora recebeu ajuda financeira do seu partido?

(1) Muita

(2) Pouca

(3) Nenhuma

(77) Não sabe/não lembra

(88) N.R.

2.12. Em sua campanha, em 2010, a senhora recebeu ajuda para confecção de material publicitário do seu partido?

(1) Muita

(2) Pouca

(3) Nenhuma

(77) Não sabe/não lembra

(88) N.R.

2.13. A senhora poderia me dizer como foi a divisão do tempo no horário eleitoral? (Cartão de respostas).

(1) Foi dividido igualmente

(2) Os candidatos com mais dinheiro conseguiram mais tempo e/ou melhores espaços (no começo ou no final do programa)

(3) Os candidatos com maior potencial de votação receberam mais tempo e/ou melhores espaços

(4) Os candidatos homens, em geral, tiveram mais facilidade de conseguir o tempo ou espaço que queriam

(77) Não sabe/não lembra

(88) N.R.

2.14. Para a campanha de 2010, o seu partido forneceu cursos de capacitação para as candidatas?

(1) Sim

(2) Não

(77) Não sabe/não lembra

(88) N.R.

2.15. Para a campanha de 2010, o seu partido forneceu serviços para facilitar participação (em eventos do partido), como creches e outros apoios logísticos?

(1) Muito (2)

Pouco (3)

Nenhum

(77) Não sabe/não lembra

(88) N.R.

2.16. O seu partido auxiliou na montagem de eventos de sua campanha?

(1) Muito

(2) Pouco

(3) Não

(77) Não sabe/não lembra

(88) N.R.

2.17. Qual foi a principal estratégia de financiamento utilizada pela senhora em sua campanha?

(1) Recursos próprios

(2) Recursos de amigos e familiares

(3) Recursos de apoiadores (pessoas físicas) (4)

Recursos de apoiadores (pessoas jurídicas)

(5) Recursos do partido

(6) Outro. Qual?

(88) N.R.

2.18. A senhora diria que o financiamento de sua campanha:

- (1) Foi o principal problema e impediu o desenvolvimento das atividades programadas
- (2) Foi um grande problema, mas pode ser contornado
- (3) Foi um problema pequeno, facilmente resolvido
- (4) Não foi um problema
- (88) N.R.

2.19. Excetuando-se a questão do financiamento, qual foi a principal dificuldade encontrada na campanha? E em segundo lugar? (Cartão de respostas).

1º lugar 2º lugar

- (1) (1) Preconceito de gênero
- (2) (2) Preconceito em geral (de raça, religião, etc.)
- (3) (3) Acesso à mídia (entrevistas, contato em geral, etc.)
- (4) (4) Conciliar a campanha com a família
- (5) (5) Conciliar a campanha com o trabalho
- (6) (6) Falta de experiência numa campanha política
- (7) (7) Falta de apoio do partido
- (8) (8) Problemas pessoais não relacionados à campanha (como problemas de saúde)
- (9) (9) Outro. Qual? _____

(77) (77) Não sabe/não lembra

(88) (88) N.R.

3. Visão política.

Agora vou fazer algumas perguntas sobre suas opiniões políticas.

3.1. Numa escala de 1 a 5, onde 1 é esquerda e 5 é direita, como a senhora se classificaria? (Cartão de respostas).

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

(77) Não sabe

(88) N.R.

(99) N.S.A.

3.2. Com qual frequência a senhora se informa sobre assuntos de política nacional e internacional, através dos seguintes meios?

	Sempre	Às vezes	Raramente	Nunca	N.S./N.L	NR
A. Jornais impressos estaduais (somente versão impressa)	1	2	3	4	77	88
B. Jornais impressos nacionais (somente versão impressa)	1	2	3	4	77	88
C. Revista semanal	1	2	3	4	77	88
D. Noticiário no rádio	1	2	3	4	77	88
E. Noticiário na televisão aberta	1	2	3	4	77	88
F. Noticiário na televisão a cabo	1	2	3	4	77	88
G. Jornais virtuais (estritamente virtuais e versões virtuais de jornais impressos)	1	2	3	4	77	88
H. Blogs	1	2	3	4	77	88
I. Sites de partidos, sindicatos, movimentos sociais (incluindo seguir no Facebook e Twitter)	1	2	3	4	77	88

3.2.1. A senhora assina algum jornal ou revista (versão impressa ou virtual)?

- (1) Sim
- (2) Não
- (88) N.R.

3.3. A senhora se considera feminista?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Mais ou menos
- (77) Não sabe
- (88) N.R.

3.4. Em sua opinião qual deve ser o lugar das questões de gênero em um mandato legislativo exercido por uma mulher?

- (1) Deve ocupar o centro da atividade legislativa

- (2) Deve ser uma das questões importantes, mas sem ofuscar outras questões
- (3) Ocupa um lugar secundário
- (4) Não é uma preocupação
- (77) Não sabe
- (88) N.R.

3.5. Em sua opinião, porque poucas mulheres se candidatam a cargos eletivos? (Cartão de respostas).

- (1) A maioria das mulheres gosta menos de política do que os homens
- (2) A maioria das mulheres não tem habilidade para política
- (3) As mulheres têm menos tempo livre que os homens
- (4) As mulheres têm mais dificuldade de conseguir apoio do partido
- (5) As mulheres têm mais dificuldade de conseguir apoio da sociedade
- (6) Outra _____
- (77) Não sabe
- (88) N.R.

3.6. O que a senhora entende por feminismo? (Cartão de respostas).

- (1) Ser melhor do que os homens
- (2) Ganhar o mesmo salário ou ter os mesmos empregos que os homens
- (3) Não depender de um homem financeiramente
- (4) Ser briguenta ou autoritária
- (5) Ser diferente e não precisar de aprovação de ninguém
- (6) Ser uma boa mãe/filha/esposa
- (7) Comandar a própria casa, mesmo casada
- (8) Autonomia sexual (poder sair com vários homens)
- (9) Ser feminina e vaidosa
- (10) Lutar por direitos ou pela igualdade dos direitos entre homens e mulheres
- (77) Não sabe
- (88) N.R.

4. Perspectivas sobre o futuro.

Agora vou fazer algumas perguntas sobre o que a senhora pensa sobre seu futuro.

4.1. A senhora poderia me dizer como avalia a sua experiência com a eleição?

- (1) Excelente
- (2) Satisfatória

- (3) Decepcionante
- (4) Péssima
- (88) N.R.

4.2. A senhora vai se candidatar novamente?

- (1) Sim [vá para a pergunta 4.2.1] (2)
- Não [vá para a pergunta 4.2.2] (3)
- Não sabe ainda
- (88) N.R.

4.2.1. Se sim, qual cargo almeja? (Esperar resposta).

- (1) Vereadora
- (2) Deputada estadual
- (3) Deputada federal (4) Senadora
- (5) Prefeita
- (6) Governadora
- (7) Presidenta
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.
- (99) N.S.A.

4.2.2. Se não, por quê?

- (1) Porque dá muito trabalho e pouco retorno
- (2) Porque há muita corrupção
- (3) Porque a disputa é injusta
- (4) Porque tomou muito tempo da família e do trabalho
- (5) Porque acredita que pode ser mais eficiente para a política de outras maneiras
- (6) Candidatou por curiosidade
- (7) Candidatou para compor a lista do partido
- (88) N.R.
- (99) N.S.A.

4.3. (Somente se respondeu “não”, em 4.2.) A senhora pretende sair da política totalmente?

- (1) Sim [vá para a pergunta 5.1] (2)
- Não
- (3) Não sabe ainda
- (88) N.R.
- (99) N.S.A.

4.3.1. Se não, como vai participar?

- (1) Nos bastidores (coordenação de campanha; trabalho em gabinetes, etc.)

- (2) Participação não-institucional (em movimentos ou associações)
- (3) Em conselhos e órgãos que permitam participação de cidadãos
- (4) Não sabe ainda
- (88) N.R.
- (99) N.S.A.

5. Background

Agora, vou fazer algumas perguntas sobre sua vida pessoal.

5.1. Qual é a escolaridade do seu pai?

- (1) Fundamental incompleto
- (2) Fundamental
- (3) Médio incompleto
- (4) Médio
- (5) Superior incompleto
- (6) Superior
- (7) Especialização
- (8) Mestrado
- (9) Doutorado
- (10) Sem escolaridade formal
- (77) Não sabe/não lembra (88) N.R.

5.2. E a profissão dele?

- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

5.3. Qual é a escolaridade da sua mãe?

- (1) Fundamental incompleto
- (2) Fundamental
- (3) Médio incompleto
- (4) Médio
- (5) Superior incompleto
- (6) Superior
- (7) Especialização
- (8) Mestrado
- (9) Doutorado
- (10) Sem escolaridade formal
- (77) Não sabe/não lembra (88) N.R.

5.4. E a profissão da dela?

- (77) Não sabe/não lembra

- (88) N.R.

5.5. De qual região do estado a senhora é?

- (1) Campo das Vertentes
- (2) Central Mineira
- (3) Jequitinhonha
- (4) Metropolitana de Belo Horizonte
- (5) Noroeste
- (6) Norte
- (7) Oeste
- (8) Sul/Sudoeste
- (9) Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba
- (10) Vale do Mucuri
- (11) Vale do Rio Doce
- (12) Zona da Mata
- (13) Não nasceu em Minas Gerais.
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

5.5.1. (Se não souber a região) E qual município? _____

5.6. Em qual região a senhora reside atualmente?

- (1) Campo das Vertentes
- (2) Central Mineira
- (3) Jequitinhonha
- (4) Metropolitana de Belo Horizonte
- (5) Noroeste
- (6) Norte
- (7) Oeste
- (8) Sul/Sudoeste
- (9) Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba
- (10) Vale do Mucuri
- (11) Vale do Rio Doce
- (12) Zona da Mata
- (13) Não nasceu em Minas Gerais.
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

5.6.1. (Se não souber a região) E qual município? _____

5.7. Qual é seu estado civil?

- (1) Solteira
- (2) Casada
- (3) União civil
- (4) Vive com parceiro/parceira
- (5) Separada
- (6) Divorciada
- (7) Viúva
- (88) N.R.

5.8. A senhora tem filhos?

(1) Sim (2) Não (88) N.R.

5.8.1. (Se sim) Quantos? _____

(88) N.R. (99) N.S.A.

5.9. Qual é sua escolaridade?

- (1) Fundamental incompleto
- (2) Fundamental
- (3) Médio incompleto
- (4) Médio
- (5) Superior incompleto
- (6) Superior
- (7) Especialização
- (8) Mestrado
- (9) Doutorado
- (10) Sem escolaridade formal
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

5.10. Qual é sua profissão atual?

(88) N.R.

5.11. A senhora poderia me indicar em qual das categorias a seguir incluiria sua renda mensal atual?

- (1) Categoria A: menos de um salário mínimo (545,00)
- (2) Categoria B: entre um e dez salários mínimos (545,00-5450,00)
- (3) Categoria C: entre dez e vinte salários mínimos (5450,00-10900,00)
- (4) Categoria D: mais de vinte salários mínimos
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R.

5.12. Cor (não perguntar):

- (1) Branca (2) Preta (3) Parda
- (4) Amarela
- (5) Indígena

5.13. Qual é sua data de nascimento?

____/____/____ (88) N.R.

5.15. A senhora possui religião?

(1) Sim (2) Não (88) N.R.

5.15.1. (Se sim) Qual é sua religião?

- (1) Católica
 - (2) Protestante tradicional ou protestante não evangélico
 - (3) Religiões orientais não cristãs
 - (4) Evangélico e pentecostal
 - (5) Igreja dos Santos dos Últimos Dias
 - (6) Religiões tradicionais
 - (7) Judeu
 - (8) Testemunhas de Jeová
 - (9) Outra. Qual?
 - (88) N.R. (99) N.S.A.
-

5.15.2. Com que frequência a senhora assiste aos serviços religiosos?

- (1) Mais de uma vez por semana
- (2) Uma vez por semana
- (3) Uma vez por mês
- (4) Uma ou duas vezes por ano
- (5) Nunca ou quase nunca
- (77) Não sabe/não lembra
- (88) N.R. (99) N.S.A.

ANEXO II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Recrutamento

1. Como o partido busca novos candidatos e candidatas? Quais são os critérios utilizados? Existe algum setor social privilegiado?
2. Tem sido possível cumprir as cotas obrigatórias para cargos legislativos? Quais têm sido as medidas tomadas para cumpri-las? Por que tem sido difícil atingir a cota?
3. No seu partido, foi possível perceber se a eleição da Presidenta Dilma teve algum impacto no interesse das mulheres pela política? E no surgimento de candidatas a cargos eletivos?

Capacitação

1. Existem medidas para incentivar as filiadas a serem candidatas? Quais?
2. O partido desenvolve atividades que preparem as candidatas para a disputa eleitoral? Que tipo de atividade?
3. Como avalia o desempenho das candidatas do partido em comparação aos candidatos? Em sua opinião por que o desempenho das mulheres é mais baixo?
4. TEM DEPARTAMENTO FEMININO. Como funciona o departamento feminino? Está presente em todas as instâncias? Ele atua no recrutamento? Promove encontros regulares? Toma medidas para integralizar homens e mulheres dentro do partido?
5. NÃO TEM DEPARTAMENTO FEMININO. Por que não?

Participação no partido

1. Qual tem sido a participação das mulheres nos cargos de direção no partido?
2. Existem cotas internas para cargos do partido? Elas têm funcionado? Incentivaram maior participação ou o surgimento de mais candidaturas femininas? Além das cotas, existe algum outro tipo de incentivo à participação das mulheres?
3. Existe algum tipo de tensão entre homens e mulheres no partido? Existem medidas para diminuir o problema (que tenham sido tomadas pelo partido e não somente pelo Dept. Feminino)?

Apoio (financeiro, publicitário, marketing, eventos)

1. O partido apóia financeiramente candidatos a deputado?
2. Caso isso ocorra, qual o critério utilizado pelo partido para definir quem recebe o quê e quanto?
3. Como o partido utiliza os recursos do Fundo Partidário?
4. Como é feita a divisão do horário eleitoral gratuito entre os candidatos a cargos proporcionais? Se a divisão não for igualitária, qual o critério?
5. Além do apoio financeiro, o partido concede algum outro tipo de apoio a candidatos ou candidatas (publicitário, marketing, eventos, etc.)?